

REVISTA = DO **INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO** = DO RIO GRANDE DO SUL =



Comissão de Redacção:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
MANSUETO BERNARDI
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

PORTO ALEGRE
= BRASIL =

1 9 3 2

OFICINAS GRAFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul

Séde: PORTO ALEGRE

Presidente: Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva

1.º secretario: Dr. Francisco de Leonardo Truda

Thesoureiro: Affonso Guerreiro Lima

Publica a sua Revista em fasciculos trimestraes ou semestraes, formando annualmente um volume de setecentas paginas, na média.

Condições de assignatura:

Por anno 15\$000 rs.

Por fasciculo trimestral 4\$000 rs.

Preço da collecção até 1930 1:000\$000 rs.

Fasciculos atrasados, preço da tabella existente na secretaria.

Para assumptos da Revista dirigir-se directamente ao Dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO SUL



I TRIMESTRE

ANNO XII

Commissão de Redacção:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
MANSUETO BERNARDI
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

1932

OFICINAS GRAFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. → PORTO ALEGRE
→ FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS →

PORTO ALEGRE
= 1932 =

Troncos Seculares

(General João Borges Fortes)

I

Offerecendo ao publico a edição de meu livro sob o titulo acima, em que coordenei muito do que ha sobre o povoamento inicial do Rio Grande do Sul, ficava lançado um apello aos meus conterraneos, para se remontarem ás suas velhas gerações e buscarem na corrente dos tempos os élos que prendem o nosso passado ao futuro, revivendo a ramaria dos ancestraes lenhos que embrenham as suas raizes no sólo augusto de nossa terra, sacudindo as frondes bastas que representam as familias patricias.

Não foi vão o meu apello. Houve um sensível movimento em torno de minha iniciativa e o meu livro foi como uma pedra lançada na superficie tranquillã de um lago: as suas aguas agitaram-se...

Qual fôra o meu empenho?

Estimular o civismo; fazer sobresahir um passado extinto, reconstituir o periodo inicial da vida riograndense, periodo que se deve denominar patriarchal, e que é dos mais obscuros de nossa historia.

Ao mesmo passo, é dos mais interessantes, porque marca os pródomos da civilisação lusitana no Continente, assignalla os processos iniciaes de nossa formação de povo, caracteriza a indole de nossos pioneiros, esboçando a nossa alma collectiva e affirma a excellencia dos typos fundamentaes de nossas familias.

Além desses outro resultado eu visava, esclarecer duvidas, afastar erros porventura erigidos em torno da historia de nossas origens.

E agora que o meu objectivo vai sendo alcançado, posso voltar a campo para mostrar como o terreno foi fertil e qual a sementeira colhida.

O primeiro resultado positivo foi o de ter sido o meu livro lido e discutido; sem ter provocado nenhuma polemica, conseguiu mais, alcançou que muitos de seus leitores houvessem meditado sobre elle e, como consequencia, me viessem ás mãos, n'alguns casos uma copiosa collaboração, n'outros que pela imprensa surgissem artigos e commentarios que muita luz espargiram sobre o assumpto.

II

FRANCISCO XAVIER

Com a tristeza dolorida que deviam sentir os deuses tutelares da floresta quando viam baquear alguma das arvores opulentas de sua adoração, aqui, de longe, chegou aos meus ouvidos a noticia de que havia cahido fragorosamente o tronco secular dos Azambujas: passara pela floresta sagrada um lenhador poderoso e com sua penna illustre, machado destruidor, arrancara naquelle roble soberbo que o meu amor pelo pago encarava como uma das columnas mais veneraveis dos lares patrios...

Estudando com o mesmo civico devotamento as reliquias documentaes que o passado legou aos pesquisadores de hoje, no mesmo afan de assoprar na alma dos seus contemporaneos a chamma creadora do patriotismo, o lenhador que atravessara a floresta, Aurelio Porto, não podia ser um iconoclasta.

Elle é o Mestre. Descendo do seu pedestal não veio para destruir, sim para honrar o discipulo postulante e apontar-lhe a verdade.

A realidade era bem diversa da informação...

O portentoso tronco dos Azambujas conserva-se robusto e solemne nas suas profundas raizes, estendendo-se as suas ramagens sobre a superficie inteira do Rio Grande. O que se esclareceu foi simplesmente isto: Francisco Xavier que estivera nas Conchas e que eu presumia fosse Azambuja, companheiro talvez de João de Magalhães, era Francisco Xavier Ribeiro, que tendo estado no Rio Grande, tendo recebido uma sesmaria, voltou todavia á Laguna e não se radicou á nossa terra.

De outro lado, Manoel Gonçalves Ribeiro que eu excluiria dos troncos seculares por deficiência de informações, volta agora a incorporar-se á familia continentista, graças á sabedoria de Aurelio Porto, que derrama jactos de luz sobre a passagem e permanencia do primitivo sesmeiro das Conchas, no Tremandy.

“Manoel Gonçalves Ribeiro foi homem de valia na administração da Laguna. Chegou ao alto posto de capitão das ordenanças da Villa, occupando na republica o bastão de juiz ordinario. Mas por motivos pessoaes, ou no cumprimento da lei, moveu perseguição ao capitão-mór Francisco de Brito Peixoto, levando mesmo a effeito, em 1720, por ordem do Governador do Rio de Janeiro, a prisão daquelle. No anno seguinte, volta rehabilitado o capitão povoador. E traz comsigo uma ordem de prisão contra Manoel Manso de Avellar, que o perseguira e tambem contra o capitão Gonçalves Ribeiro.

.....

E' quando, suppomos, tenha vindo para o Rio Grande e se estabelecido na paragem das Conchas o capitão Manoel Gonçalves Ribeiro. Naturalmente traria comsigo alguns parentes e amigos, que nessas proximidades se localisaram, inclusive Francisco Xavier, possivelmente irmão ou parente muito proximo.

Manoel Gonçalves Ribeiro não voltou mais a

Laguna. Ficou no seu estabelecimento em Santo Antonio Velho, ahi morrendo. Era casado com Maria Rodrigues Moreira, natural da Laguna, e deixou cinco filhos: Francisco Jorge Ribeiro, casado com Thereza Moreira de Jesus, de quem ficou larga descendencia; duas filhas casadas respectivamente com Ignacio da Silva Maiato e Manoel de Souza Passos, moradores na Laguna; Francisco José Ribeiro, que transferio residencia para essa villa, e Joaquim Gonçalves Ribeiro, casado com Maria Thereza de Lima, cuja larga descendencia existe ainda em Santo Antonio da Patrulha.”

Meu livro não tem um titulo restricto: não se encontra neste o artigo determinativo, como barreira para a inscripção de outros nomes na phalange dos troncos fundamentaes da familia riograndense. Affirmo e justifico as razões porque menciono aquelles que ali figuram. Haverá outros e com os elementos que estudos ultteriores forem autorisando virão sendo incluídos em nossa floresta augusta, reconstituindo-se a vida daquelles tempos e apagando-se as sombras de nossas duvidas.

Assim occorre agora: Manoel Gonçalves Ribeiro, que eu excluirei do culto patricio reingressa, graças ao trabalho de Aurelio Porto.

III

A PARAGEM DAS CONCHAS

Outro ponto debatido a proposito do meu livro, foi a ubicação da paragem das Conchas, expressão geographica dos titulos de sesmarias concedidos a Manoel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier.

Vagamente indicada essa paragem não conservou até hoje aquelle nome. Analysando a concessão da sesmaria de Manoel Ribeiro, para, de seu confronto com outros documentos do mesmo genero, demonstrar o justo titulo que

lhe cabe, de *tronco secular*, o provecto confrade Aurelio Porto admittiu que a paragem das Conchas ficava no hoje municipio de Santo Antonio.

Em Julho do anno p.p. o *Jornal da Manhã* publicava uma collaboração de Fernandes Bastos e que elucida cabalmente o assumpto, rectificando o equivoco de Aurelio Porto.

“Esse lugar, incontestavelmente fica situado no municipio de Conceição do Arroio, na parte norte do Passo da Lagoa; pois ahi e não em Santo Antonio é que ficava a sesmaria concedida a Manoel Gonçalves Ribeiro em 25 de Outubro de 1732 e confirmada por El-Rei D. João em carta expedida de Lisboa em 8 de Novembro de 1734, carta essa que, em original, conseguimos incorporar ao nosso arquivo.

Foi essa sesmaria objecto de medições e divisões antigas, cujos autos conseguimos examinar, abrangendo a sua area os campos que actualmente pertencem a diversos, desde o Passo da Lagoa até o Capão da Canoa, na estrada que vai de Conceição do Arroio a Torres.

Podemos affirmar que se trata de Francisco Xavier Ribeiro. Assim se lê naquelles autos de demarcação.

Francisco Xavier, cujas terras lindavam com a sesmaria concedida a Manoel de Barros Pereira, era o Francisco Xavier Velho Ferreira, que cedeu parte das mesmas terras para a demarcação das sessenta datas que foram entregues aos casaes que se estabeleceram na Freguezia de Conceição do Arroio.

Ficam assim esclarecidos dois pontos:

Primeiro: — Francisco Xavier, que obteve a concessão de terras na *paragem das Conchas* era Francisco Xavier Ribeiro.

Segundo: — A paragem das Conchas fica situada no município de Conceição do Arroio, abrangendo os logares denominados Passo da Lagoa, Capão da Canoa e Estancia do Mello.”

Uma critica serena, baseando-se na analyse de factos e documentos, inspirando-se em impulsos nobres, traz essa enorme vantagem, é constructora...

IV

LUIZ GONÇALVES VIANNA

O nome deste antigo habiante do Rio Grande, provindo da Colonia do Sacramento, vem relacionado em meu livro, estabelecendo eu a hypothese de ser elle o tronco fundamental da familia que conserva esse nome e que tem tão extensas ramificações na capital do Estado.

Não affirmei essa ligação, por deficiencia de informações. Dissipa-se agora a duvida.

Graças á cooperação que me proporcionou um distincto patricio, o Snr. Norberto Telles Villasboas, dedicado investigador de nossa historia, verifica-se que o antigo colonista morreu sem deixar herdeiros.

Eis os elementos proporcionados pelo meu presado collaborador.

“Luiz Gonçalves Vianna estabeleceu-se antes de 1763 no lugar onde está hoje a cidade de Pelotas, em um rincão situado entre os arroios Pelotas e Santa Barbara.

Em 1779 o tenente de Dragões Manoel Carvalho de Souza solicitava auctorisação ao Governador José Marcellino de Figueiredo para se instalar nesse rincão, visto ter fallecido Luiz Gonçalves Vianna sem deixar herdeiros.

Estes apontamentos constam de uns autos de medição procedidos na Fazenda de S. João Baptista

da Boa Vista, de S. Francisco de Paula, hoje cidade de Pelotas, no anno de 1819, no primeiro cartorio do civil, sendo requerente Rosalia Maria Angelica.

Talvez que as criações com que povoou o Rincão de Pelotas tenham vindo da estancia de Bojurú, quando a deixou.

Não é pois Luiz Gonçalves Vianna o tronco secular de onde provem a familia Gonçalves Vianna.

O Governador deferio o pedido de Manoel Carvalho de Souza e este installou-se no Rincão.

A 7 de Junho de 1780, em notas do tabellião José Ribeiro de Moraes, de Porto Alegre, Manoel Carvalho vendia esse rincão por um conto de réis ao Padre Pedro Pires da Silveira, então vigario de Viamão."

V

A FRONDOSA ARVORE DE DIONYSIO RODRIGUES MENDES

Até á publicação dos Troncos Seculares o seu auctor, como está dito á pagina 59, só pudera identificar tres filhos varões e uma filha de Dionysio Rodrigues Mendes.

Nosso estudioso contrerraneo João Pinto da Fonseca Guimarães Filho, que de muito tempo emprega seu tempo em pesquisas do mesmo genero do livro alludido, teve a nimia gentileza de me fornecer copiosas informações sobre a descendencia do velho desbravador de Belem.

Julgo opportuno publicar nesta Revista taes informações que poderão servir aos interessados no assumpto, pois que é ainda muito problematica a publicação de uma segunda edição daquella obra.

* * *

Além de Manoel Rodrigues Rangel, Antonio Rodrigues Barbosa e Francisco Rodrigues apparecem entre os filhos de Dionysio:

José Rodrigues Martins

André Bernardes Rangel

e além de Maria Thereza de Jesus surge outra filha, Thereza Maria Moreira de Jesus.

José Rodrigues Martins nasceu em Viamão e foi baptizado na Laguna tendo casado com Maria Joanna do Nascimento, filha de Manoel de Avila e Souza e de Catharina Isabel de São Francisco, sendo este Manoel de Avila um dos povoadores das terras ao Sul do Arroio da Azenha, que lhe foram doadas por Sebastião Francisco Chaves.

De seu testamento feito no dia 26 de Setembro de 1822 consta ter nascido em 1736. Falleceu a 11 de Março de 1825. De seu casamento ficaram os seguintes descendentes:

- 3 - 1 Anna Joaquina Barbosa, c.c. Antonio Manoel Pacheco
- 3 - 2 Maria, c.c. João Francisco Vieira Braga
- 3 - 3 Joaquina, c.c. Manoel Francisco do Nascimento
- 3 - 4 Genoveva, c.c. Carlos Cosme dos Reis
- 3 - 5 Isabel, c.c. José Antonio de Oliveira Guimarães
- 3 - 6 Rosa, c. em primeiras nupcias com Antonio Gomes da Rosa e em segundas com José Fernandes Pereira da Silva
- 3 - 7 Eulalia, c.c. Bernardino Soares da Silva
- 3 - 8 Thereza, c.c. Melchior Cardoso Osorio

- 4 - 1 Maria Altina, c.c. Antonio Manoel Rodrigues de Carvalho
- 4 - 2 Constancia, c.c. João Baptista Barbosa
- 4 - 3 Thereza, c.c. Tristão Francisco Guimarães
- 4 - 4 Thomaz Luiz Osorio. Nasceu em 1800.
- 4 - 5 Jeremias
- 4 - 6 Melchior
- 4 - 7 Antonia
- 4 - 8 Manoel
- 4 - 9 Miguelina
- 4 - 10 Rita
- 4 - 11 Guilhermina
- 4 - 12 Dorothea, c.c. Geremias Soares

5 - 1 Maria Dorothea, c.c. Antonio Cardoso
Osorio

5 - 2 Joaquina

5 - 3 Dorothea

3 - 9 Manoel Rodrigues Martins

3 -10 José Bernardes, c.c. Joaquina Angelica do Nascimento.

José Rodrigues Martins tinha domicilio em Pelotas, em
cujo foro correu o processo de inventario.

* * *

André Bernardes Rangel foi casado com Anna Joaquina
Sanhudo, natural do Rio Grande de S. Pedro e falleceu em
27 de Março de 1826, em Porto Alegre. Seus herdeiros foram:

3 - 1 Alexandre José Bernardes, c.c. Maria Angelica de Jesus

3 - 2 José Bernardes Sanhudo, c.c. Anna da Conceição e
Silva

De seu inventario em 1844 constam os seguintes her-
deiros:

4 - 1 Candida Rosa da Silva, viuva de José da Costa
Moreira. Candida casou depois com Francisco
Borges Correa Cavalheiro.

4 - 2 Delfina Euphrasia da Silva, fallecida antes da
morte de seu pai e casada com João Fernandes
Moreira

5 - 1 Francisco

5 - 2 Joaquim

5 - 3 Adriano

5 - 4 Modesta

5 - 5 Justino

5 - 6 Candido

5 - 7 Anna, c.c. Manoel Francisco da Silva

5 - 8 America.

* * *

3 - 3 Vicencia Euphrasia Rangel casou com Lourenço Antonio Pinto de Miranda

4 - 1 Anna

4 - 2 Justino Antonio Pinto de Miranda, c.c. Joanna Maria Guterres, filha de Manoel dos Santos Guterres e Esmeria Maria da Conceição.

3 - 4 Bernardino José Rangel, c. em primeiras nupcias com Felicia Peixoto e em segundas com Cecilia Maria Francisca

4 - 1 André Bernardes Rangel, morreu em Porto Alegre em 1876, solteiro.

4 - 2 Zeferino José Monteiro Rangel, que foi o testamenteiro de André.

3 - 5 Maria Angelica, c.c. Antonio José Pinheiro Lima

3 - 6 Candida, c.c. Ricardo José Flores

3 - 7 Mauricia, c.c. José da Silva Guimarães Tristeza

3 - 8 Manoel Felix Sanhudo, c.c. Alexandrina Sanhudo

3 - 9 Francisco José Bernardes, c.c. Josepha, indo residir em Santa Catharina.

3 - 10 Anna Joaquina de Jesus, c.c. José Manoel Correa.

4 - 1 Libania, c.c. Antonio Borges de Almeida Leães

4 - 2 Justino José Correa

4 - 3 Antonio José Correa

4 - 4 Leocadia Leães Correa

4 - 5 José Manoel Correa

4 - 6 Francisco

4 - 7 Manoel.

* * *

Theresa Maria Moreira de Jesus foi casada com José Machado da Silva, filho de Felix Machado de Oliveira e de Maria Antunes da Silva, naturaes de S. Paulo. Foram registrados tres filhos deste casal na igreja de Viamão.

3 - 1 Maria, nascida em 1770

3 - 2 Joanna, nascida em 1773

3 - 3 Antonio, nascido em 1780.

Maria Theresa de Jesus, a filha de Dionysio Rodrigues que figura como Capitulo IV de meu livro, a pag. 109 sob o nome de Maria Theresa Rodrigues, foi casada com o Capitão Pedro Lopes Soares. Foi encontrado o registro de tres filhos

- 3 - 1 Balthasar
- 3 - 2 Francisco
- 3 - 3 Leonor.

* * *

Além destas duas filhas teve o casal Dionysio mais uma de nome Anna, que morreu com 10 annos de idade, como se vê nos archivos da Igreja de Viamão, consultados por João Pinto Filho.

* * *

Sobre Manoel Rodrigues Rangel tenho as seguintes notas a accrescentar ao que está na pagina 111.

Foi casado com Francisca Maria de Jesus, filha de Manoel de Moraes Ferreira e de Micia Nunes de Siqueira, naturaes de Jacarehy, Capitania de S. Paulo, fallecendo em Viamão no anno de 1816.

* * *

Francisco Rodrigues tinha por nome integral Francisco Rodrigues Martins; casou com Rosa Maria de Jesus, nascida no Rio Grande de São Pedro e filha de Manoel Lopes Guimarães e Catharina Seria. Rosa era irmã da esposa de Antonio Rodrigues Barbosa.

Foi encontrado o registro de dois filhos de Francisco Rodrigues Martins e Rosa Maria de Jesus e são

- 3 - 1 Manoel, nascido em Viamão em 1777
- 3 - 2 Francisca, idem em 1779.

* * *

ANTONIO RODRIGUES BARBOSA

Podemos agora, apoz novas informações que temos colhido, completar algumas lacunas referentes á familia deste importante tronco de familias riograndenses.

A esposa de Victoriano José Centeno chamou-se Antonia Candida Barbosa, ou ainda Candida Antonia Cabral Barbosa, como figura no inventario de seu marido, iniciado em 1830 e nunca terminado. De seu consorcio com o Capitão Centeno teve

- 4 - 1 Faustina Candida Centeno, casada com Felipe José dos Passos Alencastro
- 4 - 2 Anna Esmeria Centeno, casada com José Felix Bute
- 4 - 3 Maria Magdalena, casada com seu primo Lycurgo José de Figueiredo, filho do Major Sebastião José de Figueiredo e de Maria Angelica, irmã de Antonia Candida Centeno.
- 4 - 4 Theodora, menor em 1830 e tutelada do Alferes Zeferino Vieira Rodrigues.

A viuva do Capitão Centeno contrahiui segundas nupcias com José Pires de Escobar, o qual falleceu em 15 de Novembro de 1826. tendo ainda Antonia Candida casado terceira vez com Luiz Marques de Carvalho.

* * *

A esposa de Nicolau Cosme dos Reis foi Anna Leonisia Barbosa. Antes deste matrimonio fora Nicolau casado com Leonidia Angelica do Espirito Santo.

Do primeiro leito teve Nicolau os filhos de nomes Nicolau Antonio Cosme dos Reis, Florencio José Cosme dos Reis e Maria Clementina, c.c. José da Rocha Leão e do segundo

- 4 - 1 Maria Emilia
- 4 - 2 José Cosme dos Reis.

* * *

Ficam ainda por publicar outras interessantes informações sobre o assumpto dos primeiros povoadores do Rio Grande, que virei trazendo a esta Revista, opportunamente.

Rio, 1932.

Rua Henrique Dias, 32.

Comentarios

(Coronel Alvaro de Alencastre)

Ha uma desorientação na teimosia dos individuos que querem dizer da Historia sem uma mentalidade conveniente.

E' preciso distinguir o gosto pelo estudo da Historia da capacidade para escreve-la, analisa-la ou comenta-la.

Muitos individuos são dedicados a estudos historicos a ponto de fazer deles o objetivo exclusivo de suas cogitações.

Sem a mentalidade de sociologo ou de historiador, não terá o escritor uma visão perfeita dos acontecimentos. Não basta unicamente estudar. Não é suficiente que se seja um notavel pesquisador. Nem chega que se revolva a poeira dos arquivos.

E' necessaria a mentalidade de um juiz para julgar com isenção e com acerto. E' preciso a consciencia de um sociologo para enfeixar os acontecimentos por épocas e tirar-lhe as causas uteis ou decorrentes.

E' muito difficil fazer historia, a verdadeira historia. Os que escrevem historia podem ser classificados em dous agrupamentos:

- 1.º Historiadores e sociólogos;
- 2.º Catalogadores, comentadores, cronistas.

E' geral o vexo de confundir o segundo grupo com o primeiro.

As testemunhas, os actores, os espectadores pertencem ao segundo grupo. Os individuos que foram contemporaneos dos acontecimentos, que narram, não podem ser seus historiadores.

Euclydes da Cunha não pode ser o historiador de Canudos. Foi testemunha dos excessos, dos crimes praticados. O seu coração confrangeu-se. A sua consciencia revoltou-se.

Não podia Euclydes fazer obra serena e imparcial.

Nabuco chama Armitage de historiador do 1.º reinado. Não está certo.

Testemunha dos acontecimentos que antecederam e sucederam ao 7 de Abril, não teve Armitage uma imagem real dos acontecimentos. Estava perto de mais no tempo e no espaço para focalisa-los.

O inconveniente maior está em que a opinião desses escritores vai correndo mundo e se transforma em verdade irrefragavel.

Inspiraram-se na obra de Armitage dous dos nossos mais eminentes escritores: Joaquim Nabuco e João Ribeiro.

Por aí pode-se ver o mal que fazem os falsos historiadores ou melhor os catalogadores ou comentadores.

Os homens de uma época não podem retratar com fidelidade o ambiente, ainda mais quando êle está agitado por paixões violentas.

Um dos acontecimentos mais deturpados pelos falsos historiadores é a Questão Militar.

Senna Madureira e Cunha Mattos eram dous indisciplinados para os seus contemporaneos politicos e comentadores. Simplicio de Rezende e Franco de Sá, que os insultaram e caluniaram, agachados atraz das imunidades parlamentares, eram considerados como tendo exercido um direito legitimo.

Encaram o fato com esse criterio os nossos mais distintos sociólogos e escritores.

A Questão Militar encarada com imparcialidade não dá lugar a duas interpretações.

Os homens de ontem e os de hoje não revelaram ainda condições para estudar aquele fato historico. Movem-nos as paixões do dia. Inspira aos comentadores a antipatia pelas atitudes militares.

Ha escritores que se supõe sociólogos ou historiadores porque escrevem obras volumosas. Fazem-no sem espirito de construção, sem atenção aos fatos gerais.

O espirito de analyse do historiador não pode ir a minucias. Não pode baixar a estudar fatos insignificantes que não têm finalidade historica.

Essa tendencia revela inteligencia sem grandes antenas. Só interpretam o que lhes chega ao nariz. Campo visual muito limitado. Horizonte muito aproximado.

A primeira vitima desses observadores desautorizados é o povo português. Campo de ação a colonização portuguesa. Porque razão? Porque incapazes de uma grande concepção, só veem o que lhes está á altura dos olhos. Tem diante de si duas atitudes: a construção e a destruição. A construção é difficil, não está á altura de todos. É preciso para executá-la preparo científico, cultura, espirito de observação, pendor de sociólogo. Sobre tudo isso inteligencia e imaginação.

Inteligencia para poder apreender os phenomenos convenientemente.

Imaginação para ter idéas, concebe-las, combina-las em beneficio da comunhão.

A construção, obra de trabalho e de síntese não pode estar ao alcance de qualquer mentalidade.

O caso comum do historiador que unicamente faz critica sem objetivos de aperfeiçoamento, sem a preocupação de desprender dos acontecimentos os elementos essenciaes ao estudo da história, é representado por analyse excessiva que apenas se preocupa com o lado máu das cousas.

Para se ter uma idéia do valor da história, que constrói, e da história, que destrói, basta ver uma edificação que se levanta e outra que se desfaz.

Na construção nota-se a obra do engenheiro. Do arquiteto. Do construtor. Do marceneiro. Do pedreiro. Do operario. Longo trabalho de concepção. Paciente esforço de elaboração. Grandes lances de inteligencia.

Na obra que se desmonta, não ha trabalhos de engenharia, nem de arquitetura. Trabalho unico de modestos operarios.

Incapazes os escritores de fazer algo que aproveite á comunhão, armados de um espirito critico excessivo esmiuçam fatos sociais ou historicos sem objetivo util.

Sem predicado de concepção e combinação, abusam das qualidades de expressão.

Facilidade para amontoar palavras, verborragia abundante, até aí vai a capacidade intelectual desses escritores. Conceitos, idéias, concepções, alguma cousa de original e pessoal não existe. Nada o revela.

Comte considera perniciosos aos escritores que têm demasiadamente desenvolvidas as qualidades de expressão, sem o necessario equilibrio com a faculdade de concepção e combinação.

Eles escrevem para o grande publico. Para o publico que valorisa um escandalo, uma descompostura. O homem culto que tem orientação filosófica repele a obra ingrata e má do negativista sistematico que só sabe negar. Criticar de má vontade. Ridicularisar. Ofender. Sempre aspero, deselegante, injusto. Deturpa acontecimentos. Violenta verdades para deforma-las.

Os criticos de meia tijela, que não valem dez réis de mel coado, batem palmas quando êles aparecem na ribalta. Aplaudem desabaladamente. Caiu-lhe a obra no goto. E' natural. Os critiqueiros têm o mesmo paladar. A regra é achincalhar, magoar, desprestigiar. Se fosse preciso sagacidade para esse mistér, poderíamos dizer que êles eram habeis na chingação. Para insultar, difamar, não ha necessidade de preparação especial.

As meretrizes impudicas e depravadas sabem como ninguém articular insultos e calunias. As velhotas mexeriqueiras são maneiras para veicular uma acusação infamante. Ninguem lhes confere diploma de intelligencia.

O trabalho humano deve ter uma finalidade social. O construtor, que levanta, hoje, uma casa melhor do que outra, que construiu ontem, procura atingir um destino representativo de uma utilidade para a comunhão.

Uma ponte sobre um rio atinge um beneficio geral. Um livro escrito sobre assuntos medicos ou juridicos aparece á publicidade com o fim de expor alguma doutrina util ao proximo.

Uma obra científica procura espalhar conhecimentos, idéias, conceitos uteis.

A intelligencia bem orientada volta-se para o bem. Bem educada procura as finalidades construtoras. Atitudes desconhecidas dos derrotistas, negativistas, pessimistas.

É uma escala que tem tres degráus. O ultimo é o derrotismo perverso e roaz.

Infelizmente podemos acusar de derrotismo a alguns dos nossos mais eminentes escritores.

Silvio Roméro, quando na História da Literatura disse que o clima quente asfixia a intelligencia, fez obra de derrotismo.

Sabia que tinham nascido sob os tropicos os mais eminentes diplomatas da America do Sul, os maiores estadistas, os maiores poetas, os maiores escritores.

Eduardo do Prado endossou uma velha acusação que nos fazia desafetos do Rio da Prata: "O Brasil só produz artigos de sobremesa".

Socialmente o trigo, a laranja, o café, o doce tem o mesmo valor. Ambos representam trabalho humano.

Euclides da Cunha foi mais longe. Escreveu com grande eloquencia, com calor uma objurgatoria contra a Patria.

Aquella ultima pagina dos "Os Sertões" em branco com uma unica linha no centro é um libelo tremendo, que jogou á face da sua Patria — *Ainda não appareceu um Musley para os crimes e erros das nacionalidades.*"

Euclides aberrou da inspiração geral da humanidade. Todas as grandes obras foram escritas para engrandecer as nacionalidades.

Euclides escreveu "Os Sertões" para denunciar os crimes da terra, que lhe foi berço.

A's contorsões do estilo, que parece deformado pelos espasmos de epilepsia, ao estudo militar de campanha, desaccertado e mal feito, junta-se a finalidade impatriotica da construção.

Que é o Jeca Tatú? Uma obra de derrotismo. Nunca aquelle tipo amôrfo e desvalorizado representou o homem do interior. Este Brasil imenso é produto do agricultor, do mi-

neiro, do criador, do homem do interior, maltratado espelhado pelos bonifrates das capitais, que nada produzem a não ser as manifestações de sua maldade e do desprestígio alheio.

Na America não houve homem e não ha ainda quem tanto tenha lutado contra a natureza inclemente como o brasileiro. Nada o deteve na sua marcha para o interior. Nem a penedia escarpada. Nem a floresta virgem. Nem a malária impiedosa.

Esse homem é estupendo. Realizou magnificas façanhas. Encontrou no seu caminho a opposição da natureza. Venceu-a. Topou-se com a ferocidade dos homens e dos animais. Dominou tudo. Ontem era português. Hoje brasileiro. Atesta a pujança dessa gente este colossal país de quarenta e dous milhões de habitantes.

Não é nas terras ferazes que se pode calcular o valor dos homens. A vida é facil. O clima é generoso. A lavrança do solo pouco trabalho exige: lavrar a terra e lançar a semente: esperar depois pela colheita. O armentio nédio e sadio pasta livremente nos prados naturais. O homem que se agita nesse meio, é dileto filho da fortuna.

Será êle um produto artificial, filho da minha imaginação? Não. Esse tipo existe no Uruguai, na Argentina.

Perto dêle agita-se outro que chegou á floresta densa e profunda, depois de vencer a montanha virgem e coberta de espessa vegetação.

A fogo e a machado o novo povoador derriba aquela floresta. Avança e cai ferido pela malária cruel. Atrás dêle vem outro. Depois outro.

Começa nova luta entre a herva cultivada e a herva daninha. Sem a labuta diaria, sem o auxilio humano a planta exótica, que representa civilização, será vencida pela planta nativa, que representa a barbarie.

O herói dessa luta é um tipo estupendo. Nada o detem. Nada o abate. Nada o vence. Nem as sêcas que tudo queimam, que tudo arrasam. Nem as grandes enchentes que destroem.

Muitas vezes cansado da luta nesse cenario, mas não

vencido, procura outro e vai devassar os segredos da Amazonia misteriosa.

O brasileiro bem orientado e patriota reconhece-lhe o valor.

Os analistas de pormenores, que só se preocupam com minucia para ferir, destruir reputações e glórias muito se assemelham aos critiqueiros, que em literatura por falta de descortino fazem a critica do ridiculo e do desprestigio.

Se estudarmos a intellectualidade que os orientam, os pendores que manifestam, veremos que a sua mentalidade é quasi igual á feminina, mas mais fraca.

A mulher tem intelligencia muito agúda e mais espirito de analyse do que o homem. Menos espirito de síntese e menos qualidades creadoras.

Não ha superioridade por parte do homem. São as duas diferentes. Completam-se.

A mulher apreende com tal rapidez um fenomeno que parece adivinhar. Depois esmiuça-o, analisa-o, decompõe-no. Destrincha-o completamente, reduzindo-o á expressão mais simples. E pára. Após o trabalho divisionario do mais completo retalhamento, a mentalidade feminina não age com finalidade construtora.

Intervem então o homem com o seu espirito de síntese e as suas qualidades creadoras.

Em cem musicistas, noventa são mulheres. Todos os grandes compositores e executores são homens. A mulher não creou nada.

A improdutividade da mulher é consequencia da má orientação que se dá á sua educação.

A mulher fará mais na ciencia, na matemática do que nas artes.

Já contamos com Mme. Curie e Carolina Michaelis na ciencia, represetando a intellectualidade do sexo.

Não sou exagerado, nem inveridico quando digo que os analistas de pormenores têm mentalidade feminina. Não deixam de ser casos teratologicos. Sobre um corpo de homem, uma mentalidade de mulher.

Seria muito difficil conseguir com eles uma obra de construção. Não sairão do pormenor, da minucia, do mexerico.

A história deve estudar conjuntos de acontecimentos que tiveram uma representação de valores.

As minudencias servem para precisar a occurencia. Serão elas as occupaões dos anotadoras, dos comentadores. Sobre o trabalho deles construir-se-á a história.

É necessario que o trabalho feito se aproxime tanto quanto possivel da verdade historica.

Devido ás obras dos contemporaneos, devido ao carater nacional de cada historiador, apparecem conceitos que se contrariam.

Para a Argentina, Artigas é um celerado. Fez o desmembramento do Vice-Reinado do Prata. Para o Uruguai, um semi-deus. Rio Branco chamou-o de principe dos caudilhos.

Os brasileiros, adversarios que o esmagaram, respeitam a sua memoria. Curvam-se respeitosamente diante da sua figura historica.

Guêmes, esse homem formidavel, que guardou o flanco e a retaguarda de San Martin na escalada ciclopica dos Andes, é um bandido para os espanhões.

San Martin foi o grande general que, em um lampejo de genealidade, venceu o adversario espanhol, levando as suas bandeiras vitoriosas ao Perú.

Sem Guêmes, San Martin não se teria revelado. Guêmes foi uma muralha. Guêmes foi uma legião. (Fidel Lopes, Manual de História Argentina, pag. 325).

Provocada pelos brasileiros, inspirada pelos brasileiros tentaram os paraguaios a rehabilitação de Lopes.

A rehabilitação de Lopes! Parece incrivel! Parece incrivel! Lopes, o maior tirano, assassino do seu irmão, espancador de sua mãe, que seria fusilada, o martirizador de Panchita Gamencia, flor de pureza e sensibilidade, o maior criminoso que a história registra é uma vitima do Brasil!

Para os brasileiros lopistas (que Deus os perdoe!) D. Pedro II, o magnanimo, o justo, o puro, o patriota excelso é o perverso que ensanguentou o Paraguai.

Deus! meu Deus! meu Senhor! perdoai-lhes! Eles divinizam o impuro, o reprobado e maculam o justo, o magnanimo.

Quer queiram, quer não queiram os derrotistas brasileiros Lopes para o Brasil será o homem que destruiu a propria patria para servir aos interesses.

Para o Paraguai será um herói.

Fiquem com essa honra os brasileiros que querem reabilitar esse monstro.

Os que dignificam Lopes são os mesmos que querem reduzir a grande personalidade de D. Pedro de Alcantara.

Só procuram acentuar os seus erros, aumentando-lhes a intensidade; só estudam as imperfeições de sua ação; jogam sobre elle todos os erros dos homens politicos; transformam as suas virtudes em vicios; deturpam as suas ações beneficas; duvidam das suas ações generosas depois de desvirtua-las.

D. Pedro deve ser estudado como homem de sua época. No meio em que viveu. Apreciando os seus defeitos e as suas virtudes. Mostrando os seus erros e os seus acertos.

Estudado na sua época, não á luz das modernas conquistas de civilização, esplende a personalidade de D. Pedro II.

Foi elle o mais eminente politico da monarquia.

Ninguém ultrapassou o seu patriotismo. Só o Marquês do Paraná escreveu a pagina mais negra da nossa história, porque D. Pedro era uma criança.

Jamais o nosso grande Imperador, se estivesse em pleno conhecimento das suas responsabilidades perante a Patria, teria permitido que aquêlê chefe de partido e do Gabinete assinasse um tratado com Rosas contra o Rio Grande do Sul.

Paraná de mãos dadas a Rosas para combater o Rio Grande! Que horror! Que vergonha!

É uma mancha que devia desaparecer da nossa história. Não se apagará entretanto, porque está escrita tambem na dos países vizinhos e amigos.

Porque não se executou o pactuado entre Paraná e Rosas? Porque Rosas teve escrupulos em executa-lo. Vergonha ainda maior.

Quando Pedro II identificou-se com a politica brasileira,

a sua intelligencia agúda reconheceu que o Brasil não podia ser governado como o eram as nações européas de governo parlamentar.

Era necessario uma personalidade superior ao ambiente politico para dirigir a politica nacional. Não era possivel executar a republica parlamentar, sem partidos organizados, sem programas. Sem as grandes correntes politicas partidarias, pôde, em um regimen presidencial, marchar bem encaminhada a ação governamental e politica. Ha uma vontade superior que dirige o país.

Como remediaría Pedro II a difficuldade? Evitando que os partidos sem programa se perpetuassem no poder. Era o que fatalmente aconteceria, porque faltava ao povo uma mentalidade politica.

A incultura era muito grande. O analfabetismo tinha um alto coeficiente de representação.

A votação dos partidos no poder foi a medida tomada pelo grande imperante. Foi uma medicação de oportunidade imposta pela circumstancia. Dirigiu D. Pedro, enquanto teve saude, a politica nacional. (Oliveira Vianna — Populações Meredionais).

A republica veio provar a excelencia do metodo adotado pelo imperador. Durante quarenta anos de vida que teve a Republica velha não fez ela outra cousa, senão continuar a ação politica de D. Pedro de Alcantara. A mesma politica foi adotada.

O Presidente da Republica, quando tinha personalidade, dirigia a politica nacional.

E será essa a fórmula de governar o país enquanto o povo não tiver consciencia de sua força, do seu valor, para controlar a ação dos seus mandatarios. É essa uma manifestação de supremo interesse nacional. O povo precisa de mentalidade para poder escolher acertadamente os seus representantes, que são os responsaveis pelos desastres nacionais. Sim, são os letrados que têm desgovernado o país. Deve agir sobre elles a fiscalização de partidos organizados com ideais politicos.

É muito difficil dar mentalidade politica a um povo, que

conta com uma grande massa de analfabetos ou melhor a mentalidade politica é uma consequencia da alfabetização do país.

O Rio Grande do Sul prova esse acerto. O Estado que apresenta, de acordo com o ultimo recenseamento, o menor coeficiente de analfabetos é o Rio Grande do Sul. É o unico que tem dous partidos organizados com programas, em uma luta secular.

Na America do Sul é o Uruguai o país que tem menor coeficiente de analfabetos. É o que está politicamente mais adiantado.

O melhor caminho para chegarmos a dar ao povo a consciencia do seu valor e das suas possibilidades, isto é, uma mentalidade politica é tratarmos da alfabetização do país, com eficiencia, com sinceridade.

No tocante á instrução publica deve haver pelo Brasil em fóra muita cousa interessante a julgar pelo que se fez na Capital Federal.

Em Marechal Hermes, arrabalde da Capital Federal, ao lado de um edificio publico deshabitado, existe a escola mixta Nair da Fonseca. Os alunos sentados pelos pateos e corretores não recebem lições por falta de professor. Em Bôa Esperança, bairro populoso, que surgiu da noite para o dia, defronte de Marechal Hermes, não tem uma unica Escola.

Publiquem-se regulamentos. Decretem-se leis. Executem-se reformas. Editem-se obras sobre instrução publica. Poderão dizer muito bem os observadores superficiais. Entretanto, enquanto não se tratar com sinceridade do problema educativo do povo seremos juguete dos politicos e da má politica. Não se dá educação e civismo ao país, com decretos e leis.

O que eu tenho visto na questão do combate ao analfabetismo é o desejo de impressionar pela apparencia, pelo espalhafato. Vontade firme e decidida de combate-lo não existe. O nosso povo é muito impressionavel. Algumas administrações exploram essa feição dos nossos populares pelo escandalo. De quando em quando lançam um ao paladar da

população. Todos exclamam: “Que homem notavel”, “Que coragem civica”!

Tirando os **noves fóra** não fica cousa alguma de todo o barulho. Era pura balandronada para impressionar o indigena.

Na actualidade o administrador mais notavel será aquêlê que dêr o maior numero de escandalo. Isto de ferir injustamente a Pedro ou a Paulo não tem importancia. E o homem fica celebre.

Agora mesmo o Diretor da Instrução Publica de São Paulo criou um imposto de dous mil réis por aluno matriculado. Temos o ensino primario remunerado no grande Estado.

Ultimamente fecharam ainda por lá as escolas noturnas de alfabetização.

É francamente lastimavel que tal aconteça em São Paulo.

Dizem as más linguas que nós apresentamos o coeficiente de 70 % de analfabetos. A mesma afirmação já fazia o grande Machado de Assis em cronicas de 1876, como se pôde verificar nas que foram publicadas por Max Fleiuss. (Pags. de História, pag. 677). São dados do recenseamento de 1870.

Os rio-grandenses pôdem dizer com orgulho que têm trabalhado para aumentar o numero de alfabetizados.

Os gaúchos pôdem apreciar com segurança a atuação dos portugueses na terra charrúa. Para o povoamento do sólo pampeano tivemos tres correntes que tomaram direções diferentes. Pelo Noroêste entraram em principios do século XVII os espanhóis, representados pela catequese jesuitica na pessoa do padre Roque Gonzales, incontestavelmente um tipo de grande valor.

Pelo Nordêste entraram os lagunenses, paulistas.

Pelo Oriente, barra do Rio Grande, entra a gente do General Paes e os açorianos que povoaram o porto de Casais.

Rapidamente os jesuitas espanhóis progrediram e lançaram solidamente as bases de uma poderosa nacionalidade com ligação com as missões do Paraguai e Corrientes.

Os bandeirantes que os haviam expulsado das margens

do Paranapanema e Paraná, com uma ferocidade inexcedível destruíram as missões áquem Uruguai, anulando completamente a ação dos religiosos espanhóis.

Os mamelucos na sua ferocidade, no afan de tudo destruir para caçar índios, representaram inconcientemente o espirito de brasilidade que, no Sul, dilatava as nossas fronteiras.

O mameluco era um tipo cruel. Para os platinos era uma expressão de ferocidade. Cruzamento de índio com o português, nasceu identificado com o ambiente, onde predominava a ousadia, a força, a violencia. Do português herdou a bravura e o espirito de tenacidade. Do índio a crueldade e o espirito de locomoção.

Os bandeirantes que atacavam os jesuitas nas reduções nada construíam. A sua obra foi de desbravamento, de destruição.

Atraz deles veio outra gente, da mesma terra mas com outros pendores.

Um século depois que se iniciou a catequese espanhola começou pelo Nordéste do Estado a conquista pacifica com lagunenses.

Pouco depois, em 1837, o General Paes num movimento de genial previsão entra pela Barra do Rio Grande e funda uma povoação que iria representar papel principal nos acontecimentos futuros.

Desviado da sua missão, que era proteger Colonia do Sacramento na fundação de Montevideo, realizou um cometimento de enormes vantagens para a posse definitiva do Rio Grande.

Segundo Rio Branco (Tasso Fragoso, Batalha do Passo do Rosario, pag. 56) de 1715 a 1725 começaram a formar-se os primeiros estabelecimentos lagunenses ao Norte de Jacuí.

Diz João Borges Fortes que só depois de 1725 foram fundados nucleos de população. (Revista do Instituto Histórico e Geografico do Rio Grande do Sul, pag. 123).

O General Paes escreveu uma carta interessante a Gomes Freire de Andrade, onde dizia: “O ponto é criar gente

de a cavalo e que saiba fazer o serviço como cá se costuma... Já se acham corridas mais de duzentas vacas, espero creça o numero e já se acham marcadas para S. Majestade mais de mil, que faço conta passa-las a outra parte para um rincão de admiraveis pastos, onde andam as cavalhadas... eu procuro que todos saibam andar a cavalo, que é muito preciso..." "e introduzirem nos com muita facilidade os minuanos os cavalos que quizermos" (Tasso Fragoso, idem).

Os açorianos entraram no Rio Grande em varias levas.

Houve intenção de mandar 4.000 casais. O numero deles que aqui aportou foi muito menor. Povoaram primeiro o Porto de Casais. (João Pinto da Silva, A Provincia de São Pedro, pag. 56).

Raciocinando-se bem vê-se que havia dificuldades invencíveis para o transporte. Os quatro mil casais deviam representar mais de 8.000 pessoas. Borges Fortes diz nos Troncos Seculares, pag. 41 que chegaram de 1748 a 1753 perto de dois mil casais.

O trabalho eficiente do povoamento do Rio Grande foi obra dos lagunistas, do General Paes e dos açorianos. Pela carta acima transcrita em parte vê-se que o General Paes entrou em contacto immediato com os minuanos.

Foram os duzentos homens de Paes e os lagunistas os primeiros povoadores do Rio Grande.

Os lagunistas desceram, fundando cidades, começando em 1725. (João Borges Fortes, Revista do Instituto Historico do Rio Grande). O general Paes, adaptando-se ao ambiente e entrando em comércio com os indios.

O padre Teschauer no seu notavel trabalho historico sobre as missões jesuiticas nos revela que os atuais costumes gauchescos eram praticados pelos indios.

O General Paes conta-nos tambem que os encontrou entre os minuanos e como sempre acontece adotou as praticas da vida dos povoadores do sólo.

Não temos o direito de nos queixar dos portugueses na colonização do Rio Grande. Era natural que assim succedesse. O Estado mais novo do Brasil nasceu do português e do seu

cruzamento com o indio. O negro em pequeno numero desceu com os lagunistas. É a hipótese mais aceitavel.

O primeiro gaúcho foi o indio. Herdamos do indio o mate e os trabalhos campeiros. O segundo, mais melhorado pelo contacto com a civilisação, foi o mestiço do português com o indio. Foi do cruzamento dos homens de armas do General Paes com as indias que nasceu o verdadeiro gaúcho do Rio Grande.

Pelas palavras do General se vê que os costumes eram os que caracterisavam a vida gauchesca.

O gaúcho não podia nascer nas povoações fundadas pelos lagunistas.

Quando entraram os açorianos em 1748, os homens de Paes já estavam identificados com as novas terras.

O General Paes fundou os fortes em fevereiro de 1737. Em setembro montou uma guarda em Taíma. Construiu o reduto de São Miguel e estabeleceu outra guarda em Chuí.

O gaúcho riograndense nasceu na zona apertada entre o mar e a lagôa mirim, sem contacto com o gaúcho espanhól.

Vê-se assim a influencia do ambiente sobre a formação dos individuos.

Nascido em meios semelhantes sem contacto, o gaúcho nascido nos pampas argentinos e nos pampas riograndenses traz os mesmos caractéres, os mesmos pendores.

Na formação da gente pampeana podemos certificar a existencia de tres fatores, representantes todos do valor ethnico português: lagunistas, soldados do General Paes e açorianos.

O fáto de acentuar os bons elementos de colonização na terra do minuano, não significa que se condene a colonização protuguesa no Brasil. Ao contrario sou um grande admirador do esforço português.

“Dissemos, então, que nem toda a culpa da chamada catastrophe da colonisação brasileira se ha de pôr á conta da corôa portuguesa. Para provar basta avivar, aqui, e de passagem, a história da formação da colonia norte-americana.

Teria sido ella, porventura, nas suas origens, obra do governo da Inglaterra?... Não foi. O que ella foi, e os

testemunhos da historia são positivos, foi obra dos proprios emigrantes que, ao saltarem na nova terra, se reuniam em assembléa, “por conselho unanime e solemne”, e “na presença de Deus” concordavam “em formar um corpo de sociedade politica, afim de nos governarmos e de trabalharmos para a realisação de nossos designios, assentando igualmente, em virtude desse contracto, na promulgação de leis, actos e ordenações, e, segundo as necessidades, na instituição de magistrados, aos quaes promettemos toda a submissão e obediencia”.

“A Inglaterra veio depois, e a principal cooperação della na formação dos Estados Unidos resulta precisamente desse espirito de legalidade e de liberdade, do qual, na phrase expressiva de Dicey, está saturado seu ambiente” (Lemos Brito, *História Economica do Brasil*, pag. 28).

Lemos Brito mostra a dessemelhança existente entre a colonização dos Estados Unidos e a do Brasil.

A colonia inglesa e a colonia portuguesa em nada se assemelhavam. Nem na sua origem, nem na sua organização, como se depreende das suas palavras acima citadas. José Ingenieros, estudando a colonização espanhóla na America do Sul, procura tirar consequencias da americana do Norte. (José Ingenieros, *Sociologia Argentina*).

Entraremos mais em contacto com a realidade estudando o que fizeram povos da mesma raça com identidade de condições e de meio, onde agiram.

Das duas Americas a que devia inspirar mais atração aos europeus era a do Norte, pela semelhança do clima e da produção agricola.

Os países europeus ainda eram mais agricolas que industriais. Transplantando-se da Europa para a America Setentrional não sofreram alterações no seu modo de vida e de trabalho.

Se eram plantadores de trigo, continuavam plantadores de trigo.

No sul do continente tinham que mudar de vida. Tudo era novo. Tudo era estranho. Era mais facil e mais logico que viesse em primeiro lugar o aventureiro e o fidalgo empobrecido.

Foram primeiro elementos de colonização homens de armas, aventureiros e degredados. Mem de Sá pediu a remessa de quatrocentas mulheres.

Se elas vieram deviam ser de infima categoria.

Não podiam ser mais modestas as nossas primeiras manifestações de vida.

Portugal, na ocasião pauperrima, não podia ir além. **“Era a estreita faixa do território quasi todo árido e improdutivo, que em Portugal vinha sendo trabalhado nos seus melhores trechos, de longos séculos, e cansado, já não oferecia um campo bastante compensador aos agricultores. Disto resultou, senão propriamente a corrida para o oceano ao menos, com o abandono da lavoura, o despovoamento dos campos e o povoamento das náos e caravelas do descobrimento”** (Lemos Britto, História Economica do Brasil, pag. 19).

Jogaram-se os portugueses em busca daquilo que a terra não lhes podia dar mais. Eram levados pela necessidade. Raça de fortes tentaram grandes cometimentos. Realizaram grandes façanhas no mar.

Balanceadas as condições iniciais das tentativas maritimas lusitanas não temos o direito de exigir que Portugal nos desse mais do que podia dar. Dispunha de pouco, pouco nos deu. Lançou-se ao mar atrás de recursos. A necessidade obrigava-o a explorar a terra conquistada.

Ao lado desse acerto, devemos articular outro também verdadeiro: a exploração custou-lhe os maiores sacrificios. Os portugueses fizeram esforços ingentes. Nunca se pouparam. Nunca fugiram. Onde quer que se apresentasse o inimigo, pouco depois, sublime de bravura, lutava com êle a gente lusitana. Se era em terra firme, êles atravessavam a floresta virgem para bate-lo. Se a orla do mar que os adversarios ocupavam, em pouco estavam êles pelejando com os da terra.

Mal teve noticias Mem de Sá de que havia franceses no Rio de Janeiro, para lá seguiu com os seus homens de armas, em frageis cascas de nozes. Só descansaram os portugueses depois da expulsão.

Os maiores países da terra foram batidos na America

pelos portugueses. A Espanha de Carlos V e de Felippe II, a França de Luiz XIX e a Holanda.

No Sul Portugal estendeu os seus dominios até o Quaraí, tomando aos espanhóis as Missões Orientais do Uruguai. No centro, no norte, no Rio de Janeiro e no Maranhão, expulsou os franceses. Conquistou em 1909 a Guiana Francesa que esteve dez anos em nosso poder. Repeliu do nordeste os holandeses em uma luta homérica.

Os adversarios de Portugal engrandecem a dominação holandesa no Norte. Estão errados. Os holandeses fracasaram como colonizadores. O que foi feito em Recife foi obra pessoal de Mauricio de Nassau, unicamente. O que appareceu foi o valor de um homem.

Os seus substitutos extremaram-se em toda a sorte de desatinos. Revelaram-se mil vezes peiores do que os portugueses. Anularam completamente a obra notavel do principe batavo. Foram vencidos porque eram inferiores aos portugueses.

Nada temos a invejar da colonização espanhola. Não souberam os espanhóis, como os portugueses, deixar um bloco unico. A sua colonia ficou dividida em muitas nacionalidades.

A occupação do Rio Grande pelo General Paes foi ato de grande habilidade. Vinha em primeiro lugar permitir a expansão portugueza no Sul. Em segundo lugar, era um apoio relativo á Colonia do Sacramento.

Ficaram os espanhóis convencidos da importancia do posto e por isso o atacaram diversas vezes, procurando conserva-lo em seu poder. Lá estavam os heroicos portugueses dispostos a defendê-lo.

Ficaram os espanhóis ameaçados por dous pontos: Rio Grande e Rio Pardo. Ceballos e Vertiz procuraram em vão conquista-las.

O enfraquecimento, ou melhor, a anulação do poderio jesuitico espanhól nas missões e a fundação do Rio Grande, com uma eficiente força militar permitiram a conquista dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai por Manoel Pedroso e Borges do Canto.

O Rio Grande deve duas terças partes ou mais do seu territorio a esses dous heróis, quasi esquecidos.

Esses dous gaúchos levaram as fronteiras do Rio Grande ás margens do Arapeí, até onde iam os limites da então Provincia de Montevidéo.

O recuo dos nossos limites para o Quarai foi um concerto entre dous generais, homologado mais tarde pelo Tratado de 1828 que deu independencia ao Uruguai.

Retirava Rivera das Missões nesse ano, depois de um raid feliz, quando acampou na margem direita do Quarai. Sebastião Barreto que foi mandado em seu encalço com forças suficientes para bate-lo preferiu parlamentar. Exigiu a passagem do rio e marcha da força de Rivera para além do Arapeí. Contestou Rivera dizendo que os limites de Montevidéo iam ao Ibiquí, por causa do Tratado de Madrid, esquecendo que pelo tratado a linha avançava para o Ibiquí no Norte, mas tambem avançava muito para o Sul de Castilhos Grandes.

Resolveram os dous generais: nem Ibiquí, nem Arapeí. Reconheceram como divisa o Quarai. Passou então Rivera para a margem esquerda.

Outro ato politico de grande alcance para a colonia foi a conquista da Cisplatina. D. João VI procurou para o seu grande imperio os limites naturais do oceano e do Prata.

A conquista do Uruguai não foi uma inspiração do governo português. Foi produto de um grande trabalho feito no Rio de Janeiro por Alvear, Herrera e Valentim Gomes, que tramaram contra a propria Patria.

Convencido o governo português, de que atendia aos interesses do Uruguai, ao mesmo tempo que se livrara da má vizinhança, a de Artigas, iniciou e levou a termo uma bonita campanha dirigida por Lecor.

Artigas, arrogante, no fastigio de seu poderio, vitorioso batia violentamente ás portas de Buenos Aires vencida e humilhada. (Garcia Morou, História Argentina, pag. 367).

Depois de uma série de brilhantes vitorias o glorioso caudilho caíu como um verdadeiro herói.

Quando Pueyrredon apertava-lhe ao pescoço uma gar-

galheira de aço, deu-lhe Artigas uma resposta estupenda: **“O Chefe dos orientais manifestou em todos os tempos que ama demasiado sua patria para sacrificar este rico patrimonio dos orientais ao baixo preço da necessidade”**.

Não são poucos os que classificam de infeliz o ato da Conquista da Cisplatina. É que se colocam em um ponto de vista brasileiro.

É facil pôr o problema em equação: a Cisplatina foi um ato acertado da diplomacia lusitana, porque levou os nossos limites ao mar e ao Prata; para o Brasil foi um gravame.

Portugal com o seu poderio, os seus homens, o seu exercito manteria a conquista com facilidade.

O mesmo fáto não de dava com o Brasil, que iniciou a sua vida politica com perturbações.

O maior apoio que tinham os independentes orientais era a politica brasileira. A guerra era impopular no Brasil. Pedro I era muito atacado por causa dela.

Em ultima analise o Brasil era um país em formação e precisava cuidar da vida interna.

Pouco depois de 28 a politica agitada do Imperio deu-se o 7 de abril de 31.

Foram povos colonizadores na America os ingleses, franceses, holandeses, espanhóis e portugueses.

Qual deles deixou maior herança? Portugal.

Os Estados Unidos atual não são a possessão inglesa que declarou a sua independencia em fins do século 18. Os americanos compraram a Louisiana á França e tomaram o Texas, Novo Mexico e California ao Mexico e adquiriram Florida de Espanha depois de serem independentes.

Os franceses depois de se estabelecerem do Rio de Janeiro e no Maranhão foram repelidos.

Os espanhóis, senhores do maior imperio colonial do mundo, viram esboroar-se o colossal territorio, constituindo-se em um grande numero de nacionalidades.

Os holandeses estabeleceram-se no Nordeste donde foram expulsos pelos seus crimes e seus desatinos.

Como os ingleses pretenderam êles estabelecer-se no Amazonas, donde foram repelidos.

Contra ingleses, franceses, holandeses, espanhóis lutaram os portugueses desde o Amazonas até o Prata.

A pirataria inglesa, francesa e holandesa fazia-lhe um mal incalculavel.

A tudo resistiu o valente povo português.

Conseguiu dilatar as fronteiras do Brasil.

Deixou, como patrimonio, aos brasileiros o maior país das duas Americas.

Para demonstrar o valor etnico formidavel dos homens, que nasceram naquêlo infimo pedaço de terra, basta lembrar que imprimiram ao povo brasileiro um feitio genuinamente português.

Mantiveram o Brasil português, pela sua história, pela sua ação, pelas sua tradições, pelo seu valor etnico.

O Rio Garnde, que foi colonizado por ótimos elementos, foi teatro de grandes façanhas. Não se queixa de ter sido o seu sólo regado pelo sangue, genuinamente português. Os que engrandeceram a terra pampeana, os que lhe dilataram os limites e os que morreram na meia lua das lanças inimigas ou eram portugueses, puro sangue ou descendentes de portugueses.

Com êles aprendemos a batalhar e a trabalhar. Grandiosos foram os seus feitos. Edificantes, os seus exemplos.

Não podemos esquecer que a nossa nacionalidade brasileira foi obra dos portugueses que resistiram a Ceballos e a Vertiz.

A fundação da Colonia do Sacramento foi um ato de grande valor para a terra continentina. Plantada ás barbas da adversaria vigilante e temivel, o seu primeiro destino era o sacrificio dos seus habitantes, em beneficio da obra que se construira á retaguarda.

Qual foi a finalidade principal da Colonia do Sacramento?

Evitar que os espanhóis tomassem conta do imenso territorio que ficava á sua retaguarda e que lhe pertencia pelo Tratado de Tordesilhas.

Os mantenedores daquêlo forte que se levantou á frente do adversario, desafiando, têm alguma cousa de epico.

Recuando no tempo, foi a manutenção da Colonia uma obra de brasilidade ou de riograndensização.

Fundada foi a Colonia por D. Manoel Lobo em 1.º de Janeiro de 1680.

Em 7 de Agosto de 1680 foi tomada e destruída por Mujica por ordem de Garro, governador de Buenos Aires.

O tratado de 7 de Maio de 1683 mandou restituir a Colonia a Portugal, o que quer dizer que a Espanha reconheceu a legitimidade da posse.

Pelo tratado de 1701, tomou Portugal posse definitiva.

Atacada novamente em 1704, Veiga Cabral, seu comandante, resistiu ao cerco durante seis meses. Retirou com ordem, rompendo a linha do bloqueio.

O tratado de 1715 posterior ao de Utrech entregou novamente Colonia do Sacramento a Portugal.

Os espanhóis queriam que o territorio da Colonia não ultrapassasse o tiro de canhão.

Como consequencia a occupação de Montevideo por Freitas da Fonseca.

Zabala reconquistou-a e fundou a cidade de Montevideo a 24 de Dezembro de 1726, com familias vindas de Buenos Aires.

Laguna foi fundada por Domingos Brito Peixoto em 1676.

Por ordem do governo, Francisco Brito Peixoto procurou por terra ligação com a Colonia do Sacramento.

Salcedo atacou em 1736 a Colonia e não logrou apoderar-se dela.

O General Paes foi incumbido de tomar Montevideo. Na impossibilidade de fazê-lo voltou e entrou na Barra do Rio Grande.

Em virtude da denuncia do Tratado de Madrid, Portugal enviou ao Rio Grande tropa sob o comando do Tenente General Böhm, que desembarcou em Laguna. Total da tropa 3.000. Ficou o exercito portuguez com um efetivo no Rio Grande de 6.700 homens.

Essa força era um exercito muito grande para a época e para Portugal.

Foi Portugal que criou a mentalidade riograndense. A

série de lutas que parecia não terem mais termo e que varreram o Rio Grande em todas as direções foi feita pelo soldado português e pelo nativo brasileiro, descendente direto do português.

Portugal não poupou esforços para defender a posse de um territorio que ainda nada valia.

As lutas foram porfiadas, as dores foram cruentas, os sacrificios diarios e interminaveis.

Não foram dias de lutas. Pelejou-se durante um século, pouco mais. Alguma cousa havia de ficar de uma contenda tão dura. O meio era aspero, violento, brutal. Ou em guerra, ou preparando-se para ela, afiando a meia lua da lança. De uma vida inteira de sacrificios e devotamentos, o gaúcho descendente do português e do indio devia ser modelado á feição do ambiente.

Plasmou-se assim a alma gauchesca na dor, no sacrificio, na luta, no exemplo, de bravura, de devotamento dos soldados portugueses.

Devemos ao português não sómente a constituição da terra continentina e a sua defesa durante pouco mais de um século de lutas, mas tambem aquilo que constitue o nosso maior orgulho — a alma gauchesca.

A nossa alma, a alma do gaúcho, rica de vitalidade, de espirito de sacrificios, capaz de todos os devotamentos, de todas as renunciias é uma herança portuguesa.

Quando as grandes correntes imigratorias vieram alterar o facies do sólo pampeano já existia uma alma gauchesca definida, por assim dizer, cristalizada.

O sólo foi modificado, cortado e recortado. As grandes propriedades foram divididas e sub-divididas pela herança, pelo povoamento.

O gaúcho andarengo, gauderio, que não tinha fogão proprio desapareceu no vortice das conquistas modernas da civilização.

A alma gauchesca não se modificou, entretanto. É a mesma que veio dos nossos maiores. Poetica, incontida, desenfreada algumas vezes, identificada com o sacrificio e

com a luta, capaz sempre de jogar a vida num lance quando lhe agrada a parada.

A cultura abrilhantar^á a mentalidade do gaúcho. A civilização esplenderá em admiraveis creações nas **indústrias**. O Rio Grande assimilará todo o progresso moderno. Daqui a um século, talvez tenha o gaúcho desaparecido.

A alma gauchesca, não. Essa é eterna. Imorredoura. Só desaparecerá se um cataclisma sepultar o Rio Grande inteiro no seio da terra mater.

Do livro História do Rio Grande do Sul do Padre Terschauer e da carta do General Paes póde-se evidentemente concluir que os primeiros gaúchos foram os índios que povoaram a terra continentina.

Os índios eram pastores e faziam toda lida campeira como ela se fazia no nosso estado.

Foi preocupação do General Paes adaptar os seus soldados aos costumes da terra. Queria que todos os seus comandados soubessem montar. Pensamos que não havia nas circunvizinhanças da Barra outros povoadores além dos índios.

Se houvesse tais povoadores, era logico que em primeiro lugar aquêlê general tivesse entrado em entendimento com êles, com os seus compatriotas civilizados. Tal não se deu. O General Paes entrou, como se depreende da sua carta, em contacto com os índios.

Segundo João Borges Fortes, que respeitamos como autoridade no assunto, a primeira povoação que se fundou no Rio Grande, foi lá pelo ano de 1725, por fundadores vindo da Laguna. (João Borges Fortes, Troncos Seculares).

Laguna era a povoação mais meridional do Brasil. Não podiam ser grandes os seus recursos nesse ano, em homens. Havia, apenas, trinta casais naquela localidade.

Não tinha população que suportasse o deslocamento de grandes massas humanas. Não passavam de familias que se deslocavam para novas residencias.

Em 1737 entrou o General Paes no Rio Grande, isto é, doze anos depois de fundada a primeira povoação rio-grandense.

É lá possível que os lagunistas tivessem recursos para povoar uma zona enorme, chegando até o Rio Grande?

É, entrtanto, admissivel a hipotese de que depois da fundação do povoado feito pelo General Paes fossem chegando outros povoadores.

Na zona nordeste do Estado não era o lugar apropriado para o nascimento do gaúcho.

Já não posso dizer o mesmo da terra ocupada militarmente na entrada da Barra.

Os açorianos que povoaram Porto dos Casais e adjacencias eram agricultores não podiam modificar-se tão rapidamente sem as exigencias do meio.

Depois desse nosso raciocinio em que analisamos os elementos de colonização, podemos precisar que os primeiros gaúchos nasceram na zona povoada pelo General Paes.

A adaptação dos lagunistas e açorianos ao novo meio de vida, imposto pelas exigencias da vida pampeana, foi mais demorada.

Alguma cousa tambem nos deixou a ocupação espanhóla no Noroeste.

A ação das bandeiras nessa parte do Estado foi de destruição. Destruiram, talaram, trucidaram em proveito da nossa brasilidade.

Os espanhóis tinham nas missões, autoridades e força militar. Algum cruzamento deve ter ficado.

Ao principio da fundação das missões jesuiticas não havia autoridades espanhólas. Elas vieram mais tarde.

O General Carlos Maria de Alvear, Comandante dos exercitos Argentino-uruguaio na batalha de Ituzaingo nasceu em Santo Angelo, um dos sete Povoados das Missões Orientais.

O gaúcho é um produto do ambiente. O caudilho é um produto da explosão do ambiente.

O gaúcho uruguaio, o gaúcho argentino e o gaúcho rio-grandense são os mesmos homens com as mesmas características.

Aquêles cruzamentos do espanhól com o indio. Este do português com o indio.

O pampa, impondo a sua soberania, modelou o gaúcho á sua feição.

Circunstancias politicas externas vieram impressionar distintamente o ambiente pampeano, dando lugar ao nascimento do caudilho nos pampas platinos.

Marcharam nas suas derrotas para a civilização o Brasil e o Vice-reinado do Prata. O Brasil, no principio do século XIX já tinha formado o seu espirito de brasilidade. (Felisbelo Freire, Discursos, Pedro II e a Arte no Brasil, pag. 11 e 12).

O vice-reinado do Prata, inteiramente identificado e contente com a dominação espanhóla não apresentava sequer o menor espirito de argentinidade. Eram completamente espanhóis.

Inesperadamente para os americanos, as tropas napoleonicas invadem a Peninsula Iberica.

Quais as consequencias decorrentes para a America do Sul? Para o Brasil um estupendo beneficio: a vinda de D. João VI, ainda principe regente.

Para o Vice-reinado do Prata a quéda de Fernando VII, um grande mal.

Repentinamente se viram os povos do Prata sem rei. Sem pratica de governo independente, sem o preparo para governar, os que dirigiam o país desorientaram. Vacilaram.

Deante de um governo central irresoluto, fraco, sem saber o que devia fazer, os homens de armas, os homens de mando, procuraram solidificar a sua autoridade. Depois engrandece-la á custa do vizinho.

Aí está o caudilho. Foi o proprio gaúcho do interior que se transformou em caudilho.

Esse tipo não podia nascer no Rio Grande, onde a autoridade central se fez sentir com eficiencia.

E quando mais tarde os desatinos do Governo Central atirou o estado á Revolução Farroupilha os nossos caudilhos bateram-se por um ideal.

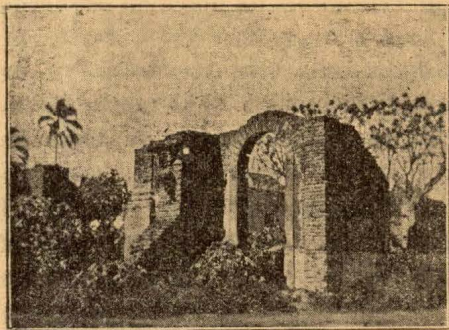
Tiveram uma feição especial. Uma grande elegancia moral norteava a sua vida. Chamavam-se entre muitos — Bento Gonçalves, Netto e Garibaldi.

(Continua).

O Município de São Jeronymo

(A. D. Pinto).

Todos as lendas são moldadas na anormalidade das cousas e, para o serem, necessario se torna que haja qualquer cousa de absurdo, de sobrenatural, de extraordinario, emfim, qualquer cousa que, sendo fóra do commum ou do natural, produza qualquer sensação de admiração ou semelhante.



Ruínas da Matriz de S. Jeronymo, no municipio do mesmo nome, começada e não terminada.

Sem querer nos transportarmos ao tempo remoto, do qual nos vieram lendas, muitas dellas inesplicaveis e que fazem parte do folk-lore nacional, vemos hoje contar-se um caso, cujo facto real é tão

deturpado, que já se vae tornando lenda.

Isso nos veio, em vendo que pouco a pouco, vae se formando uma lenda, sobre a imagem de S. Jeronymo, existente na Matriz da Villa do municipio desse nome.

Diz a lenda que: sendo a fundação do municipio em um 30 de Setembro, dia de S. Jeronymo, por isto foi feita a invocação desse santo, e que, depois, cogitou-se em arranjar uma imagem, mas, não havendo nenhuma á venda e sabendo-se que existia uma na igreja de Viamão que era destinada á igreja de Santo Amaro, esperou-se a passagem

no porto de S. Jeronymo, sendo nessa occasião a imagem roubada, estando até hoje na igreja matriz da séde do municipio de S. Jeronymo.

Assim, nasce uma lenda que, para o ser, preciso era que se inventasse que a imagem fôra roubada, para haver o extraordinario ou o absurdo; quando sendo isso verdadeiro, muito naturalmente haveria queixa, reclamações e por força e por direito a imagem seria entregue ao seu legitimo dono.

A realidade ouvida de velhos, que naquella época existiam e em exuberantes provas documentadas, é muito outra e completamente differente.

Ouvindo-se uns, escutando-se outros, concatenando-se dados, examinando-se documentos, vê-se bem que, confrontando-se datas e relações, chega-se á realidade dos factos.

Depois da paz da "Guerra dos Farrapos", em 1846, muitos moradores do municipio do Triumpho, da margem esquerda do rio Jacuhy, mudaram-se para a margem direita deste rio. Entre as pessoas de certa importancia social e politica, que isso fizeram, nota-se o Coronel Francisco de Azambuja Cidade que, aliando a sua influencia a de Jeronymo de Almeida, já morador nesta margem, que era denominada Passo do Novo Triumpho, obtiveram a creação da lei n.º 90, de 24 de Novembro de 1847, creando uma capella curada com a invocação de — S. Jeronymo —, em o lugar denominado Passo do Novo Triumpho do municipio do Triumpho, em frente a actual villa. O santo escolhido para a invocação, foi devido ao nome de Jeronymo do, então influente politico o Capitão Jeronymo de Almeida, não prevalecendo a data do santo, porquanto a lei é de Novembro e o santo é de 30 de Setembro.

Em virtude da lei citada, trataram os influentes de construir a respectiva capella, mas, em virtude de difficuldades, no momento, de prompto numerario para essa construcção, Simplicio José Luiz cedeu uma casa, para essa capella, a qual é hoje a existente na esquina da rua Daisson, em frente á Praça Julio de Castilhos, e por causa dessa capella ficou a rua, hoje Coronel Soares de Carvalho, com o nome de rua da Egreja: tendo a capella creada como seu

primeiro capellão o Padre Manoel Rodrigues Coelho das Neves.

Adaptada a casa cedida á capella, tratou Francisco de Azambuja Cidade, que tinha então adquirido grande prestigio politico, de obter uma imagem da invocação da capella, para collocal-a na inauguração da mesma capella, cousa que conseguiu da egreja de Viamão; resolvendo fazer a trasladação com grandes pompas, convidando innumeras pessoas gradas, para dar maior solemnidade ao acto.

Infelizmente, não nos foi possivel saber a data precisa dessa trasladação, sabendo apenas que foi no anno de 1848, obtendo porém, a certeza que a mesma realisou-se com grande acompanhamento de pessoas de grande influencia social e politica, dentre ellas os deputados provinciaes: Drs. Freitas Travassos, João Alves Leite de Oliveira Bello, Pedro Chaves, o vigario de Viamão Padre José Soares do Patrocinio Mendonça; comparecimento este de significativo effeito, porquanto, se a imagem fosse roubada, elle não poderia acompanhar essa trasladação; mais os Snrs. Firmino de Azambuja Rangel, Joaquim José de Oliveira Castro e muitos outros.

Aqui chegando, foi a imagem recebida na praia, com grande regozijo, por toda a então população local, seguindo depois do desembarque em solemne procissão para a capella já mencionada, havendo innumeros discursos, todos elles muito applaudidos.

Pela lei n.º 139, de 15 de Julho de 1848 foram demarcados os limites da nova Capella de S. Jeronymo, os quaes ficaram assim discriminados: “Os limites da nova Capella de S. Jeronymo, serão constituídos pelos 3.º, 4.º e 5.º districtos do municipio do Triumpho que constituem, a saber: 3.º districto: Do arroio de Aviz para cima a rumo direito até o estabelecimento de Antonio José Pereira e deste até a embocadura do arroio dos Ratos. 4.º districto: Do passo do Aviz para cima, entre o rio Jacuhy até as divisas da Freguezia de Santo Amaro. 5.º districto: Do Arroio dos Ratos e Petim ás suas cabeceiras, pela fazenda do fallecido Rocha,

até o arroio dos Cachorros, que desagua no mencionado Arroio dos Ratos.

A lei n.º 147, de 22 de Julho de 1848, manda pertencer, o 2.º districto da Freguesia de Santo Amaro, á nova capella de S. Jeronymo (Município do Triumpho).

A lei n.º 221, de 22 de Novembro de 1851, em seu art. 1.º diz que: a capella de S. Jeronymo do Novo Triumpho, fica elevada á Freguezia, comprehendendo seus limites os districtos do novo Triumpho, Xarqueadas e Boqueirão.

A lei n.º 241, de 22 de Novembro de 1852, em seu artigo unico, diz que: o 6.º districto do Município do Triumpho, fica pertencendo á freguesia de S. Jeronymo, creada pela lei n.º 221, de 22 de Novembro de 1851, revogadas para esse effeito as disposições em contrario.

No anno de 1857, pela lei 403, de 18 de Novembro, a Assembléa concede o credito de Rs. 2:044\$392 para a construcção do primeiro cemiterio, que hoje está abandonado, sendo presidente da Provincia Muniz da Silva Ferraz.

Por iniciativa de Francisco de Azambuja Cidade, que além de ser um influente politico, fazia parte da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Novo Triumpho, que tinha sua séde nesse local e já tinha obtido aqui um certo patrimonio, ficou resolvido em 1858 a construcção da igreja de S. Jeronymo, a qual serviria de matriz á nova freguezia.

A planta da igreja foi feita por Francisco Simões Lopes e sendo approvada pelo então bispo D. Feliciano José Rodrigues Prates, foi resolvida a sua construcção, que teve inicio no anno de 1858. O terreno para a construcção foi offerecido pelo Desembargador Oliveira Bello, e começaram a escavação das fundações, onde passa hoje a rua 17 de Junho. Mas, por motivo ignorado, cremos que por uma questão de localisação, abandonaram aquelle local e resolveram construir a referida igreja, em um alto, com frente para o rio Jacuhy, denominando-se o local de: Praça de S. Jeronymo.

A pedra fundamental está localisada no meio da parede do fundo ainda hoje existente, sendo nella depositada: uma acta descriptiva da solemnidade, moedas, dinheiro, cartões, joias, etc., tocando no acto uma banda musical, então exis-

tente, da qual fazia parte o muito conhecido aqui, o commerciante em S. Jeronymo o fallecido Carlos Miller.

A festa do assentamento da pedra fundamental, teve grande pompa, tendo vindo de Porto Alegre especialmente para assistir esse acto, representando o então presidente da provincia, major Patricio Correia da Camara, o Desembargador Joaquim Alves Leite de Oliveira Bello. A construcção da egreja ficou a cargo do architecto Antonio Cabeça.

Infelizmente, desavenças politicas trouxeram a discórdia dentro da Irmandade do Senhor Bom Jesus, discordia essa que, tomando grande vulto, fez com que um grupo bem elevado, resolvesse entre os seus componentes, construir outra egreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, a qual existe até hoje e serve de matriz á parochia.

A falta de meios, a desunião, o desmembramento da Irmandade e questões politicas, fizeram parar a construcção da egreja, — matriz da parochia sobre a legal e legitima invocação de S. Jeronymo, existindo até hoje o que chegou a ser construido, em completo estado de ruinas.

Ainda pelos esforços de Francisco de Azambuja Cidade, auxiliado por outros influentes, deu-se a lei n.º 457, de 3 de Dezembro de 1860, que eleva á categoria de Villa a freguesia de S. Jeronymo, com esta denominação, ficando o respectivo municipio com o territorio dos districtos do de Triumpho que ficam á margem direita do rio Jacuhy.

A portaria n.º 6, de 9 de Abril de 1861, determina a installação da Villa sendo seu Vereador Presidente interino Antonio José Ferreira Santarem.

A primeira eleição para vereadores á Camara Municipal e juizes de paz districtaes da Nova Villa, realisou-se em 7 de Setembro de 1861, na Igreja, sendo presidida pelo Juiz de Paz Ricardo Bernardo Job e lavrada a respectiva acta pelo escrivão Manoel Feliciano de Menezes Sobrinho e a sessão de apuração foi presidida pelo Juiz de Paz Candido Teixeira de Oliveira, sendo eleitos os seguintes senhores: Francisco de Azambuja Cidade, Antonio Joaquim Dornelles e Souza, Antonio José Ferreira Santarem, Manoel dos Santos Cardoso de Menezes, Francisco de Almeida Prates, Joaquim

Alves Xavier, Antonio Barbosa da Silva, Esperidião Saraiva da Fonseca, José Francisco da Cunha, José Francisco de Carvalho, José Luiz da Silva, João Carlos Moré, Innocencio da Silva Ferrão, José da Silva Marques e Antonio Barbosa Leal.

A Camara teve como seu primeiro porteiro Joaquim de Souza Lapa.

A installação da Villa effectuou-se no dia 30 de Setembro, dia de S. Jeronymo, do mesmo anno de 1861, havendo por essa occasião grandes festas e enorme regosijo por parte da população.

Não posso deixar de mencionar nesta narração dos factos da historia do municipio de S. Jeronymo, a importante lei da Assembléa Provincial sob n.º 44, de 12 de Maio de 1846, creando a primeira aula para meninos, que funcçãoou no Passo do Novo Triumpho, lei sancionada pelo então presidente da provincia o vice-presidente Patricio Correia da Camara.

No primeiro trimestre de vida autonoma do municipio de S. Jeronymo, de 1.º de Outubro a 31 de Dezembro de 1861, sua arrecadação attingiu a importancia de Rs. 1:140\$869, tendo sido a sua despesa Rs. 518\$988, havendo, portanto, um saldo de Rs. 621\$881.

A lei n.º 978, de 19 de Abril de 1875, da Assembléa Provincial determina os limites do novo municipio da seguinte fórma:

“Art. 1.º — O Municipio de S. Jeronymo fica dividido em 5 districtos, que terão as seguintes divisas: O 1.º districto comprehenderá as tres divisas naturaes: da fóz do Arroio denominado Porteirinha, no rio Jacuhy, seguindo pelo arroio acima até o galho mais forte do mesmo que vae procurando a ponta do serro do Raposo; dahi em linha recta a encontrar o arroio dos Ratos na chacara dos Tavares. Da fóz do arroio denominado do Leão, no rio Jacuhy, seguirá pelo arroio acima até encontrar o Pantano Grande e por este até entestar com a estrada geral que passa perto do Capão da Bastiana, seguindo pela mesma estrada até o trilho de ferro das Minas de Carvão e deste ponto em linha recta a encon-

trar o arroio dos Ratos. O 2.º districto se limitará pelo arroio denominado do Leão, desde sua fóz no rio Jacuhy, seguindo-se dahi na mesma direcção que fica marcada para o 1.º districto, até onde a estrada geral encontra o trilho de ferro das Minas de Carvão já mencionado. Do Arroio dos Ratos, em sua fóz no rio Jacuhy, seguirá pelo arroio acima até o ponto em que dér a linha recta que parte do trilho de ferro marcado para o 1.º districto. Ao 3.º districto fica pertencendo a parte que divide com o arroio dos Cachorros, passando entre os campos de Manoel P. de Souza por um lado e os de Moraes e Eusebio por outro até os banhados que formam as cabeceiras do mesmo arroio na proximidade do lugar denominado: Tapera da Brigadeira. Deste ponto segue a divisa em linha recta até as principaes cabeceiras do Arroio Subtil, que corre entre os campos de D. Damasia Pereira da Silva e os do fallecido Manoel Vicente Rodrigues e por este arroio abaixo até os limites do Municipio de S. João Baptista do Camaquam. O 4.º districto se formará: da fóz do Arroio dos Cachorros, no Arroio dos Ratos, por este acima até em frente a primeira divisa do campo dos Martins, no lugar denominado "Rebolo", pela divisa dos ditos campos até o Arroio Francisquinho, por este acima dividindo com o Municipio de Encruzilhada até a serra, e pela mesma serra seguindo os limites antigos até encontrar o 3.º districto. O 5.º districto se dividirá: da fóz do Arroio Porteirainha no rio Jacuhy, seguindo em tudo a mesma direcção traçada ao 1.º districto; pelo Arroio dos Ratos acima do ponto da Chacara dos Tavares, seguirá as divisas já mencionadas do 4.º districto até o Francisquinho, e por este abaixo até a fóz no rio Jacuhy.

Art. 2.º — Fica revogada a lei 821, de 30 de Outubro de 1872, e mais disposições em contrario".

Eis uma resenha dos fastos da historia do Municipio de S. Jeronymo, desde a data em que foi creado capella curada, até a proclamação da Republica.

20 de Setembro

(Conferencia feita pelo nosso confrade
sr. Aurelio Porto, na Radio Sociedade
Gaúcha).

O Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul, por seu ilustre presidente, houve por bem designar-me para atender ao convite da Radio Sociedade Gaúcha, que quer vos transmitir, na efeméride gloriosa que transcorre, algumas palavras sobre o vinte de setembro.

Cumpro com desvanecimento as injunções desse imperativo. A história do Rio Grande é um manancial inexgotavel de exemplos. Exemplos de amor á terra, exemplos de virtudes civicas, exemplos de abnegação e de heroismo. E sobretudo, culminando na mais perfeita das exemplificações, se nos depara esse anseio invulgar pela liberdade, construtora de todas as nossas ideologias.

Somos um povo em marcha para finalidades precisas. Todas as diretrizes do passado apontam os rumos novos. Detendo-nos, ás vezes, nas encruzilhadas que cortam o determinismo historico, perguntámos a nós mesmos, surpresos pelas eventualidades que surgem, porque não atingimos ainda a estrada ampla que nos abrem as nossas possibilidades de povo forte? Lá chegaremos um dia...

Terra privilegiada, o Rio Grande não poderia gerar senão a gente assinalada, que o engrandece e o eleva.

SOCIOGÊNESE GAÚCHA

Surgimos para a vida entre embates fragorosos. Meio selvagens ainda, nas verdes quebradas do pampa, surdiamos das fainas das vacarias, pastores-soldados, para empunhar as lanças rebrilhantes, sob faiscamentos de sol. O clarim que nos chamava, para os prélios de defesa do sólo nativo, era a consciência da nossa própria força.

A terra era vasta, a gente era pouca. A solidão gera a coragem. A coragem multiplica os homens. Um grande fator aproximou as distancias, dinamizando energias latentes. Então os homens dominaram a terra, voaram pelas suas planuras verdes, povoaram-na de vitalidade e de glória. Era o Rio Grande que se acordava ás clarinadas do heroísmo. O pampa creara o cavalo: e o cavallo e o pampa formaram o gaúcho.

Gaúcho? Duas raças estratificadas no mesmo crisol da terra. Livre, o Minuano sem peias, ancestral e indomito lanceiro, jamais se deixou envolver nas teias da catequese, que era a escravidão. Livre, o primeiro rebento dos desbravadores do Rio Grande, lá foi unir-se ao filho primitivo dos pampas. Encontraram-se no mesmo nível. O civilizado e o selvagem, fundiram-se. Uma liga preciosa combinou a sua amalgama eterogenia: — a liberdade.

Ao principio era o “gaúcho do campo”, meio herói meio bandido. O homem modificára-se á feição ambiênte. A luta tonificára-o. A terra, impondo-lhe a sugestão formidável da sua beleza, foi, pouco a pouco, aproximando-o de Deus. E o rebento selvagem do pampa, o irmão dos pôtros indomitos que fugiam, crinas revoltas, pelos dorsos contorcidos das coxilhas, humanizou-se pela fraternidade.

O HOMEM E A LIBERDADE

Índio ou branco, no fundo subconciente, germinavam qualidades nativas. A liberdade enobrece a alma. O escravo é pusilanime e máu. O homem livre faz do coração a sementeira do bem. Quando novas gerações surgiram desse

formidável laboratório de energias raciais, um povo plasmado para a luta, erguia os seus broqueis no pampa. Era a gente gaúcha.

O meio fez o homem. Era todo sublimidade e beleza. Não tinha duras aréostas de escarpas, nem contrações abruptas de serranias asperas. Não era a hostilidade dos cardos es-traçalhadores das caatingas, nem a dominadora sugestão das florestas impérvias. As planuras, imensamente distendidas abrindo horizontes visuais onde o céu, aproximando distâncias, se arqueava, incutia na alma do homem uma noção mais perfeita da vida, ali palpitando em tudo, fluindo de cada veio de água, brilhando em cada cintilação de estrela, reverdecendo no chão, sincronizando-se em cada murmúrio, em cada sopro vital. E o gaúcho que era livre, se fez ativo pela conquista da sua liberdade, e tornou-se bom, como um reflexo da bondade da terra, que é a própria beleza.

A TRISTESA DO PAGO

Um toque emocional, que vem das vibrações errantes dos descampados, feriu-lhe a alma. O gaúcho foi triste. E triste, modulou nas gemas do seu folclore. A essência pungitiva dos mitos filtrou-se-lhe no coração. E criou a tapera. A vida que já foi. A sombra diluída nas policromias do ocaso. A tapera é a saudade. Saudade de gaúcho é um símbolo de beleza suprema. Arrancadas heroicas, lanças que se entrecruzam, loucas disparadas de ginetes que se fundem no espaço, como vagas silhuetas de sonhos, recor-tando de negro o fundo verde das coxilhas distantes. Uma viola gemendo descantes de amor. Uma chinoca, um “pin-go”, a glória...

O FRONTEIRO

A glória! Passam no tempo, no secular embate de fronteiras, os heróis redivivos. A terra se alarga. Gizam novos lindes as espadas vitoriosas. Estacadas de peitos herculeos, muralham-nos. O homem se despersonaliza.

Transforma-se. Todas as energias da raça impelem-no para a frente. A frente é a morte mas, a morte é a vida do pago, as suas tradições, os ecos vagamente ouvidos de mil bocas avoengas, a explosão incontida de todos os heroísmos das gerações que passaram. O heroi é um semideus. Fica pairando num nimbo de lendas. Toma novas fórmulas, diluindo-se na consciencia universal.

E quando um dia resurge, nas alvoradas gloriosas da História, difficil se torna reconstituí-lo na sua feição primitiva.

SÍNTESE HISTÓRICA

Conhecido o homem, facil é segui-lo na sua trajetória evolucionista. 20 de Setembro foi, ao principio, um mero protesto contra demasias governamentais. Um movimento sedicioso. Pouco mais do que isto. Passaria, depois das primeiras horas de rebelião, se o fermento do liberalismo, que levedava nas consciencias dos próceres revolucionarios, não encontrasse campo azado á sua cultura.

Fortes influencias platinas trabalhavam os espiritos dos riograndenses. Um intercambio ativo de idéias avançadas aproximava-nos dos nossos irmãos do Prata. O continente sul-americano passava pela sua fase de transformação politico-social, gerando a cavalaria andante dos caudilhos. Afinidades ideologicas nos entrelaçaram, usos e costumes, temperamento, vibratilidade, nos confundiam. O exemplo nos tentou.

E a simples reacção a desmandos que implicavam com a liberdade dos riograndenses, teve a sua evolução natural.

Surgem, então, os homens. Com os homens vêm as idéias. Uma nova consciencia se vai formando na raça. O Imperio, como depois a Republica, tudo tirava do Rio Grande, sem nada lhe dar. Mas o Rio Grande tem todas as possibilidades para viver autonomamente, sem que precise de quem quer que seja. Tem a sua economia própria, as suas riquezas naturais que são inexgotaveis, e o carater de seu povo que não tolera restrições á liberdade.

A REPUBLICA

Do 20 de setembro ao grito do Seival mediou pouca distancia, no tempo, embora enorme o fosse na ideologia que os separa. Netto, proclamando a Republica e isolando o Rio Grande, dava novas diretivas á politica inicial. Compreendera, afinal, que os processos compressores da época não consultavam ás aspirações gaúchas. Não seria, talvez, definitiva essa solução de emergencia contra os desmandos do Imperio. Um grande sonho embalava os fortes espiritos daquêles homens de tempera. Unir o Brasil por laços federativos, sob um regime democratico que fizesse a grandesa da Federação.

A luta foi formidavel. Um sopro de heroismo passou pelas coxilhas nativas. Dentro da fatalidade geografica dos seus lindes, o Rio Grande agigantou-se. Bastava-se a si proprio. Como nenhuma Provincia do Imperio, suas possibilidades economicas, mesmo em face da situação anormal que atravessava, eram de molde a inspirar confiança. Seu dinheiro tinha agio. Novos metodos de instrução abriam, nas escolas, a lúcida intelligencia da infancia. E a geração que ia surgindo, da transição admiravel, recebia os novos sacramentos dessa comunhão civica.

FEDERALISMO

Era necessario, porém, dar cumprimento integral aos principios fundamentais da Republica. Levar a todo o país, em largos haustos, o sopro vital do federalismo. O Governo Republicano destaca um exercito, ao mando de David Canabarro para invadir Santa Catarina, proclamando a Republica Juliana. Dias de glória se sucedem. Em 39 a Republica Riograndense chega ao seu apogeu. As armas do Imperio abatidas, vencidas, parece não mais se erguerem contra as aspirações riograndenses. Os mais fortes esteios da legalidade, desanimados, corridos, se confessam exhaustos para a luta.

A DECADENCIA

Marcha, assim, avante a idéia republicana. Mas é da contingencia humana o choque dos interêsses individuais. Na organização definitiva do Estado surgem os dissídios, avultam as intrigas. Dois leões, cada qual maior, medem-se num duelo singular. E Bento Gonçalves abate Onofre. O outro Bento, que não vê cumpridas as promessas de apaziguamento da familia brasileira, condição essencial de sua adesão á Republica, afasta-se tambem. Era a maior espada do seu tempo. E a Republica começou a decair.

Mas, mesmo em sua decadencia, foi gloriosa. Admiravel a compleição moral desses homens. Dir-se-ia moldada no aço mais puro, a tempera rija do seu carater. Lutaram. Sofreram. Dias de adversidade ensombraram os tempos heroicos. Mas, onde houvesse uma espada farroupilha um lance estupendo de bravura galvanizava a Republica, já quasi nos seus ultimos alentos.

O PACIFICADOR

Foi quando surgiu o Pacificador. Caxias encarna perfeitamente, no momento, o sentimento cívico da nacionalidade. Surge, entre os gaúchos, e penetra os mais intimos refolhos da consciencia do povo. Ao principio, quer dar-lhes combate. E para combatê-los, se transforma em gaúcho. Mas, esse não seria o meio adequado para a vitória. Porque aos riograndenses não se vence com armas. Então, aproximando-se mais, e mais os conhecendo, quer prendê-los na teia da sua diplomacia admiravel. Mesmo, assim, encontra obices intransponiveis aos fins colimados. Desenha-se, porém, para as bandas do Prata, um horizonte prenhe de tempestades. É Rosas. Formidavel, o caudilho esmagando a liberdade de seu povo, ameaça a estabilidade da paz continental. Era o momento. O Farrapo cedeu. Contra o Imperio, contra as compressões da politica dos máus gabinetes, mas nunca contra a Patria, cujas fronteiras traçara

com gizamentos de sangue. Cedeu. Mas, no âmago profundo da consciencia, no forte coração indomavel, jamais se apagou a chama inspiradora das suas ideologias.

Transmitiu-se ás gerações que lhe sucederam. A chama crepitou. Era como o dessas lampadas votivas, que ficam nas aras dos templos, velando a imagem dos ideais que não morrem. Um dia, alastrando-se, tornou-se incendio. E o sonho dos legionarios de 35 teve a sua materialização.

A NOVA FARRAPÍADA

Vimos, agora de uma farrapíada nova. Julgavamos mortas as energias da raça. Sentíamos que na derrocada do caracter brasileiro tambem se sepultára o civismo gaúcho. Mas, errámos. Eramos os mesmos. Dentro do mesmo cenario. As coxilhas nativas eram ainda verdes como as de outróra. No lombo dos pôtros ariscos ainda voavam, como silhuetas de glória, aos ventos do pampa, os ponchos dos ginetes. Mas, a vida moderna, os requisitos da civilização, o tumultuar dos interesses, o egoismo destrutor, teria, talvez, morto, na consciencia coletiva da raça, as fortes energias de antanho... Errávamos.

A gente de outróra resurgiu nos desvãos das quebradas. Uma vibração intensa de vida, evocou nos dias que acabam de transcorrer, os mesmos gestos lendarios das farrapíadas homericas. Acima de todas as seduções da vida, de todos os imperativos do interesse individual, colocou a gente do Rio Grande, o bem comum da Patria. E se não pudesse salva-la, engrandecendo-se a si propria, a gente gaúcha estacaria nas linhas avançadas do Itararé, para levantar muralha em torno do Rio Grande com os seus corpos palpitantes e sangrentos.

“Dessa viajada, disse-o Flores da Cunha, ou se volta com honra, ou não se volta mais”.

ORAÇÃO AO RIO GRANDE

Rio Grande da minha velha gente heroica! Rio Grande das taperas lendarias onde a sombra misteriosa dos umbús, põe tarjas pungitivas de saudade. Rio Grande dos fortes e dos bravos. Sabes de quanto é capaz o amor dos teus filhos, de quantas abnegações se reveste a nossa alma, de quanta bravura creadora é sucetivel o nosso espirito, quando para te servir, e morrer por ti, nós nos sentimos superiormente grandes.

Meu Rio Grande das tradições heroicas. Pódes rasgar as paginas da tua história. Ela não se escreve. Canta-se. Canta-se em hinos evocativos de glória. Canta-se na sua excelsitude suprema, para que sintas, terra do farrapo! communicarem-se a todos os teus membros as vibrações do nosso amor, dos nossos entusiasmos sempre moços, das nossas energias sempre vivas.

José de Araujo Ribeiro

(João Pinto da Silva).

Em chronica de agosto de 1895, alludindo ao apparecimento dos primeiros capitulos do "Um estadista do Imperio" de Joaquim Nabuco, evocou Machado de Assis algumas figuras primaciaes do Senado da Monarchia: Paraná, Zacharias, o velho Nabuco, Eusebio de Queiroz, Rio Branco. A proposito deste, fixa um pormenor curioso: "Lá estava Rio Branco, simples Paranhos, no centro esquerdo, bancada inferior, abaixo de um senador do Rio Grande do Sul — como se chamava? — Ribeiro, um que tinha ao pé da cadeira, no chão atapetado, o dictionario de Moraes, e o consultava a miudo, para verificar se taes ou taes palavras de um orador eram ou não legitimas. Era um varão instruido e lhano".

Esse vago senador Ribeiro, quasi um parenthesis de sombra, entre grandes nomes luminosos; esse fiscal maniaco do vernaculo, silencioso e apagado na sua modestia, era no entanto, moral e mentalmente, uma das mais fortes e interessantes personalidades do seu tempo.

Era José de Araujo Ribeiro, Visconde do Rio Grande.

Chegára ao Parlamento depois de ter prestado ao Brasil relevantes serviços, no interior e no estrangeiro. Sua inclusão entre os legisladores da Camara Alta, revestiu-se das characteristics de consagração e premio. Foi, em verdade, entretanto, um archivamento.

Para adquirir, naquelle scenario, relevo equivalente do que soubera conquistar como administrador e como diplomata, faltavam-lhe a bóssa politico-partidaria e o dom da

palavra facil e brilhante, — isto é, elasticidade nas attitudes e magnetismo verbal.

Dahi, a subalternidade do seu papel no Senado, subalternidade que dava de seu valor noção errada e explica o rapido e inseguro perfil que delle traçou Machado de Assis, entre ironico e indulgente.

No Imperio, a Camara e o Senado, escolas praticas de rhetorica, eram supremas e definitivas montras de exhibição das aptidões e talentos. Quem não se distinguisse lá dentro, pelo fulgor das imagens, pela opportunidade dos conceitos, pela vertiginosidade dos apartes, podia alcançar, cá fóra, na administração, ou no jornalismo, ou nas letras, ou nas finanças, o exito mais retumbante e completo. Teria sempre, porém, para a platéa, qualquer cousa de estatua inacabada. Faltava-lhe a consagração que só na tribuna se obtinha. E', com outros vocabulos, o depoimento de Nabuco.

Esse erroneo criterio de aferição e classificação de valores, decorrida da theatralidade romantica do regimen. Por isso, os homens publicos eram levados a ter, em geral, muita coisa de actores, que preferiam a ficção á realidade. O que importava, o essencial, raramente eram os actos, mais que as palavras.

Desambientado, senão contrafeito, dentro daquelle circulo de palradores illustres, Araujo Ribeiro, como a vingar-se, em silencio, da sombra que sobre elle projectavam, orgulhosos e magnificos, ia annotando, pachorrentamente, de memoria, as cincas, em que incidiam, de syntaxe e vocabulario.

Do espectaculo da eloquencia profissional dos politicos, retinha apenas as falhas, os deslises, — como alguém que, numa opera, só se impressionasse, por exemplo, com as desafinações dos barytonos e tenores...

II

Quando José de Araujo Ribeiro foi nomeado presidente do Rio Grande, em 1835, logo após a explosão do movimento revolucionario farroupilha, tinha já a seu credito o exercicio feliz de funcção identica, em Minas Geraes, em condições

igualmente anômalas e difficeis. Sua actuação ali foi, em verdade, modelar, pelo tacto e segurança com que pacificou os espiritos, sem prejuizo do fortalecimento do principio da autoridade.

Escolhendo-o, para dirigir os destinos do Rio Grande do Sul, em hora tumultuosa e incerta, a Regencia definiu, deante da rebeldia gaúcha, o seu intuito, que era todo de apaziguamento e conciliação. O nome de Araujo Ribeiro valia, effectivamente, por um programma de ordem e de amnistia.

Fracassou, no entanto, estrepitosamente, a sua missão. Porque?

Porque, a orientação do movimento sedicioso tinha passado dos seus "leaders", das figuras de responsabilidade e prestigio, para os agitadores de rua, demagogos de quartirão.

O chefe, o verdadeiro "meneur" da revolução, já não era, naquelle instante, Bento Gonçalves. Era Pedro José de Almeida, o "Boticario". E foi este quem impediu a posse do novo presidente, mobilizando contra a Assembléa tímida e inerte a populaça.

De chegada á cidade do Rio Grande, puzera-se logo Araujo Ribeiro em contacto com Bento Gonçalves, seu parente e amigo. Avistaram-se em Pelotas. Por entre bravatas — o informe é do presidente, em documento official — promptificou-se Bento Gonçalves a providenciar junto aos seus correligionarios, no sentido de não difficultarem a entrada em exercicio, sem demora, do delegado da Regencia. Para tanto, seguiu o guerrilheiro, por agua, que era o meio mais rapido, rumo a Porto Alegre. Ao desembarcar, na capital, verificou, com surpresa, a modificação que se processára em sua ausencia. Outra era a situação; outros, os arbitros.

Iniciam-se, então, da parte de Bento Gonçalves, cedendo, ora aqui, ora ali, avanços e recuos. Fixa-se, afinal, a data da posse. E' quando intervem, decisivamente, Pedro Boticario, que, das galerias da Assembléa, com os seus comparsas, intimida e coage a maioria. Retrae-se esta, precavidamente, para evitar inúteis sacrificios, e a cerimonia é adiada.

Soffre desse modo Bento Gonçalves indisfarçavel "capitis

diminutio". E' o ponto de partida da sua annullação progressiva, sem embargo das insignias officiaes de mando, que conservou quasi até o fim da revolução. A autoridade, que lhe attribuiam, foi-se-lhe tornando puramente nominal. Precaria, quasi sempre, era a efficiencia das suas ordens. Não raro, morriam sem éco os seus appellos. Perfilhando diretrizes, contra as quaes solemnemente se manifestára, lançar-se em campo, á aventura, para proseguir uma lucta que estava logicamente acabada. Percebeu, talvez, que o prestigio se lhe esvaia em fumo. Só uma victoria militar lh'o restituiria. Foi-lhe, porém, adversa a sorte. Impellido pela intolerancia fanatica de Pedro Boticario, esfacellou, pouco depois, inhabilmente, as suas legiões, batido em toda a linha por Bento Manoel Ribeiro.

Discutem-se ainda hoje os intuitos de José Araujo Ribeiro, a quem muitos attribuem propositos occultos de castigo e vingança. A historia emmaranha-se em nugas, com frequencia. No caso de Araujo Ribeiro, porém, os factos são tão limpidos e expressivos, que desautorizam qualquer vacillação ou duvida. Até a sua chegada á Provincia, os revolucionarios não tinham revelado outro objectivo além da deposição, que obtiveram, de Fernandes Braga. Nomeado substituto deste, entra sem armas, sem apparato algum de força, na Provincia, quasi toda ella sob o dominio da sedição. Dirige-se, inicialmente ao cabeça do movimento; solicita-lhe apoio; conta com elle para se investir no cargo.

Será preciso mais? Não está ahi evidente o espirito de conciliação, melhor, a homologação official dos actos praticados pelos revolucionarios? Que valem contra essas provas de isenção de animo allegações aereas e tendenciosas?

O exacto é que a facilidade da victoria desvairou e perdeu a revolução. O que teria bastado, se obtido através de serios obstaculos, foi logo considerado como insufficiente, em face do primeiro e fulminante triumpho.

Essa, a razão fundamental do audacioso exterminio; esse, o motivo pelo qual Porto Alegre, séde da machinação separatista, recebeu o mandatario do poder central não como

nuncio da paz, que elle o era, de facto, e sim como pretexto de guerra.

Depois do veto irreccorivel de Pedro Boticario e da syncope da autoridade moral de Bento Gonçalves, nada mais restava a Araujo Ribeiro do que abandonar a capital, á procura de ponto de apoio que nesta inexistia.

Foi o que elle fez.

A posse perante a Camara Municipal da cidade do Rio Grande e os actos que se lhe seguiram, articulando-se ao desdobramento da contra-revolução capitaneada por Bento Manoel, não reflectem nem ambições de mando, nem aspirações de vindicta. Significam, antes, desesperado esforço contra a anarchia, que se avisinhava, sob o disfarce de separatismo e republica.

A tragedia de Araujo Ribeiro deflue da dupla incompreensão que lhe inutilizou, nos dois sectores, todos os patrioticos tentamens: — incompreensão por parte dos revolucionarios que lhe negavam propositos de concordia e justiça, e incompreensão por parte da Regencia, que o substituiu, quando, precisamente, o avanço da reacção legalista permittia esperar o prompto restabelecimento da ordem.

A victoria de Bento Manoel, no Fanfa, produziu, entre os imperialistas de Porto Alegre, deslumbramento semelhante ao que a fuga de Fernandes Braga e a tolerancia da Regencia suscitaram nas fileiras revolucionarias.

Estonteados, com as possibilidades que, de subito, se lhes abriam, perderam a noção da realidade. Os timidos e complacentes, acuados, ainda na vespera, pela demagogia então desaçaimada, converteram-se em ferrabrazes, rubros de intransigencia.

Mão-grado o exemplar equilibrio de suas palavras e actos, tinha sido Araujo Ribeiro apontado pelos revolucionarios como odiento e vingativo, méro instrumento da obsessão de dominio dos caramurús.

Agora, eram os governistas que o accusavam de cumplicidade com o inimigo, sobre os quaes se recusava, nobremente, a praticar excessos de punição.

Comprimido entre os extremistas da revolução e os ener-

gumenos da legalidade, foi, afinal, exonerado, summariamente, perseguido como traidor, — republicano, para os imperialistas, reaccionario truculento para os republicanos.

Abandonado, assim, á sua propria sorte, viu-se, dentro em pouco, deportado, expulso do Rio Grande, sob a maldição e apuros de correligionarios e antagonistas.

Ia começar, para a Provincia, largo periodo de confusão, ineptia e sangue. Com a sua mentalidade rudimentar e prepotente de sargentão, o successor de Araujo Ribeiro era bem o homem de que a fatalidade necessitava, naquella emergencia, para prolongar, aggravar, intensificar o flagello.

III

O mallogro da sua incumbencia, no Rio Grande, reintegrou Araujo Ribeiro na diplomacia. Foi uma compensação do Destino. O éxito, que aqui tão injustamente lhe fugiu, alcançou-o elle, integral e absoluto, em suas novas funcções. Poucas vezes contou, com effeito, o Brasil, na Europa, adorado mais lucido e feliz.

Coube-lhe, em Paris, intervir na discussão e estudo de um dos nossos mais graves problemas de fronteira: os limites do Brasil, com a França, no Oyapoc.

Para a solução desse ruidoso caso, aliás, concorreu o Rio Grande efficientemente, primeiro, pelo intermédio de Araujo Ribeiro; depois, pelo de Joaquim Caetano da Silva, cuja obra monumental, de investigação e reivindicação, "*L'Oyapoc et l'Amazone*", constituiu, na phase derradeira, elemento decisivo de victoria, para o Barão de Rio Branco, como este o reconheceu e proclamou.

No character de plenipotenciario do Brasil, em França, Araujo Ribeiro deu ao exame da questão de limites nova e mais energica orientação. Enfrentou, ali, antagonistas que se chamavam Thiers e Guizot. Desmontou argumentos especiosos. Mostrou-se impermeavel á fadiga, deante dos sophismas e procrastinações da chancellaria franceza. E' o que se deprehende da erudita exposição de Joaquim Caetano da Silva, no tomo primeiro da sua irrespondivel monographia.

Empregando, nos “pourparlers” uma franqueza que contrastava com as reservas do seu predecessor — escreve Caetano da Silva — o novo enviado do Brasil demonstrou que um posto francez, ao sul do Oyapoc, era violação flagrante da Acta de Vienna e da Convenção de Paris. Accentuou que a evacuação do territorio era um acto que se impunha e não podia deixar de ser praticado sem injustiça.

Essa foi a sua linguagem, na primeira entrevista, com o Ministro Conde Mole. Não modificou o tom, até o fim. O direito do Brasil, elle o reputava já então incontestavel. Os factos, posteriormente, confirmaram-lhe as palavras.

Não será excessivo, talvez, affirmar que, ao deixar a legação do Brasil, em Paris, a nossa causa era uma causa triumpante. Como que aguardava, apenas, a sanção do tempo.

Effectivamente, um passo decisivo havia sido dado. O que, no momento, o Brasil, preliminarmente, pleiteava, era por parte da França, o abandono dos postos que esta potencia installara no Amapá. A isso, terminantemente, se recusavam os francezes, sob os fundamentos especificados, com máo humor e firmeza, em nota do presidente do gabinete, Marechal Souet, datada de 3 de julho de 1839.

Depois de declarar inadmissivel, como preliminar indispensavel das negociações, a evacuação da zona occupada, porquanto a questão relativa aos postos era simples accessorio da questão principal da demarcação dos limites, — assim se exprimia, sem reservas, quasi rispido, o estadista francez: “Le sousigné croit devoir, repéter, aussi que le Gouvernement de Sa Majesté, en autorisant la creation du double poste de Mapa, n'avaint pas seulement consulte, comme on paraitrait le croire ou Brésil, des intérêts de circonstance d'ailleurs fort importants pour la Colonie de Cayenne; mais qu'il était principalement déterminé par la conviction intime, et réfléchie des droits de la France sur le territoire situé au dela de rive méridionale de l'Oyapoc. Dés lors, il ne voit aucun motif d'acquiescer á la demande renouvelée dans la note de M. l'Envoiyé du Brésil. Il n'en aperçoit pas davantage pour que le Gouvernement Impérial lui-même persiste dans une exigence in-

admissible, et qui, en se prolongeant, na pourrait avoir d'autre résultat que d'éloigner sans nécessité, le moment ou l'on pourra proceder, d'un commun accord ou reglement definitif des limites de la Guyane”.

Era o golpe de graça nas “demarches”, tão penosamente conduzidas. Sacrificado estava o ponto de vista brasileiro, não obstante o apoio que lhe dispensava a diplomacia da Gran-Bretanha, a cuja mediação se mostrava insensível a França.

Alguns mezes depois, entretanto, em dezembro de 39, era o plenipotenciário brasileiro convidado, pelo Marechal Souet, para uma conferencia, que foi longa e cordial. A França tinha modificado a sua linha de conducta, no caso. As palavras de Souet traçavam rumo novo.

“Vieux soldat, — disse elle — vieux soldat, par consequent franc et loyal, je vous déclare, pour que vous le portiez á la connaissance de votre Gouvernement, que la France, loin d'avoir des vues ambitieuses sur le Brésil, souhaite sincérement que l'empire brésilien se consolide et prospère: que le Roi des Français professe beaucoup d'amitié pour la famille qui y régne, et une amitié qui paut avoir les plus grandes consequences: que son Gouvernement désire entrer dans des arrangements commerciaux, pour lesquels il peut accorder au Brésil des grands avantages: qu'il desire, enfin, mettre un terme á ces recriminations qui ne servent qu'á provoquer la desunion et qui pourraient avoir des suites facheuses. Pour ma part, je suis tout disposé á en finir avec tout espèce de grief que le Brésil puisse avoir contre la France”.

Os amistosos termos dessa declaração, eram sobremaneira significativos, depois da arrogancia das conclusões da nota anterior. Não ficou, porém, em palavras apenas a chancelaria de Paris. Em fevereiro de 1840, abandonava a França o Amapá. Pouco importa que teimasse em manter um posto no Oyapoc; que se furtasse á nomeação de commissarios, para, com os nossos, logo designados, como se convencionára, procederem á demarcação dos limites; que, emfim, sinuosamente, arrastasse, insolúvel, a questão, por longos annos ainda.

Havia cedido, transigido em ponto substancial, quando, após orgulhosas afirmações em contrario, admittiu, com o começo da desoccupação official, a illiquidez do seu direito sobre a zona em litigio.

IV

Em 1849, regressa Araujo Ribeiro definitivamente ao Brasil. Ainda na Europa, em 1848, havia sido feito senador. Nenhuma seducção exercia, porém, sobre o seu espirito, o funcionamento do mechanismo parlamentar.

O diplomata e o politico cédem o primeiro plano, nessa phase final, ao scientista, ao estudioso paciente e arguto dos problemas e enigmas da geodynamica.

Pouco antes de morrer, já septuagenario, dava elle á estampa, anonymamente, “O fim da Creação, ou a Natureza interpretada pelo senso commum”.

E’ uma obra pouco lida, quasi olvidada, porém, de largos objectivos, que revela enorme cultura. O autor estava rigorosamente em dia, no terreno das sciencias naturaes. Foi, talvez, o primeiro commentador e, a certos respeito, o mais illustre discipulo de Lyell, no Brasil e isso quando o ronceiro ensino official capitulava de imperdoavel heresia a simples leitura do grande sabio, cuja arrojada concepção da estrutura physica do Universo dilatou o horizonte dos conhecimentos humanos.

“O fim da Creação” tem de ser examinado, é curial, dentro da sua época. Ha nelle presentemente velharias que, então, eram flamantes novidades, ou timidas supposições. O arsenal da sua argumentação — que era abundante e vivaz, embora despretenciosa — parece-nos, agora, ingenuo e superfluo.

Sustenta Araujo Ribeiro a these de que “a Terra se apropria, em seus gyros, de substancias existentes fóra della”. Logo, “como consequencia natural dessas apropriações, deve ter um crescimento”.

Eis ahi, sob a fórma de hypothese, o que se tornou facto scientificamente verificavel e verificado. Quem ignora, hoje, em verdade, que a Terra “evolve e se transfigura como um maravilhoso organismo?”

Em todo caso, Araujo Ribeiro foi dos primeiros a ter disso intuição nitida e firme.

A’ distancia de sessenta e tantos annos, o que nelle mais surprehende, é a juvenillidade do espirito.

Aquelle velho, tão placido, tão pouco communicativo, que dava a impressão de indifferença e cansaço, tinha, no emtanto, uma receptividade mental de adolescente. Seu derradeiro livro foi trabalho ousado e inquieto de moço.

Não abria sómente perspectivas novas á geologia e á geographia do Brasil. Decifrava, tambem, phenomenos de significação mundial, nos dominios da morphologia cyclopica do globo.

Os Primórdios da Grande Revolução

Palestra feita no "Porto Alegre College"
pelo nosso confrade dr. Eduardo Duarte, di-
rector interino do Museu Julio de Castilhos
e secretario do Instituto Historico e Geo-
graphico do Rio Grande do Sul.

Correspondendo á gentileza desse espirito de eleito que é Archimedes Fortini indicando a minha pobre individualidade para esta palestra e a honra insigne que me deu o vosso illustre director em generoso convite, aqui me tendes, meus jovens patricios, para vos entreter, por fugidífos momentos, falando sobre um transcendental capitulo da historia regional.

Refiro-me ao glorioso decennio farroupilha, e, certamente, nestes quinze minutos que me foram concedidos, bem pouco poderei dizer sobre o assumpto complexo de que vou tratar; quero, entretanto, que desta palestra alguma coisa vos fique gravada no espirito, que estes momentos despertem em todos vós um pensamento admirativo para os homens do nosso passado, para aquelles que, por feitos heroicos, souberam ser grandes, honrando e dignificando a terra para a qual abriram os olhos, pela primeira vez, ao sol da vida.

A data de 20 de setembro, para o Rio Grande do Sul de tão grata rememoração, evoca em nossos espiritos grandiosos episodios que lembram cavalgadas heroicas pelo cimo das nossas coxilhas, luctas cruentas, entreveros terriveis, um quasi decennio em que o povo rio-grandense, de lança em riste, enfrentou o poder ferrenho do imperio.

A grande revolução de 1835-45, que irrompeu, póde-se

dizer no dealbar de nossa existencia, pois para o Rio Grande nem um seculo havia ainda decorrido da sua occupação official pelo brigadeiro José da Silva Paes, foi um movimento de formação da raça; na guerra dos farrapos se firmou o valor do gaúcho, desse typo quasi lendario que durante um seculo viveu sempre alerta, com os olhos voltados para a fronteira, na defesa do seu territorio tão cubicado pelo castelhano audacioso.

A IRRUPÇÃO DO MOVIMENTO

A historia se repete... Nomeado por decreto de 14 de fevereiro de 1834 o novo presidente da provincia, dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga, assumiu este as redeas do governo de sua terra natal no mez de maio seguinte e, conquanto recebido com geral agrado, não teve o dr. Braga o criterio preciso para acalmar os animos do povo que, desde o acto da abdicação, vinha se empenhando em lucta politica. Data dahi a formação dos partidos chamados “moderados” e “caramurús”, de um lado, e “liberaes” de outro.

O novo presidente foi empossado em meio de grandes manifestações promovidas pelo partido liberal, pois, se dizia, a sua indicação partira de Bento Gonçalves, o homem que logo em seguida chefiava o grande movimento, e cuja influencia na Provincia era grande.

Não tardaram, porém, os desmandos do novo presidente; deixando-se assenhorear por seu irmão, o dr. Pedro Chaves, juiz de direito na capital, o dr. Braga passou a ser um instrumento de odios e perseguições contra os liberaes, até que em 24 de outubro de 1834, numa manifestação promovida em Porto Alegre pelo partido liberal para commemorar a promulgação do acto addicional — considerado victoria da democracia brasileira, em sério conflicto se empenharam os dois partidos.

Os retrogrados, amparados pelo apoio do chefe de policia, armados e municidados, assaltaram e tomaram o arsenal de guerra onde se encontrava farta quantidade de munição. Os liberaes, por sua vez, prepararam-se para enfrentar, pelas

armas, o adversario. Estava esboçada a lucta que durante dez annos ensanguentaria a nossa formosa terra!

E não só na capital: Rio Pardo e outras localidades do Rio Grande assistiram ás pelejas partidarias, por vezes sangrentas, sem que das autoridades da Provincia partisse qualquer medida coercitiva de taes desordens.

Era a anarchia que imperava por toda a parte; eram as proprias autoridades constituídas pelo inepto governo que, sem o prestigio do povo e instigadas pelos retrogrados, quem, em vez de manter a ordem, mais fomentavam a desordem, sem medir as terriveis consequencias da revolta que explodiria em seguida.

A TAÇA DA AMARGURA

Em 20 de abril de 1835 reuniu-se a assembléa provincial em sua primeira legislatura; os partidos ahi estavam representados, vendo-se entre os opposicionistas as figuras prestigiosas do dr. Marciano Pereira Ribeiro, medico e politico de alto destaque, a quem estava reservada actuação tão importante na latente revolução; o coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe do movimento; Domingos José de Almeida, o mineiro que se fez cidadão riograndense, sabio ministro da ephemera republica; o major José Mariano de Mattos, duas vezes ministro da guerra, na republica e no imperio; José Pinheiro de Ulhôa Cintra, guerreiro e diplomata; José de Paiva Magalhães Calvet, dr. Antonio José Gonçalves Chaves e tantos outros de larga evidencia no memoravel decennio farroupilha.

Nessa primeira sessão da assembléa o dr. Fernandes Braga, aconselhado por seu irmão, não esperou que a opposição rompesse os debates; nominalmente apontou figuras ali presentes como chefes de uma conspiração contra o seu governo. Acreditamos que o então presidente estivesse dizendo uma verdade; entretanto, a sua imprudencia precipitou os acontecimentos, como veremos em seguida.

Ademais, medidas solicitadas na mensagem, como a fixação da milicia policial, fizeram o povo comprehender que o

enfraquecido governo procurava amparar-se numa força que custaria á Provincia mais da metade das então minguadas rendas.

E não só isso; o Rio Grande vinha de longa data soffrendo os maiores vexames dos poderes centraes; terra sempre immolada no tributo do sangue, pela "fatalidade historico-geographica", os sacrificios que lhe foram sempre exigidos não guardavam proporção com as demais provincias do imperio, como acertadamente mostrou um criterioso escriptor.

Ninguém mais do que nós temos sido sacrificados ás imposições do centro; na integridade do sólo patrio, o Rio Grande foi sempre o primeiro a derramar o seu generoso sangue e o ultimo a ouvir o troar das armas, jamais recuando na lucta, desde as heroicas disparadas pelo cimo das nossas coxilhas nos tempos dos Pinto Bandejas, até aos dias que correm, em que, num só blóco, unido e forte, marcha para a guerra em defesa de um ideal que é sempre seu, na defesa do territorio, dentro da sã brasilidade, pelo amor á liberdade, uma das suas mais bellas virtudes.

E não só o tributo de sangue lhe foi sempre imposto; outros, na época, lhe eram exigidos com arrogancia, com a prepotencia do mando; arbitraria e violentamente era o gado cavallar e vaccum arrebatado; no exercito da 1.^a linha foi sempre, e notadamente naquelles tempos, o mais sacrificado, o grande fornecedor de carne para o canhão; compromissos commerciaes assumidos pelo Estado não eram cumpridos; um senhor feudal não seria tão cruel com o seu povo como era, nos tempos que evocamos, o governo do Brasil com o desventurado Rio Grande.

E para cumulo de tudo isso, basta lembrarmos que o Rio Grande do Sul, que vivia na maior prosperidade, pois que progredia em todos os seus ramos de actividade, que dispunha de recursos taes que lhe permittiam ter as arcas cheias de ouro, não podia, em virtude de uma lei scelerada (já as havia naquelles tempos) dispôr sinão da mesquinha quantia de cento e onze contos trezentos e cincoenta mil réis para enfrentar ás suas necessidades, á sua vida e á sua posição dentro do imperio como provincia de renomado destaque.

Diante do que ouviste, meus jovens compatriotas, o Rio Grande do Sul tinha cheio, a transbordar, o calice da amargura.

Que fazer, para quem appellar? Um só recurso lhe restava: as armas. E, como uma chamma ardente que de prompto se alastra, pelas nossas cidades e villas, varzeas e coxilhas, pelos cimos dos montes, na placidez das collinas, um só grito se ouviu, na repercussão de uma dor longo tempo abafada e que explode alfim: ás armas!

E a revolução dos farrapos irrompeu!

A CHEFIA DA REVOLUÇÃO E SEU OBJECTIVO

A revolução estava preparada e devia irromper, ao mesmo tempo, por todos os recantos do Rio Grande. Chefiariam o movimento os homens de mais prestigio do partido liberal; assim é que na fronteira de Bagé estavam a postos duas figuras de valor, o capitão Antonio de Souza Netto, que de prompto se impoz como chefe militar de valor inconteste, e Pedro Marques; em Jaguarão e Arroio Grande o capitão Manoel Antunes, cunhado de Bento Gonçalves; em Pelotas, o valoroso capitão Domingos Crescencio, veterano das passadas campanhas; em São Gabriel, o tenente coronel João Antonio da Silveira, soldado aguerrido e bastas vezes experimentado; em Rio Pardo, os Amaraes, os guerreiros poetas da grande revolução, e em Triumpho o coronel José Manoel de Leão. Prestariam, igualmente, o seu decidido concurso, os majores de linha João Manoel de Lima e Silva, tragicamente morto, logo depois, e José Marianno de Mattos, de quem já falamos; o coronel de legião Affonso Corte Real, José Gomes de Vasconcellos Jardim, homem de grande influencia na Provincia, Jeronymo Jardim, o tenente coronel Silvano de Araujo e Paula, Onofre Pires da Silveira Canto, que, no expirar da grande revolução, morreu em duello com Bento Gonçalves, Macedo Brum e varios outros politicos de destaque, entre os liberaes exaltados.

O movimento encontrou igualmente grande apoio entre as classes armadas, policcias, tropas de linha, guarda nacional,

nas camaras municipaes, magistratura, em cidadãos, emfim, de todas as classes sociaes.

Foi uma revolução que obedeceu a um plano longamente estudado e amadurecido, e, si o proprio presidente precipitou, na abertura da assembléa, a irrupção do movimento, em nada foi o plano alterado, visto que o preparo havia chegado a termo, esperando-se o momento do golpe decisivo. Mas, quaes os fins da revolução? Republica, separatismo? Não. Em verdade, não eram republicanos os iniciadores do movimento, muito embora os artigos do “Continentista” e do “Republicano”, jornaes da época, sendo que o segundo era redigido por Tito Livio Zambeccari, manifestassem franca tendencia republicana.

Separatismo, era idéa que não medrava no seio dos partidos; o Rio Grande com muito sangue contribuiu para a integridade da patria; o seculo de vida que então contava este recanto do paiz é todo elle bordado de edificantes exemplos de amor ao Brasil, pois o Rio Grande jamais regateou sacrificios sempre que a patria foi ameaçada em sua integridade.

E' verdade que a separação foi proclamada um anno depois do inicio da revolução, mas é tambem verdade que a idéa era de unir o Rio Grande aos demais Estados co-irmãos, formando a grande confederação brasileira.

A revolução de 1835-45 teve um fim exclusivo: derrubar do poder um despota — o presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga, homem de clamorosa ineptia governativa e que, assessoriado por seu irmão Pedro Chaves, tornou-se odioso ao povo da sua terra; destituir o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto do commando das armas e alcançar do governo central a substituição de taes autoridades.

Esse foi o objectivo da revolução, esses os seus intuitos e tanto é verdade que, quando se tratou da paz, dez annos transcorridos na lucta, quando o então barão de Caxias suppunha estar a revolução finda por falta de recursos, Canabarro, o extraordinario cabo de guerra, lhe exhibia um documento comprobatorio dos grandes recursos de que podia dispor para prolongar a guerra.

Rosas, o famigerado dictador, ameaçava o Brasil de uma

invasão, e o Rio Grande ahi estava para o costumado tributo de sangue pela integridade da patria.

O assombro de Caxias foi grande constatando que os revolucionarios recusavam o auxilio do estrangeiro para a continuação da luta!

Caxias, o astuto pacificador da provincia, não comprehendia aquelles farrapos...

E a paz foi feita; pela grandeza do Brasil, o Rio Grande voltava á communhão brasileira. E poucos annos depois vertia o seu sangue generoso combatendo e vencendo em memoravel pugna as hostes de Juan Manuel Rosas.

O PRIMEIRO ENCONTRO

Não é nosso intuito historiar a revolução farroupilha e nem seria possivel fazel-o dentro dos estreitos moldes da palestra que aqui faz quem vive entre papeis velhos e fala aos jovens de hoje, aqui reunidos, com o fim de despertar-lhes um pensamento de respeito e admiração para os homens da época que invocamos. O Rio Grande do Sul, cansado de soffrer, como dissemos, estava sobre um vulcão prestes a explodir. Esperava-se apenas a palavra de ordem de seu chefe, Bento Gonçalves da Silva, o homem de maior prestigio do liberalismo rio-grandense.

Ao anoitecer de 18 de setembro, José Gomes de Vasconcellos Jardim, á frente de 60 homens, fazia a travessia do Guahyba para reunir-se á gente de Onofre Pires, que, por sua vez, vinha rondando os arredores da capital; a 19, ás 11 horas da noite, o presidente Fernandes Braga, tendo noticia da presença de força rebelde nas proximidades da Azenha, acceita o offerecimento do major visconde de Camamú, e manda-o num reconhecimento á frente dos seus guardas nacionaes; o encontro verificou-se no local fronteiro ao lugar onde hoje funciona o 2.º posto. Foi rapida a escaramuça, pois a força de Onofre, 200 homens, mais ou menos, levou á derrota a gente de Camamú; este conseguiu escapar, ferido; dos seus homens, conduziu os feridos, deixando um morto, o "Prosódia", jornalista do partido retrogrado, tornado ce-

lebre pela violencia das suas verrinas. Foi o primeiro sangue da revolução, — a grande lucta decenal, que tão renhida seria, estava empenhada.

Isto foi pelos albores de 20 de setembro e nesse dia, Fernandes Braga, verificando que não podia contar com o apoio do povo e da pouca força existente na capital, retira-se para bordo de uma canhoneira, levando os haveres do governo e acompanhado dos seus aulicos, rumando para a cidade do Rio de Janeiro.

A 21 entraram as forças revolucionarias na capital e constituíram o novo governo, sendo chamado para assumil-o o dr. Marciano Pereira Ribeiro, vice-presidente que no momento se achava na capital.

Destituídos dos cargos o presidente e commandante das armas estava satisfeito o objectivo da revolução?

Assim era de crêr; entretanto, uma série de medidas tomadas pelo governo da regencia, cujo fim era menosprezar o character rio-grandense, abater-lhe o animo que tanto o tem dignificado através de successivas gerações, ainda mais os concitou á continuação da lucta que por dilatados annos ensanguentou a terra continentina, espalhando odios, dizimando fazendas, assolando a campanha, a morte, a viuvez, a orphandade.

O novo presidente nomeado, dr. José de Araujo Ribeiro, apesar de rio-grandense, não soube ou não poud restituir a paz á sua terra natal. Assumindo o exercicio do cargo perante a Camara Municipal do Rio Grande, em vez de fazel-o, como era de lei, perante a Assembléa Provincial, reunida, mais acirrou a lucta que degenerou em verdadeira guerra fratricida.

DEZ ANNOS

E durante dez annos a guerra entre irmãos assolou este formoso recanto da patria. Não conhecendo esmorecimentos nem vacillações, animados sempre com a esperanza da victoria, eram os farrapos dessa estirpe de gente que antes de dobrar, quebra. Luctavam e venciam — não se rendiam.

Aliás, era conhecida na revolução a phrase que se tornou celebre: “Sou do Guedes, morro secco mas não me entrego”.

Era essa phrase allusiva á partida do tenente-coronel Jacintho Guedes da Luz, gente guapa e destemida, que jamais se rendeu ao inimigo.

Durante este longo periodo de tempo, innumerous foram os encontros entre as forças, pendendo a victoria ora para um ora para outro lado.

Apontemos alguns, não todos, em que as armas revolucionarias levaram a derrota ás hostes contrarias. E' uma relação encontrada entre velhos papeis, passivel de controle, incompleta, porém que não queremos deixar de apresental-a:

1835 — Outubro 16 — Silva Tavares fuge espavorido desde o Passo do Retiro até o Estado Oriental.

1836 — Abril 7 — Prisão do major Manoel Marques de Souza, que, com 80 homens de infantaria, se achava em Pelotas.

1836 — Abril 8 — Derrota da força commandada pelo coronel Albano de Oliveira, no passo dos Negros.

1836 — Abril 12 — Juca Ourives, com 300 homens, tenta entrar e saquear a cidade de Porto Alegre, sendo rechassado.

1836 — Abril 22 — O mesmo caudilho reunido novamente a seu bando é derrotado em Mostardas.

1836 — Junho 2 — Ataque ganho contra as canhoneiras do imperio no rio S. Gonçalo e Passo dos Negros.

1836 — Junho 13 — Caldeirão e Silva Tavares foram corridos debaixo de fogo desde a lagoa de Cauibá até o forte de São Miguel.

1836 — Junho 14 — A esquadilha imperial é posta em fuga pelo forte collocado na barra de Pelotas.

1836 — Setembro 7 — Ataque na Capella de Viamão, donde se retiram os imperiaes com grande perda.

1836 — Setembro 7, 10, 11 — No Funchal, Cerca de Pedras, costa de Ibirapuitan, 65 revolucionarios derrotam completamente mais de 300 imperiaes, commandados pelo coronel Gama e Juca Loureiro.

1836 — Setembro 10 — Silva Tavares, com mais de 500 homens, é derrotado no Seival.

1836 — Outubro 17 — O mesmo com muitos officiaes e soldados são presos no Arroio Grande do Herval.

1837 — Janeiro 10 — Na villa do Rio Pardo, foi completamente derrotada uma força de 250 homens, commandados por José Joaquim de Andrade Neves.

1837 — Abril 7, 8 e 16 — Na villa de Caçapava, mais de 700 imperiaes, das tres armas, ao mando de João Christostomo, se rendem prisioneiros. — Silva Tavares, com 530 homens, é posto em debandada no Capão do Leão.

1837 — Junho 30 — O mesmo caudilho, com 500 homens, das tres armas, foi acossado vigorosamente por menor força de cavallaria do Povo Novo, até as trincheiras do Rio Grande.

1837 — Julho 7 — O marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, com 500 homens, é destroçado em Cima da Serra.

1837 — Agosto 12 — Uma força de 450 homens, ao mando de Gabriel Gomes Lisboa, é completamente derrotada na villa do Triumpho.

1837 — Setembro 29 — Os sitiados de Porto Alegre sahem das trincheiras, e são obrigados a voltar, acceleradamente.

1837 — Outubro 30 — Na coxilha do Espinilho foram derrotados 420 imperiaes ao mando de Manoel dos Santos Loureiro.

1837 — Dezembro 28 — Ataque na costa do Inhanduhy, onde foram derrotados 500 homens commandados pelos coroneis José Roiz e o velho Medeiros.

1838 — Abril 30 — Memoravel batalha na villa do Rio Pardo, onde, em 70 minutos, foi completamente derrotado o baluarte do Brasil, composto de 1.400 homens das tres armas, commandados por Sebastião Barreto, Caldeirão e brigadeiro Francisco Xavier da Cunha.

1839 — Fevereiro 1 — Ataque e tomada das canhoneiras imperiaes no Cahy.

1839 — Abril 17 — Francisco Pedro (Moringue), na barra de Camaquam é posto em fuga por onze livres commandados pelo valoroso Garibaldi.

1839 — Dezembro 14 — O brigadeiro Francisco Cunha,

com 500 homens, é derrotado em Santa Victoria por 350 republicanos.

1840 — Abril 23 — Juca Cypriano, com um bando de 130 imperiaes, surprehende a villa de Caçapava e é corrido vergonhosamente.

1840 -- Maio 3 — Na margem esquerda do rio Taquary, 600 homens põem em debandada as infantarias imperiaes, que tiveram mais de 300 mortos e feridos, além dos afogados no rio.

1840 — Novembro 16 — Jeronymo Jacintho, com uma força de 400 imperiaes, é posto em completa debandada na estancia de S. Felipe.

1840 — Dezembro 22 — Juca Loureiro, com 250 homens, é dispersado em Camaquam.

1841 — Janeiro 16 — O mesmo caudilho, com 120 homens, são agarrados por igual força, escapando-se sómente 4 homens.

1841 — Julho 12 — Juca Vieira, com 200 imperiaes é completamente derrotado por 80 revolucionarios”.

E aqui findamos.

Elevae os vossos corações, meus jovens compatriotas, volvei o vosso pensamento para os homens daquella época, tiraes das suas obras, dos seus valorosos feitos, o estímulo para amar, sempre e cada vez mais, este formoso recanto da grande patria commum.

Si percorreres as paginas da historia do Rio Grande do Sul, si attentardes nos episodios que a illustram desde os tempos heroicos em que este então continente do Rio Grande de S. Pedro era um vasto acampamento militar, em que todos os homens válidos, occupados nos varios mistéres da vida nos escassos momentos de paz, eram guerreiros destemidos na defesa do territorio sagrado — estou certo, sentireis dentro de vós um justo orgulho em ter nascido nesta terra, neste Rio Grande — grande rio de amor e de doçura.

Tende para elles o melhor de vosso pensamento; admiraes-os, nelles vendo a personificação desse typo quasi lendario do gaúcho, sempre franco, valente, destemido na luta, generoso na victoria, typo que surgiu do caldeamento da raça no cadinho da civilisação.

E ainda o tendes ahi, nos dias que correm, com os mesmos predicaos dos tempos dantanho. Viste-os ainda hontem, na gloriosa arrancada de tres de outubro, mostrando aos coetaneos que o gaúcho de hoje é o mesmo de sempre, honrando as suas tradições, dignificando a raça, amando o rincão e a elle sempre devotado, até á morte, quando esse supremo sacrificio lhe é exigido.

Pela Verdade Historica

(Souza Docca)

Em uma de suas interessantes *Notas de um Diarista* ⁽¹⁾ o fecundo e brilhante escriptor patricio Humberto de Campos, historiando a “conducta da Argentina e do Brasil em relação ao Uruguay”, expende conceitos injustos sobre a politica e acção de nossos antepassados, conceitos esses que nos parece não devem correr á revelia, em vista da autoridade de quem os emette, podendo, assim, ganhar fóros de cidade.

Encantado, justamente encantado, pela cultura, pela civilização e pelo progresso e riqueza da actual Republica uruguaya, o nosso illustre compatricio, ouvindo ou folheando, talvez, lendas patrioteiras, em que se comprazem muitos escriptores uruguayos e em que se deleitam quasi todos os brasileiros, se julgou habilitado para fazer estas affirmativas:

a) que “quando Buenos Aires se apossou do Uruguay, os fazendeiros argentinos o invadiram *limpando-lhes* (o gripho é nosso) as fazendas e levando o espolio immenso para a outra margem do Prata.”

b) que “o Brasil accorre, porém, em *defesa* da pequena provincia, *invadida*, *escorraça o argentino*, toma conta de Montevidéo, em nome da liberdade dos povos pequenos. E, uma vez

(1) Para melhor esclarecimento á apreciação do assumpto, transcreveremos em seguida as *Notas de um Diarista* do brilhante escriptor patricio a que se refere esta refutação

estabelecido ahi, passa para o outro lado do Jaguarão os rebanhos que o argentino *deixou*.” (Todos os griphos são nossos).

c) que Artigas “abandonando Montevidéo ás forças portuguezas sob o commando de Lecor, vae arrastando comsigo as populações ruraes, que incendeiam as fazendas, destroem as fontes e levam os restos de seus rebanhos á frente da immensa onda humana que se vae formando, e que se desloca rumo do interior, para as margens do Uruguay. E’ um exodo épico, evocativo dos primeiros tempos da humanidade, da vida primitiva dos povos pastores, da Scytia e da Mesopotamia.”

d) que estando “o Brasil enfraquecido pelas lutas da independencia e debilitada Buenos Aires com as lutas civis, é concedida a *autonomia* á antiga Cisplatina.”

e) que “o pretexto de livrar o Uruguay do caudilhismo fornece pretexto todavia, ainda, a invasões do amigo do sul e do amigo do norte. Até que, com a consciencia do perigo dessas amizades, o Uruguay *resolve viver* para si mesmo e *prescindir* (os griphos são nossos) do auxilio dos visinhos para liquidação de suas desavenças domesticas.”

O intuito do talentoso autor das *Notas de um Diarista* é, sente-se perfeitamente, o da approximação amistosa e confiante entre uruguayos e brasileiros.

E’ uma campanha louvavel e digna da collaboração de todas as pessoas bem intencionadas. Alistamo-nos em suas fileiras, como o ultimo dos cruzados, na convicção do muito que terão a lucrar o Brasil e o Uruguay, com a confiança, respeito e estima sincera e mutua entre seus filhos.

Para realizar, porém, essa grande obra, e para que ella seja cimentada sobre bases solidas e dignas, e porque não se deve servir uma causa nobre com expedientes que a consciencia possa repellir, não devemos, ao serviço daquella approximação, truncar a verdade historica nem malsinar, injustamente, a memoria de nossos maiores.

Não é occultando as verdadeiras causas de nossas lutas no Prata, nem emprestando aos nossos visinhos as virtudes

de uma pomba sem fél, nem attribuindo aos nossos avós a voracidade e a crueza de abutres sem entranhas que havemos de crescer na estima e admiração daquelles visinhos.

Uma campanha assim feita, batendo no peito, por uma culpa que é menos do Brasil que da Argentina e do Uruguay, nos faz apparecer aos olhos de toda a gente como peccadores contrictos, mais dignos de comiserção do que de respeito.

E' preciso que sobre todas as intenções, sobre todos os idealismos e sobre todas as paixões impere a verdade historica, para que argentinos, brasileiros e uruguayos sejam conhecidos pelo que foram e pelo que fizeram.

Não é com blandicias sentimentaes, nem truncando ou adulterando os factos, que se solidificam e se perpetuam amizades entre os povos — mas, sim, collocando ou se collocando cada um no lugar que lhe compete, com a responsabilidade que lhe cabe.

Só assim se póde sentir e, deste modo, attenuar ou evitar os erros do passado, de que ninguem está isento.

Esse passado, entretanto, bom ou máo, pertence integro aos povos, que não devem nem podem negal-o, apagal-o ou adulteral-o.

Uma das funções essenciaes da historia é ser preventiva e, como essa função só poderá ser preenchida cultuando a verdade, estamos, por isso, de pleno accordo com este alto conceito de nosso illustre compatriota em sua *Nota* de 22 do corrente:

“Que se ame a Patria, mas que se ame tambem a verdade, porque a Patria não póde acceitar um amor baseado na mentira.”

Façamos, pois, guerra ao falseamento da verdade historica, isto é: á mentira, que tanto desprestigia e avilta a palavra humana, falada ou escripta.

Façamos, pois, guerra á mentira, visto que “sem a confiança na palavra leal e autorizada do homem, não haveria nem historia, nem tribunaes, nem educação possível”, como observa Etienne Brasil.

E' um erro, e erro palmar, que commette aquelle que julgar a politica do Brasil no Prata, nos tres primeiros decen-

nios do seculo passado, sem se transportar a essa época e respirar, tanto quanto possivel, o ambiente de então; sem se aperceber da doutrina predominante sobre os limites internacionais; sem medir a intensidade das idéas de imperialismo que as guerras napoleonicas espalharam, que a politica expansionista dos Estados Unidos da America do Norte incitava e que a Santa Alliança alimentava; sem levar em conta como o Direito Internacional Publico conceituava o Direito de Conservação, que é, ainda hoje, dos primeiros e dos mais importantes de todos os direitos internacionais absolutos; com desconhecimento do gráo de civilização dos povos lindeiros e que se enfrentavam; sem conhecer as idéas de Artigas sobre a formação da Grande Republica Federal, que deveria ser constituida pelo Rio Grande do Sul, Uruguay, Paraguay, Missões, Corrientes e Entre-Rios; sem considerar muitas outras causas que não podem ser desprezadas em um julgamento historico criterioso.

Vamos hoje examinar sómente a parte referente ao *Roubo de gado*.

Não é a primeira vez que um escriptor de nota affirma, no Brasil, que as estancias riograndenses foram enriquecidas com gado roubado ao Uruguay, fazendo-se assim, esses nossos compatricios, éco de accusações de nossos visinhos.

Essas accusações, entretanto, não se fundam em elementos positivos.

Até hoje ellas têm como unico apoio a palavra apaixonada dos que as proferem.

Referimo-nos ao periodo indicado pelo brilhante autor das *Notas de um Diarista*.

Não levamos nossa negativa ao ponto de affirmar não houvesse furto de gado uruguayo por parte de brasileiros: o que negamos é que os roubos tivessem o vulto que se proclama e se revestissem do character official que se lhes attribue — eis o que julgamos infundado e injusto.

Os furtos particulares existiam e continuaram existindo por algum tempo, tanto de lá para cá, como daqui para lá.

Poderíamos demonstrar com documentos insuspeitos, sendo alguns de origem platina, as dezenas de milhares de cabeças de gado riograndense levadas clandestinamente para o Uruguay e poderíamos até citar os nomes dos *tropeiros*, mas o que nos move neste momento é o intuito de demonstrar a injustiça feita á memoria de nossos maiores.

Em a propria narrativa do dr. Humberto de Campos existem elementos que destroem as accusações que ella contém.

Diz o talentoso diarista que os fazendeiros argentinos *limparam* as fazendas uruguayas, “levando o espolio immenso para a outra margem do Prata.”

O verbo limpar está ali empregado com o significado de ter sido levado *tudo*, de não ter ficado *nada*. Entretanto linhas abaixo diz o autor citado que o Brasil depois de estabelecido no Uruguay fez passar “para o outro lado do Jaguarão os rebanhos que o argentino *deixou*.”

E, não satisfeito com essas contradições, addicionou mais outra, affirmando que quando Artigas abandonou “Montevideo ás forças portuguezas sob o commando de Lecor”, arrastou “comsigo as populações ruraes que incendeiam as fazendas, destroem as fontes e levam os *restos* dos seus rebanhos.”

Os rebanhos uruguayos apparecem neste conto como novas phenix a renascерem, talvez, das ossadas accumuladas nas proximidades das tocas dos *perros cimarrones* ou, quiçá, de outros vestigios de animaes vaccuns espalhados a esmo pelo campo...

Existem na ultima affirmativa citada, além de incongruencia, anachronismos.

As forças portuguezas occuparam Montevideo sob o commando de Lecor em 1817 e Artigas arrastou comsigo as populações ruraes em 1811.

Neste ultimo anno Lecór, recém-promovido a brigadeiro, militava na Europa, sob o commando do famoso *Duque de Ferro*, e Montevideo estava sob o dominio hespanhol!

Alberto Zum Felde, que nos parece ter sido o principal

guia de nosso compatricio, erra tambem, deslocando para 1814 o exodo artiguenho.

Diz o autor uruguayo que foi *esgotada* (o gripho é nosso) a grande “gadaria nacional para enriquecer as fazendas do Rio Grande, salvando-se apenas algumas vaccas *cimarronas* occultas nos mattos”, e accrescenta que, ao passar a Cisplatina de Portugal para o Brasil, a situação peora mais, porque então se “arream novas tropas de gado para o Rio Grande, *limpando* (o gripho é nosso) o paiz do pouco que ficára.”

A despeito de tudo isso o Uruguay nos annos de 1829 e 1830 e, portanto, em seguida á terminação da guerra, exportou mais de *seiscentos mil* couros de gado vaccum e, nos tres primeiros annos do decennio seguinte, foram exportados *tres milhões seiscentos um mil e trezentos* couros tambem de gado vaccum, o que attesta a riqueza dos rebanhos uruguayos, porque suas vaccas, certamente, não tinham a propriedade dos coelhos quanto a fecundidade e a gestação.

Ha ainda a considerar que estava então prohibida a man-tança de vaccas, medida esta já adoptada no tempo de Lecor, conforme se vê do decreto de 27 de março de 1820, em cujo artigo I se lê esta outra providencia acauteladora da conservação e augmento dos rebanhos uruguayos:

“Desde hoje em diante fica rigorosamente prohibida a extracção, para fóra dos limites da provincia, de cavallos, vaccas e toda a especie de gado indistinctamente.”

Leiamos estas outras medidas do mesmo decreto, que nos parece opportuno sejam divulgadas:

“Todos os gados que sejam levados ás fronteiras, em contravenção a este decreto, serão apprehendidos pelos comandantes de transito e das partidas zeladoras, e presos seus conductores.”

“Se os gados forem roubados das estancias, serão entregues aos respectivos donos, mediante justificação da propriedade e os que forem tomados dos proprios interessados serão vendidos em hasta publica, ao maior preço, conforme as instrucções dadas ás autoridades competentes, e do respectivo producto se formará um deposito na Thesouraria para soc-

correr as famílias indigentes da Campanha e auxiliar os fazendeiros pobres no repovoamento de suas estancias.

IV — Os ladrões de gados serão julgados e sentenciados com todo o rigor das leis, por juizes civis e tribunaes de justiça, devendo se proceder nas causas desta natureza com a brevidade possivel.”

Ainda como uma demonstração da pobreza dos rebanhos riograndenses relativamente aos uruguayos, ao terminar a guerra, em 1828, existe o seguinte facto, que mais parece uma anedota burlesca:

Quando em 1829 se discutia na Constituinte uruguaya a cobrança do imposto de um *peso* por novillo exportado, “um dos constituintes”, diz o dr. Eduardo de Acevedo, “objectou que ao amparo da liberdade se encarregariam os portuguezes de derramar seu ouro para comprar e levar o gado, como já o estavam tratando de conseguir, mediante preços extraordinarios, que attingiam a doze *pesos* por animal vaccum e oito *pesos* por cavallar” e, na melhor das intenções, mas sem noção do que dizia, accrescentou o sujeito: “para arruinar-nos”...

Essa procura, pelos nossos antepassados, mediante seu ouro, do gado uruguayo, os põe ao abrigo do labéo com que se pretende denegrir-lhes a memoria.

II

Historio com os documentos na mão: que me respondam assim.

Taine (Ma Défense).

Com a bondade, graça e subtileza que lhe são peculiares e que seu estylo donairoso e fluente tanto aprimoram, o dr. Humberto de Campos interrompeu a série de suas brilhantes *Notas* sobre o Uruguay para responder ao primeiro de nossos artigos discordando de alguns de seus conceitos historicos e do meio de realizar uma approximação amistosa e confiante entre brasileiros e uruguayos.

O laureado escriptor patricio é contra a verdade dos archivos e por isso entende devem estes ser queimados; e nós pensamos devem ser conservadas essas fontes do passado, porque somos contra a alchimia historica.

A queima dos archivos não extinguirá a historia que é tão necessaria aos povos como o sonho para os idealistas, as maguas para os romanticos. Estes, segundo o poeta, “quando maguas não têm, maguas inventam”.

Os povos, quando historia não têm, lendas inventam.

Grande numero dos que fazem incursões pelos dominios do passado, a despeito da verdade existente nos archivos, se espraia na fantasia e, com graves injustiças e destempeiros, malsinam innocentes, glorificam peccadores.

Imagine-se o que se não dirá com a ausencia das provas documentaes, se os archivos forem queimados, visto que os documentos não poderão, depois de um incendio, lá no cimo dos Andes, como deseja o nosso illustre compatriota, surgir de algum angulo da rocha, como a urze de que nos fala a musa peregrina de Guerra Junqueiro.

Foi, sem duvida, pensando nos documentos que os archivos guardam que Eduardo Prado proferiu este conceito profundo, que convida a meditar: “A Historia é feita de reparações salutaes e de tardias justiças”.

Não foi menos expressivo o autor do *Ultimo dos Abencer-ragens* quando disse: “Para escrever a Historia é preciso respirar a poeira dos archivos e ter deante dos olhos o papyro que tocou outr’ora a mão de Carlos Magno ou a de Clovis.”

No Brasil se tem observado, relativamente ás nossas relações com o Uruguay no passado, uma conducta diversa da que há muito vêm os nossos vizinhos mantendo.

Aqui pouco se tem divulgado do que existe em nossos archivos e muito se ha repetido do que lá se publica.

No Uruguay, entretanto, quasi tudo que existe em seus archivos e nos estrangeiros foi tirado á lume, recheado de commentarios *pro domo sua*.

Emquanto de lá se mandava á Europa, com todo conforto, prestigio e recursos pecuniarios que sobraram, uma embaixada especial para catar nos archivos documentos so-

bre a Missão Ponsonby, aqui não se permittia, a despeito da intervenção de um dos nossos grandes embaixadores, que um humilde investigador permanecesse tres mezes no Rio de Janeiro afim de escrever uma these, para o 1.º Congresso de Historia do Uruguay, sobre a Convenção Preliminar de Paz de 1828, que foi por isso alinhavada, em Matto Grosso, em serões, em menos de quatro mezes, e que foi divulgada á expensas de seu autor.

Parece que a nossa frieza tem augmentado o calor de nossos vizinhos e dahi o grande numero de livros que ultimamente tem apparecido no Uruguay e na Argentina, continuando a orientação com que no Prata se vem, ha muito, estudando as lutas ali travadas entre hespanhoes e portuguezes e entre brasileiros e platinos.

A penna fecunda e bem inspirada de Gustavo Barroso rompeu, ha poucos annos, com o nosso longo silencio a esse respeito, depois das interessantes publicações do barão do Rio Branco sobre os *Apontamentos para a Historia Militar do Brasil* e estudando as *Guerras da Cisplatina*, onde não se descobrem as intenções a que se referiu o festejado autor das *Notas de um Diarista* e sim as de um historiador, em culto constante á verdade.

Precisamos reagir contra o sentimentalismo que nos amollece e nos desprestigia, afim de comparecermos perante o tribunal da historia com as nossas razões, para que possamos ser julgados como convém.

Não é justo, não é louvavel, que cruzemos os braços em attitude beatica, quando os nossos vizinhos, depois de um formidavel preparo com a artilharia grossa de seus documentos, nos assaltam ao crepitar incessante da fuzilaria de seus commentarios.

Não queremos, como suppõe o dr. Humberto de Campos, que o Uruguay assigne em cruz “um publico documento de quitação”, reconhecendo “que as invasões pelo norte lhe foram beneficas e que portuguezes e brasileiros não arrebanhavam o gado da terra invadida” — o que desejamos não é isso e, sim, um ajuste de contas leal, correcto, limpo, sem sophismas; e isso só poderá ser feito mediante confronto das

razões de ambas as partes e não com allegações unilateraes e tendenciosas.

Adverte-nos o talentoso dr. Humberto de Campos: “Ha, sem duvida, uma critica historica. Mas ha, tambem, uma critica humana, deante da qual terá de curvar-se a primeira.”

Assim tambem pensamos e por isso, como já tivemos occasião de dizer, para julgarmos os acontecimentos em que o homem entra como factor principal, é indispensavel que não o colloquemos acima da craveira humana (^{1A}).

Outra coisa não pretende a critica historica, a não ser a submissão aos imperativos da natureza humana quando, para estudar os acontecimentos se reporta ao meio e ao tempo em que elles occorreram e os filia aos factos com que se relacionam.

Todos os actos do homem, bons ou máos, são o fruto do bem maior — móla propulsora e incontrastavel dos nossos feitos sobre a terra.

O bem maior não é o que se apresenta, agora, aos nossos olhos, conforme nosso modo de sentir hoje, segundo a ethica actual e, sim, o que impulsionou o agente no passado.

Sem investigar a fundo como se formou o estado psychologico dos que se enfrentaram no Prata, de armas nas mãos, não se póde comprehender a razão de ser de seus actos.

Julgar os acontecimentos que levaram nossos avós ao Prata, em som de guerra, sem esmerilhar as causas predisponentes dessas lutas, é o mesmo que diagnosticar uma molestia sem exame prévio e observação do paciente.

O illustrado dr. Humberto de Campos, não obstante o horror que lhe desperta o passado dos povos, foi buscar nos seculos XVIII e XIX as razões historicas do civismo uruguayo, que lhe merece “uma funda e commovida sympathia” e os motivos por que os uruguayos vêem os brasileiros com os olhos da desconfiança, que reputa justa.

A historia tanto vale para um, como para o outro, e a verdadeira vale mais que a adulterada.

(^{1A}) *O Brasil no Prata*, Porto Alegre, 1930, pag. 21.

Sob este ponto de vista ousamos, sem quebra da admiração que votamos ao nosso talentoso patricio, contradizel-o.

Em sua ultima *Nota*, sobre o assumpto em debate, o dr. Humberto de Campos manifesta uma verdadeira fobia pela historia. Seu modo de conceituar esta é diametralmente opposto ao nosso.

Para o facundo escriptor patricio a historia é um mal e só para o mal existe — para nós, entretanto, ella continúa sendo, como sempre foi, a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a mestra da vida, segundo o velho conceito de Cicerero, e por isso ella não póde ser convencional, louvaminheira ou aggressiva e sim, expositiva, imparcial, rigorosa, serena e justa.

Não podemos, é evidente, entender-nos neste ponto — mas, como certamente os leitores nos comprehenderão, vamos continuar apreciando os pontos enumerados em nosso primeiro artigo, com vistas aos que nos lerem.

O Brasil não foi ao Uruguay em 1817 em *defesa* da pequena provincia então *invadida* pelos argentinos, nem dahi escorraçou estes, como por equivoco, certamente, disse o illustre autor das *Notas de um Diarista*.

O Brasil foi ao Uruguay naquelle anno com o objectivo de arredar de suas fronteiras um vizinho perigoso, inquietador, indesejavel, por ser violento e richoso e alimentar idéas contra a nossa integridade territorial. Visava tambem o Brasil a fixação de seus limites meridionaes pelo Prata.

Os incitamentos argentinos para que tomassemos conta da Banda Oriental, facilitavam a realização do velho ideal politico, perseguido, com tenacidade, desde 1680, com a fundação da Colonia do Sacramento, a que renunciámos definitivamente, em boa hora, ha mais de um seculo, fazendo nascer entre as nações soberanas a Republica Oriental do Uruguay.

Este é, actualmente, como já tivemos oportunidade de dizer, um paiz feliz entre os mais felizes do mundo, de alta cultura juridica, de admiravel correcção em sua politica externa, de modelares methodos de educação, onde temos ido beber lições para melhor ensinar nossos descendentes; e,

além disso, paiz cujos filhos são exemplos de patriotismo, de ordem, de trabalho e, assim, vizinhos que nos honram e amigos que muito prezamos ⁽²⁾.

A Republica Oriental do Uruguay de hoje não é a Banda Oriental semi-barbara do principio do seculo passado.

Seria um crime monstruoso, um attentado á civilização, repetirmos ou pensarmos em repetir nos dias que correm ou no futuro, os actos e os desejos com que os nossos avós fizeram as tropas de Lecór penetrar no territorio oriental.

Este modo de pensar, porém, não importa em condemnar irremissivelmente o que praticaram nossos maiores, porque estes devem ser julgados, conforme já accentuamos, depois de examinadas e pesadas as causas predisponentes e a finalidade da entrada no Uruguay.

Os que desprezam a investigação do objectivo circumstanciado dos actos humanos incorrem na falta grave de que Bovio, com vehemencia e fundamento, accusa a Escolastica, quando esta qualifica as acções dos homens em si mesmas, sem nenhuma ligação ás suas finalidades.

Machiavel, com a penetração e aticismo que lhe eram peculiares e rindo sarcasticamente desse modo de avaliar os acontecimentos, fez esta interrogação, que nos obriga a meditar: “Em que tempo, em que logar, foram as acções julgadas pela historia, boas ou más, sem se julgar suas finalidades?

“Quem mata para furtar — é um assassino; quem mata para salvar a si mesmo — é um innocente; quem mata para libertar sua patria — é um heróe: tres homicidas, não tres culpados.

“Quem mente para cumprir o destino de um povo — é Moysés; quem mente para salvar um amigo — é Pylades; quem mente para roubar uma herança — é um jesuita; tres mentirosos, não tres culpados.”

O desprezo da causa final e das predisponentes conduz a outro erro grave qual o de esquecer o character temporal

(2) Idem, 6 e 7.

da historia ou seja o seu caracter typico, como observa Fidelino de Figueiredo.

Fomos, como ficou dito, ao Uruguay, em 1817, defender nossa integridade territorial, em nome do Direito de Conservação, e estabelecer no rio de Solis a nossa raia no extremo sul, apoiados na doutrina das fronteiras naturaes, então vigorante; e tudo isso fizemos, é preciso não esquecer, instados pela Argentina, que na ancia de evitar o desmembramento imminente das Provincias Unidas do Prata nos incitou a penetrarmos na Banda Oriental e nos facilitou a posse desse territorio.

Esquecido tambem não deve ficar que Lecór entrou em Montevidéo, como um Messias, sob pallio conduzido pelos proprios uruguayos.

Não *escorraçamos*, pois, o argentino, que lá não estava, nem tomamos conta de Montevidéo em nome dos povos pequenos — mas, podemos dizer, o fizemos em nome e em socorro dos opprimidos.

Para que se não diga que recorremos aos documentos intencionalmente accumulados em nossos archivos para, como observa o dr. Humberto de Campos, seguindo a praxe adoptada entre as nações, nos justificarmos perante o tribunal da posteridade — vamos recorrer aos archivos e aos historiadores platinos para deixar consignado aqui os beneficios da entrada de Lecór em Montevidéo.

“Lecór entrára em Montevidéo e, diga-se a verdade, longe de encontrar resistencia ou má vontade, o visindario e todos os habitantes da capital, de honradas familias e de interesses urbanos, o receberam com os braços abertos, porque chegava, com effeito, como protector de vidas e de bens e salvava a todos dos attentados intermitentes de Artigas e de seus caudilhetes — Otorquez, Encarnación, José Culta, o negro Casavalle e outros não menos ferozes, que dentro da praça ás vezes e percorrendo sempre os suburbios roubavam, saqueavam, matavam e saciavam de todos os modos suas terriveis e fortes paixões.”

“O imperio das autoridades portuguezas chegou, pois, como salvação em um naufragio para aquelles infelizes, ex-

postos todos os dias a pavorosos estremecimentos do terror e do crime" (3).

"Os militares mais illustres da guerra da independencia, os homens civis mais proeminentes da Assembléa de 1825, os constituintes de 1827 e os de 1830, foram contestes em que Artigas é um desses malvados que os povos não podem supportar e constituem o açoitado das sociedades civilizadas" (4).

A vida, a liberdade, o bem-estar material para os orientaes naquella época, como para todas as sociedades em formação ou de existencia rudimentar, estavam acima dos sentimentos de patria.

Esta observação é do eminente diplomata, sociologo, philosopho e historiador argentino Lucas Ayarragaray, que se destaca pelo saber, firmeza e coragem com que proclama e defende suas idéas (5).

"Povoações e gente de respeitabilidade, cansados do protector dos povos livres, de Artigas, concluíram chamando os portuguezes" (6).

"Sob a bandeira portugueza vivia-se com tranquillidade e os que estavam acostumados aos horrores de Artigas e de seus satelites bemdiziam ao principe dom João, que os livrara de tamanhos males" (7).

"A invasão fôra promovida pelo partido monarchista do Rio da Prata, pelos emigrados orientaes no Rio de Janeiro, pela loja creada sob a direcção de Pueyrredon e pelos que temiam mais as crueldades de Artigas do que o dominio portuguez" (8).

"Não se explica a maneira como as populações recebe-

(3) Vicente Fidel Lopez, *História de la Republica Argentina*, IV, 229, 230.

(4) Arioto Gonzales, *El Centenario de la Independencia Nacional*, 58.

(5) *Estudios Históricos Politicos y Literarios*, 19.

(6) Carlos Urien, *Quiroga*, 36.

(7) A. D. P. *Apuntes para la História de la Republica Oriental del Uruguay*, I, 57.

(8) Vicente Quesada, *Historia Diplomatica Latino-Americana*, II, 73.

ram o invasor, a não ser pelo desejo immenso de terem em segurança a honra, a vida, os bens, a tranquillidade — direitos esses que haviam sido constantemente atropelados durante o dominio dos caudilhos.”

“Lecór, já pelos habitos civis que tinha, já porque convinha aos pontos de vista de seu governo, estabeleceu ordem onde suas tropas dominavam, inspirou confiança e não tardou em parecer necessario aos que passavam assim a desfrutar os gozos de uma vida segura” ⁽⁹⁾.

“Tres annos de lutas e de violencias haviam posto uma grande parte dos patriotas orientaes na dura necessidade de acceitar como um beneficio a dominação portugueza” ⁽¹⁰⁾.

Os habitantes de Montevideo e dos principaes centros de povoação, onde existiam guarnições e autoridades portuguezas haviam se acostumado insensivelmente á presença espectacular e ao governo manso destes novos conquistadores, cuja moderação no mando, respeito ás propriedades e prodigalidade em dinheiro e em honrarias com que os desejavam attrair, formavam um contraste mui pronunciado com os methodos despoticos e sanguinarios que haviam empregado ordinariamente os delegados de Artigas com seus proprios concidadãos.

“Brando era o jugo do estrangeiro: respeitava os lares e as propriedades e não compellia aos homens validos a empunharem as armas para a defesa de sua causa” ⁽¹¹⁾.

“A dominação portugueza foi acceita momentaneamente por alguns cidadãos, como respiro e unico meio de fazer um parenthese em a desesperação reinante, pela anarchia com que Artigas havia atormentado a provincia” ⁽¹²⁾.

“Artigas fez grandes esforços para rechassar os invasores, mas foi derrotado em toda parte, e a 20 de janeiro de

⁽⁹⁾ A. F. Berra, *Bosquejo Histórico de la Republica Oriental del Uruguay*, 170, 171.

⁽¹⁰⁾ Barros Arana, *História de America*, 507.

⁽¹¹⁾ Coronel Juan Beverina, *La Guerra contra el Imperio del Brasil*, I, 67.

⁽¹²⁾ Luis Melian de Lafinur, *Semblanza del Pasado*, 256.

1817 entravam os portuguezes em Montevidéo sendo recebidos com jubilo pelos seus habitantes. Tanto haviam soffrido estes sob o governo dos subalternos de Artigas” (13).

“Vegetando durante o interinato de Alvear, opprimido e subjugado á potencia politica, durante o regimen artiguista, o Tribunal do Real Consulado do Commercio foi restabelecido solennemente pelo dominador lusitano e ao nascer em fórma definitiva e concreta passa a cumprir uma missão economica e social imprescindivel.

“A organização da Justiça é o mais alto titulo a que póde aspirar a dominação portugueza” (14).

Do que ficou transcripto, que é apenas um terço das citações que podemos fazer sobre o assumpto, se verifica que os nossos antepassados não entraram no Uruguay como algozes dos seus habitantes e sim como apacadores dos soffrimentos e das desgraças dos que gemiam sob a bota selvagem, de *couro de potro*, dos caudilhos e caudilhetes orientaes.

III

INTERVENÇÕES DO BRASIL NO URUGUAY

“A intervenção do Brasil na politica do Rio da Prata perde muitas partes de seus aspectos considerados intoleraveis, si se a relaciona com as circumstancias que a engendraram.”

Luiz Alberto de Herrera.
(El Uruguay Internacional).

As intervenções do Brasil no Uruguay mereceram este juizo de nosso illustre compatricio autor das **Notas de um Diarista**: “O pretexto de livrar o Uruguay do caudilhismo forneceu pretexto, todavia, ainda, a invasões do amigo do sul e do amigo do norte.”

(13) Alfredo B. Grosso, Curso de História Nacional, 244.

(14) Mario Falcão Espalter, *La Vigia Lecór*, 145.

O substantivo **pretexto** duas vezes empregado no periodo transcripto e a denominação de **invasões ás intervenções** brasileiras no Uruguay, depois de 1828, importam em dizer que, a mão armada e occultando as verdadeiras intenções, os nossos maiores violaram o territorio uruguayo, as diversas vezes que ali fizeram penetrar suas tropas.

Recorrendo aos historiadores e aos documentos uruguayos, para que não nos accussem de parcialidade, vamos demonstrar a injustiça daquella imputação.

Ouçamos em primeiro lugar a voz de um véro nacionalista e acatado historiador — Luis Melian de Lafinur — que vae, com a sua alta autoridade, explicar as razões historicas das intervenções do Brasil em sua patria.

O sentimento de nacionalidade, tal como agora se vê e se palpa, não se póde dizer que existisse para as gerações que aturaram durante as épocas torbulentas e desgraçadas da prepotencia da caudilhagem e das intervenções estrangeiras.” (15).

Como foram conseguidas essas intervenções diz-nos, em seguida, o mesmo escriptor: “A historia da Republica até 40 annos depois de jurada a constituição, não é mais do que a historia das intervenções estrangeiras, mendigadas pelos governos e pelos partidos, entre cabalas e intrigas algumas vezes, e outras á luz do dia.” (16).

Vejamus como outro historiador uruguayo explica o motivo daquellas intervenções e como e por que foram solicitadas.

“A historia de nossas desventuras conta em primeiro lugar com a pagina relativa ás intervenções.

“Foi um grave erro que dominou durante muitos annos nossos homens de pensamento, convencidos de que a anarchia era o mal que nos levava á ruina e de que não se devia escolher meios para conseguir sua annullação.” (17).

(15) *Semblanzas del Pasado*, Montevideo, 1915, pags. 266.

(16) *Ibidem*.

(17) Carlos Oneto y Viana, *La Diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata*, Montevideo, 1903 pag. 37.

O autor recém citado, não obstante, o mau humor com que sempre se refere ás intervenções brasileiras em sua patria, reconhece a necessidade dessas intervenções, nestes termos: “A intervenção seria, sem duvida alguma, sempre um mal, um desdouro para a Republica, mas entre os males, é de bom senso, optar pelo menor — e neste caso entre o menoscabo que representaria para o prestigio nacional a intromissão estranha e a offensa, muito maior, que diariamente nos impunha a caudilhagem com suas arrogancias, seus excessos, suas orgias de sangue e até o perigo de envolver o paiz em funestas complicações externas, o patriotismo não devia vacillar optando abertamente pela primeira, que viria a ser a salvadora.” (18).

“As patrióticas prevenções de Lamas contra a caudilhagem, que era impossivel destruir com os recursos proprios, arrastaram-no a refugiar-se na intervenção imperial, afim de que esta pudesse dar-nos paz, unico meio de destruir aquelle elemento perturbador.

“Com a protecção do Imperio queria Lamas melhorar nosso estado social, modificar nossos habitos, mudar radicalmente a vida de nossos homens do campo, do gaúchismo, para quem não existe regra nem protecção nas leis, que só serve para a guerra e que não representa outra cousa que pedaços de carne destinados a manter a esses abutres que se chamam caudilhos.” (19).

Vae agora ser ouvido o dr. Luis Alberto Herrera, illustre diplomata, facundo escriptor e uma das mais altas expressões políticas do Uruguay.

“E’ de justiça se reconhecer que alguma vez foi tanta a desolação que a presença do estrangeiro pareceu remedio patriótico contra a dissolução final.” (20).

“Em occasiões mui raras inspira a solicitação uma exigencia dolorida do patriotismo que impotente entre a disso-

(18) Idem, idem, 38 e 39.

(19) Idem, 40.

(20) *El Uruguay Internacional*, Paris, 1912, pag. 54.

lução anarchica, só nas intervenções divisa a margem do cháos em que se debate.” (21).

Tambem soccorros de dinheiro nos pediram os orientaes — blancos e colorados — e a presteza e bôa vontade com que o Brasil attendeu a esses angustiosos appellos, salvaram “da banca rota os governos uruguayos, quasi mendicantes.” (22).

“Só o Brasil estava em condições de attenuar aquellas angustias metallicas, como elle, em primeira linha, aplacaria, com suas armas, em Caseros, as angustias moraes do outro ribeirinho.

“Não necessitou o Imperio tecer intrigas para ouvir nosso peditorio.” (23).

“Em 1845 o governo da cidade sitiada de Montevidéo nomeou Francisco Magariños y Cervantes plenipotenciario junto ao governo brasileiro, para celebrar um tratado de cessão territorial, por certa importancia, em dinheiro, afim de ter recursos para continuar a guerra.” (24).

O Brasil attendeu ao pedido, sem sacrificio do territorio uruguayo.

O emprestimo não foi obtido por Magariños e sim pelo seu substituto, dr. Andrés Lamas.

A alegria immensa deste, quando obteve o soccorro, em vista da situação precaria em que se achava a praça sitiada, diz-nos um filho seu illustre, em paginas brilhantes, que sentimos não dispor de espaço para transcreve-las e por isso nos limitamos a recommenda-las aos leitores. (25).

Em 1853 vendo-se Juan Francisco Giró na imminencia de ser deposto do governo pela revolução que o então coronel Venancio Flores chefiava, solicitou, por intermédio de seu ministro das relações exteriores — Bernardo Prudencio Ber-

(21) Idem, pag. 97.

(22) Ibidem.

(23) Idem, 97 e 98.

(24) Vicente G. Quesada, *História Diplomatica Latino-Americana*, Buenos Aires, 1919, pag. 167.

(25) Pedro S. Lamas, *Etapas de una gran Política*, Sceaux, 1908, pags. 78 a 81.

ro —, a intervenção do Brasil. Nessa solicitação, dirigida ao dr. José Maria da Silva Paranhos, depois visconde de Rio Branco e então ministro brasileiro residente em Montevidéo, dizia Berro, depois de mencionar a attitude assumida pelo coronel Flores: “Este novo e inesperado successo me põe, ainda mais uma vez, no caso de exigir de V. Ex. a eficaz protecção a que o Imperio do Brasil está obrigado pelo tratado de 1851.”

Em 30 de janeiro de 1854 os principaes homens do partido blanco e entre elles o illustre pae do eminente dr. Luis Alberto de Herrera, assim se dirigiam ao governo brasileiro: “Nós os cidadãos orientaes que firmamos a representação annexa, declaramos que o fazemos persuadidos do que a intervenção armada a que ella allude, é indispensavel, não só para dar-nos garantias sociaes, como tambem para pôr-nos em pleno goso de nossos direitos politicos dos quaes **de facto** nos achamos privados, porque anarchisado o paiz, sem garantia de genero algum, necessitamos da intervenção armada, para que o Brasil, em cumprimento aos tratados de 12 de outubro de 1851, torne effectivos e duradouros a paz, a ordem e o imperio das instituições.”

“Pouco depois o governo do general Flores obteve a entrada de 4.000 soldados de d. Pedro II, que occuparam diversas praças da Republica.” (26).

O dr. Andrés Lamas que foi o intermediario desse pedido, assim o justificou: “A intervenção brasileira foi apresentada como o meio de pacificação: de todos os angulos do paiz era indicada.

“Homens respeitaveis de um e outro partido, proprietarios e commerciantes ligados á salvação do paiz, me conjuravam ardentemente para que saísse de meu isolamento e servisse de éco aos clamores e ás necessidades publicas.”

O dr. Luis Alberto de Herrera, depois de transcrever essa declaração, accrescentou: “Não se exagera; esse foi o espectáculo chronico.” (27)

(26) Oneto y Viana, obra cit. 42.

(27) Obra cit. 36.

Commentando aquelle appello diz Francisco Magariños y Cervantes que a intervenção armada representava o desejo unanime de seus compatriotas e era de grande conveniencia para a Republica e que o governo imperial attendendo-o fez entrar no territorio oriental, com a sancção do corpo legislativo uruguayo, 4.000 homens, que foram acampar em Montevidéo, fardados, equipados, armados e pagos por conta do Brasil, que generosamente abriu mão do que sobre a manutenção das tropas, em caso de intervenção, dispunha o art. 10 do tratado de 12 de outubro de 1851. ⁽²⁸⁾

“Mais tarde, em 1858, prestou o Imperio seu concurso pecuniario ao governo Pereira e se dispunha a prestar-lhe o apoio de seu exercito para sufocar a rebellião que foi afoçada em sangue, em 1.º de fevereiro, no passo de Quinteros.” ⁽²⁹⁾.

A carencia de espaço nos impede de uma apreciação motivada de todas as nossas intervenções no Uruguay depois de 1828 — mas as que ficaram ligeiramente referidas, os juizos insuspeitos sobre essas intervenções já transcriptos, mais alguns que em seguida vamos transcrever, evidenciam que não entrámos no Uruguay como vandalas; que o caudilhismo não foi o pretexto dessas intervenções e sim a causa, o verdadeiro motivo, vivo e palpavel e que o nosso objectivo principal foi o de soccorrer o visinho opprimido e afflicto.

Um illustre diplomata uruguayo que privou com os estadistas brasileiros e que para bom desempenho da missão que sua patria lhe confiára no Rio de Janeiro, sondou, perquiriu e observou os actos e o pensamento daquelles homens de governo, externou estes conceitos: “A elevação de idéas de que têm dado provas os Estadistas do Imperio, a franqueza com que têm procedido em todas as épocas para com as Republicas do Prata — são uma garantia da bôa amizade que se ha de cimentar.” ⁽³⁰⁾.

⁽²⁸⁾ *La Política del Brasil en el Rio de la Plata ante las Calunias del Partido Blanco*, Buenos Aires, 1864, pags. 37 e 38.

⁽²⁹⁾ Oneto y Viana, obra cit. 43.

⁽³⁰⁾ Francisco Magariños, obra cit. 142.

Com pleno conhecimento da actuação brasileira no Prata, um estrangeiro illustre, contemporaneo de nossas intervenções ali, deixou este juizo: “A politica externa do Brasil teve até hoje um merito raro: procurou resolver discretamente as suas questões, realizando os seus desejos ou delles se approximando sem estrepito. Moderada e conciliadora quando teve que tratar com os visinhos irriquietos, sempre promptos para os processos irregulares e as ameaças de propaganda, soube manter a sua posição sem della fazer praça ou, ainda menos, abuso violento.

“Como já deixei dito no capitulo precedente, o governo do Brasil está sinceramente desinteressado de qualquer pensamento de augmento territorial, e quem estudar seus actos verificará que depois da malfadada guerra contra Montevideo, em 1828, não ha nenhum traço em sua historia de velleidades ambiciosas.” ⁽³¹⁾.

O dr. Luis Alberto de Herrera, um dos mais severos julgadores de nossa politica no Prata, confirmou, 56 annos depois, o juizo do escriptor francez, nestes termos, para os quaes pedimos a attenção de nossos compatriotas: “A madura reflexão ensina que o Brasil depois de 1825, nunca intentou, pela violencia, a conquista da Banda Oriental.” ⁽³²⁾.

E’ deveras contristador e lamentavel que todos os nossos compatriotas que se dedicam ao estudo do passado ou que fazem excursões pelos dominios da historia, não sejam, sempre, animados pelo espirito de justiça e de amor á verdade que encerram os tres juizos transcriptos.

Alguem, no Uruguay, impressionado com os desmandos do passado, disse um dia: “Será melhor que se não escreva a nossa historia!” ⁽³³⁾.

Nós brasileiros não temos, felizmente, motivos para tão dorida exclamação. O que devemos desejar é que a nossa

⁽³¹⁾ M. Charles Reybaud, *Le Brésil*, Paris, 1856, pags. 131 e 132.

⁽³²⁾ Obra cit. 101.

⁽³³⁾ *El Uruguay Internacional*, obra cit. 373.

historia seja escripta *sine ira ac studio* — para que possa ser, segundo o juizo de Francisco Magariños, “uma garantia da bôa amizade que se ha de cimentar”, para que se conheçam “os raros meritos da politica externa do Brasil”, de que falou Reybaud e para que não continue sendo ignorado por muitos brasileiros que o Brasil, conforme o depoimento do eminente dr. Luis Alberto de Herrera, só entrou no Uruguay a chamado dos uruguayos.

NOTAS DE UM “DIARISTA”

I

O civismo do povo Uruguayo — Razões historicas desse sentimento — A terra e o homem antes da chegada de Solís — Artigas e a consolidação da alma nacional — A conducta da Argentina e do Brasil em relação ao Uruguay.

Humberto de Campos

(Da Academia Brasileira de Letras).

Difficilmente se encontrará na hora actual do mundo, um povo, que, como o uruguayo, patentêe um espirito civico tão ardente e vigilante. O amor da patria tem, ali, qualquer cousa de mystico, numa crepitação de todos os dias, de todas as horas, e abraçando todas as criaturas, sem distincção de sexo, de idade ou de classe. O Uruguay dá idéa, em summa, de uma Lacedemonia moderna, numa vigilia de civismo, que é o mais bello dos milagres do sangue hespanhol na America.

Aos brasileiros e argentinos residentes em Montevidéu, esse civismo nervoso torna-se, talvez, irritante, por constituir uma especie de desconfiança dos nossos propositos de amizade. Quem conhece, porém, a historia politica do Uruguay, o processo da sua formação ethnica e social, e o seu passado heroico e tumultuoso, não só explica a feição não raro hostile desse civismo e o animo suspeito dos seus historiadores, como sente, mesmo, por esse feitio nacional, uma funda e commovida sympathia.

De quantas regiões possuíam Hespanha e Portugal na America, nenhuma lhes pareceu mais inutil, inicialmente, do que aquella que seria mais tarde a Banda Oriental, a Cisplatina Brasileira e, finalmente, a Republica Oriental do Uruguay. A terra não podia ser mais inhospita, mais hostil ao homem e menos compensadora do esforço que elle empregasse. Não possuía minas, como o Perú e o Brasil, portos como os da margem direita do Prata ou populações autochtones opulentas como o Mexico. A planicie immensa que se estendia das orlas do Atlantico ás margens do Uruguay, era rigorosamente inhabitavel. Batida pelos pampeiros, que soprovam do noroeste, e pelos ventos frios do sul, temperados nas geleiras do polo, a região uruguaya era de tal modo castigada pela natureza que não possuía nem tribus selvagens estabelecidas na terra. O indio charrua, que punha nella uma sombra humana, era reduzido e nomade, e não possuía nella uma tenda ou uma aldeia. Dominavam-na apenas o vento, as relvas e o sol. E foi quando, um seculo após a chegada de Solis ao rio da Prata, Hernando Arias de Saavedra, governador crioulo de Assumpção, mandou soltar nesse deserto uma centena de vaccas e duas manadas de eguas, que deram origem á actual riqueza pecuaria da Republica Oriental. Um seculo mais, essas cem vaccas constituíam um rebanho selvagem de 25 milhões de cabeças, do que viviam, então, indios e colonos.

O Uruguay vive, então, o que os seus historiadores chamam, apropriadamente, a "idade do couro". De couro se vestem os homens. De couro são tapadas e cobertas as casas. De couro são as camas. De couro as cordas das boleadeiras com que se derrubam os bois sem dono, que são arrebanhados nas primeiras fazendas. Em 1727 conta Montevideó 42 casas, das quaes 2 de madeira e barro, e 40 de couro.

Até então, nem Portugal nem Hespanha haviam visto no Uruguay senão uma posição militar, que se disputavam. Pouco a pouco, porém, foi a região conquistando um valor economico, principalmente como abastecimento possível da

região missioneira. **Portuguezes do Brasil** e hespanhoes de Buenos Ayres invadem a immensa terra sem dono, arrebanhando gado selvagem para as primeiras fazendas buenai-rensens e do Rio Grande. O sentimento de defeza economica determina o sentimento de nacionalidade. E tem inicio o longo periodo de luctas em que Portugal e Hespanha, e em seguida o Brasil e as Provincias Unidas, se batem pela conquista da Banda Oriental que representa o papel de marisco nesse conflicto entre a onda e o rochedo.

Quando Buenos Ayres se apossa do Uruguay, os fazendeiros argentinos o invadem, limpando-lhe as fazendas e levando o espólio immenso para a outra margem do Prata. O Brasil accorre, porém, em defeza da pequena provincia invadida, escorraça o argentino, toma conta de Montevidéo em nome da liberdade dos povos pequenos. E uma vez estabelecido ahi, passa para o outro lado do Jaguarão os rebanhos que o argentino deixou.

Essas espoliações constantes da sua liberdade e da sua fortuna determinam o apparecimento do caudilho, fazendeiro armado contra os exercitos portuguezes e hespanhóes, ou brasileiros e buenai-rensens, que invadem militarmente a região, arrebanhando e carneando. Surge Artigas, expressão maxima de todos elles. Abandonando Montevidéo ás forças portuguezas sob o commando de Lecor, esse guerrilheiro vae arrastando comsigo as populações ruraes, que incendeiam as fazendas, destroem as fontes, e levam os restos dos seus rebanhos á frente da immensa onda humana que se vae formando, e que se desloca rumo do interior, para as margens do Uruguay. E' um exodo épico, evocativo dos primeiros tempos da humanidade, da vida primitiva dos povos pastores, da Scythia e da Mesopotamia. Até que, enfraquecido o Brasil com as luctas da independencia, e debilitada Buenos Ayres com as luctas civis, é concedida a autonomia á antiga Cisplatina. Na impossibilidade de dividirem a presa, o leão e o tigre entram em accordo para que a nenhum delles caiba

o bocado. O pretexto de livrar o Uruguay do caudilhismo fornece pretexto, todavia, ainda, a invasões do amigo do sul e do amigo do norte. Até que, com a consciencia do perigo dessas amizades, o Uruguay resolve viver para si mesmo, e prescindir do auxilio dos visinhos para liquidação da suas desavenças domesticas.

Estas origens ethnicas e sociaes da nação uruguaya determinavam, naturalmente, uma mentalidade que devemos comprehender. O seu civismo é, assim, o dos povos que nasceram e cresceram em lucta com adversarios poderosos, e que equivale ao sentimento de defeza do pequenino passaro exposto, desde o ninho, á bicada impiedosa das aves maiores. A desconfiança com que ella olha para o norte e para o sul é ainda justificavel. Não se póde arrancar em quarenta annos de boa amizade sentimentos que se fixam em tres seculos de experiencia dolorosa.

— Os uruguayos são nossos amigos, ou são mais amigos da Argentina? — é a pergunta que sempre fazem os brasileiros a quem visita a margem direita do Prata.

E eu responderei:

— Não são, hoje, inimigos nem do Brasil nem da Argentina. Mas olham-nos, como olham a Argentina, com a mesma estima desconfiada. Trata-se de uma nação que soffreu muito, com as invasões de um e de outro. E o que o Brasil deve fazer, e deve fazer a Argentina, é utilizar todos os medicamentos da pharmacia diplomatica para que esse heroico povo tantas vezes ferido no seu orgulho e na sua liberdade, esqueça o que padeceu no Passado, por culpa de Portugal e Hespanha, herdada pelas Provincias Unidas e pelo nosso Imperio. O Uruguay deve ser tratado como uma criança que foi rudemente castigada pelos paes, cujo rigor se justificava com os prejuizos do tempo. A criança guarda, mais com magua do que com odio, o seu resentimento. Aos que a castigaram compete, todavia, empregar todos os esforços para que essas reminiscencias tristes lhe desapareçam do coração...

II

Ligeira interrupção na viagem ao Prata —
Parada subita para uma resposta amiga ao sr.
Coronel Souza Docca — Verdade Historica e Ver-
dade Humana: Que é a Verdade? — A America
do Sul e o seu passado militar — A Historia e a
nova consciencia do mundo.

O sr. coronel Souza Docca, illustre official do Exercito brasileiro, é, na hora presente, uma das vozes mais autorizadas entre os historiadores da nossa antiga actividade no Prata. A these que elaborou sobre a “Convenção preliminar de Paz de 1828”, é um dos trabalhos mais fartamente documentados que possuímos versando a actuação do Imperio na Banda Oriental. E’ de imaginar, pois, a attenção que requerem, da minha parte, as observações que iniciou hontem no “Correio da Manhã”, em torno do que tenho escripto nestes ultimos dias sobre o Uruguay e a Argentina, — observações em que revela o proposito generoso e cathedratico de mostrar-me que o Brasil agiu sempre acertadamente na sua politica militar e diplomatica para fixação das nossas fronteiras do sul. As suas palavras me interessaram, mesmo, de tal fórma, e tanto respeito me merecem a sua autoridade de pesquisador, o seu pensamento patriotico e a sua vigilancia de soldado, que eu interrompo a série de chronicas que vinha escrevendo para dar-lhe, hoje, uma ligeira explicação. “Uma contradição polida, temperada de demonstrações sinceras de estima, — escreveu Sainte-Beuve analysando o discurso de posse de Alfred de Vigny na Academia Franceza, — é ainda uma homenagem”. E accentuava, textualmente: “N’est-ce pas reconnaitre qu’on a en face de soi une conviction sérieuse, á laquelle on sent le besoin d’opposer la science?”

E’ essa homenagem que eu quero prestar, aqui, ao sr. coronel Souza Docca.

No artigo do illustre militar ha uma observação que me dispensaria, talvez, desta resposta: “O intuito do autor das “Notas de um Diarista”, — assignala, — é, sente-se perfeitamente, o da approximação amistosa e confiante entre uruguayos e brasileiros.” Louvando essa attitudo, não concorda, todavia, que essa approximação seja feita com sacrificio da verdade historica, isto é, sem que o Uruguay reconheça que as invasões pelo norte lhe foram beneficas, e que portuguezes e brasileiros não arrebanhavam o gado da terra invadida, passando a Republica Oriental, assim, ao Brasil, com o reconhecimento desse facto, um publico documento de quitação.

— Acima de tudo a Verdade! — exclama o illustre militar.

— Acima de tudo a Paz! — digo-lhe eu, ao ouvido.

E utilizando a pergunta de Pilatos a Jesus, e que nem Jesus, que era Deus, conseguiu responder:

— Que é a Verdade?

As sociedades modernas são como o templo de Jano, e o espirito do nosso tempo como a imagem da divindade a que era votado aquelle monumento: possuiue duas caras, uma voltada para o Passado, outra olhando o Futuro. A primeira está representada no caso, pelos historiadores, que tactêam a escuridão dos seculos mortos; e a segunda, pelos ideadores da humanidade nova, que buscam no horizonte, na direcção do Oriente, os novos roteiros do mundo. Aos primeiros, pouco importa, em geral, o Futuro; aos segundos, nada importa, em geral, o Passado. Que ha nesse Passado? Que descobrem, nelle, os povos de trajetorias mais gloriosas? Guerras, sangue, morticinio, bandeiras rôtas por lanças e metralha drapejando sobre montanhas de ossos. Homens expertos ou vaidosos, com lama na alma, atirando para os

campos de batalha, nos braços da Morte, homens ingenuos, de lama nos pés.

Na alma humana vem alvorecendo, porém, já, uma nova consciencia. Antigamente, o ideal de um povo era ter á frente dos seus exercitos e Estados um grande capitão que saísse a incendiar o mundo. Descesse, porém, hoje, do céu, Jehovah ou Jupiter, trazendo na palma da sua mão poderosa um novo Annibal, um novo Alexandre, ou um novo Napoleão e perguntasse: “Quem o quer?” E estou certo que a maioria dos homens, voltando o rosto, e tapando os olhos, bradariam, num mesmo grito de horror:

— Não o deixes na terra, Senhor! Leva comtigo essa divina calamidade!

Recorrendo a documentos do nossos archivos, o illustre sr. coronel Souza Docca chegou á conclusão de que o Uruguay não tem motivos para resentimentos, e de que são falsas, ou insubsistentes, as razões de queixa invocadas pelos seus historiadores. Mas, não é com esses elementos, em geral, que se escreve e sempre se escreveu a Historia? Cada povo não tem nos seus archivos unicamente documentos probatorios da justiça dos seus actos? As reflexões do cordeiro lafontaineano poderiam sair da garganta do lobo? A praxe entre as nações não é, mesmo, essa, de accumular documentos que as justifiquem no tribunal da posteridade? As secretarias de Estado da Grã-Bretanha não estarão repletas de material historico documentando favoravelmente a guerra do Transwaal? Os historiadores austriacos não consideravam razoavel a absorpção dos pequenos Estados balticos pela casa dos Habsburg?

As guerras brasileiras no sul eram legitimas porque estavam no espirito do tempo. Combatemos Artigas porque elle queria incorporar o Rio Grande do Sul á nação livre que ideára. Mas, que seria mais justo, e mais liberal: arran-

car á corôa portugueza uma provincia brasileira que ansiava pela liberdade, ou subjugar o Uruguay livre, para entregal-o á corôa portugueza? Por que havia de ser licito a Buenos Ayres incorporar a Banda Oriental ás Provincias Unidas, e não o seria á Banda Oriental arrebatara a Buenos Ayres uma das suas Provincias, para constituir, com ella, uma nação nova?

Ha, sem duvida, uma critica historica. Mas ha, tambem, uma critica humana, diante da qual terá de curvar-se a primeira.

O esforço dos homens da nossa geração deve consistir na aproximação, a todo o transe, dos povos continentaes, afastando todos os obstaculos que se oppoñham a esse objectivo. Se o nosso proposito consiste em apagar quaesquer vestigios de contendidas passadas, olvidando nomes e datas de batalhas, — que nos devem importar os chamados documentos historicos, uma vez que devemos começar por destruil-os, após um entendimento commum? Reunamos toda a papelada dos nossos archivros diplomaticos e militares, evocativos das guerras pan-americanas, e façamos com elles uma fogueira no cimo dos Andes. Que o fumo que delles se evolve não desça mais, siquer, sobre a terra. E que as chammas dessa fogueira immensa despertem o mundo para uma nova era de paz e fraternidade.

Prefaciando a these que desenvolveu e apresentou ao Primeiro Congresso de Historia Nacional do Uruguay em 1928, confessa o sr. coronel Souza Docca que os elementos utilizados no seu trabalho dormiam nos archivros do Itamaraty, e que o barão do Rio Branco delles não se servira. Por que os ignorava? Não. Porque Rio Branco sacrificava o historiador ao estadista. Porque elle se voltava mais para o Futuro do que para o Passado ou, como aquelle ancião de Tyro de que fala Justino, olhava o cume das montanhas do poente para annunciar o nascimento do sol.

Procuremos, pois, unidos, e por todos os modos, accender a chamma da confiança no peito dos pequenos povos irmãos. Mostremo-nos mais tolerantes e magnanimos do que elles porque somos maiores e mais fortes. A longanimidade não humilhará, jamais, o Brasil. Este é como Carlos Magno, o qual era tão alto e tão majestoso que, mesmo quando se ajoelhava para orar entre homens de pé, todos sabiam no acampamento, onde estava o Imperador.

Um discurso de Appelles Porto Alegre

Devemos á gentileza do sr. dr. Leonardo Macedonia, illustre professor de direito residente nesta capital, a inserção desta importante peça oratoria de Appelles Porto Alegre, director do extincto Collegio Riograndense, e professor do antigo Instituto Brasileiro, estabelecimento de ensino secundario aqui fundado e mantido, em largo periodo de tempo, pelo grande brasileiro que foi Appolinario Porto Alegre.

Esse discurso foi pelo seu auctor proferido em uma sessão civica levada a effeito no Theatro São Pedro, em 20 de Setembro de 1885, pelo Club Republicano Bento Gonçalves. Entre os discipulos do extincto professor Appelles, presentes á sessão, contava-se o joven Leonardo Macedonia, que revivendo uma época que tão distante de nós já se vae tornando, offereceu-nos o original da patriotica peça que as paginas desta revista hoje divulgam. (N. R.).

Minhas sras., meus srs.

Apezar de reconhecer o difficil de minha tarefa, ante minha incompetencia tribunica, não me foi licito escusar-me ao honroso desempenho do mandato que me foi confiado pela benevolencia dos meus correligionarios do Club Bento Gonçalves, para do alto desta tribuna popular erguer uma saudação civica á data memoravel do dia de hoje, traçando, em poucas palavras, o brilhante historico de suas paginas, esboçando, em ligeiros traços, o bello ideal e nobres intuitos politicos da gloriosa geração de 35, recordando a esplendida

epopeia da heroicidade de seus feitos, lembrando as legendas homericas de seus successos estrondosos e os martyrios profundos de seus tremendos infortunios.

Guiou-nos até o alto desta tribuna, a veneração de um grande principio, arrastou-nos o sentimento elevado de uma fé ardente, illuminado pelas scintillações deslumbrantes dessa creação de origem divina — a liberdade que a mão de Deus espalhou em torrentes de luz no espaço e no tempo, na terra e no céo, para ser não sómente o pharol dos povos nas grandiosas conquistas de sua civilisação, como tambem a força conservadora das nacionalidades pelo culto da mais sagrada de todas as religiões — a do amor da patria.

Venho, senhores, render em nome da geração actual um preito de homenagem aos nobres batalhadores dessa benemerita geração, que soube lutar e bater-se nos vastos scenarios da democracia rio-grandense com energia inexcedivel e masculino heroismo, porque tinha por si, na justiça de sua causa, a consciencia de seus direitos e o entusiasmo caloroso da verdade na pureza de seus principios, na sinceridade de suas convicções.

Venho desempenhar-me dessa missão, falando em nome dessa phalange de republicanos, que, se não é grande pelo numero de seus adeptos, sabe sel-o pela nobre ousadia de seus commettimentos e que, se ainda não registra grandes triumphos sobre os preconceitos monarchicos, que são defendidos e sustentados mais pelo egoismo, que é a gangrena terrivel das sociedades modernas, do que pela ignorancia, em compensação, sabe assignalar as victorias ganhas pela dedicação dos seus principios, pela abnegação dos seus sacrificios, pela tenacidade de seu patriotismo, votados em ricos tributos, nas aras do tabernaculo da patria.

Não é pequena, senhores, a virtude da — fé no meio da descrença geral, nem diminuta a fidelidade e o amor ao — dever, no meio do embate desordenado das paixões mesquinhas e dos interesses inconfessaveis que se agitam em temerosos turbilhões no vasto proscenio de nossa vida publica.

Como os discipulos daquelle grande vulto que a humanidade contempla ha 19 seculos, radiante de esplendor, entre

as cores sombrias do luctuoso painel do Golgotha, nós luctamos, tendo por armadura de guerra, a — fé que embota o gume da espada dos tyrannos, que desfaz a existencia ephemera das superstições, que supplanta os preconceitos que são transitorios, porque acima da pertinacia do erro, deve haver a virtude de dizer a verdade — que é um bem, porque acima da prepotencia da força, que é o symbolo da materia, está a omnipotencia da palavra, que é a eloquencia do espirito, revigorando, á luz da razão, os principios eternos do dever e do direito.

Paladinos de uma nobre causa, sectarios de uma escola politica, que, embora a mais justa de todas, o interesse pessoal não permittiu ainda reunir o maior numero de sympathias, de adhesões; na estrada de nossa afanosa romaria, affrontando o sarcasmo de uns, a injuria de outros, enfrentando com a corrupção posta em acção, para acabar com o pouco que resta, de grande, no character publico, em uma época, em que ha applausos e corôas para recompensar a apostasia dos fracos, emquanto sobejam os convicios para estigmatizar a firmeza inabalavel dos homens fortes, pisando sobre os espinhos, com que procuram quebrantar-nos a energia, abatidos algumas vezes por factos dolorosos, mas julgando-nos invenciveis pela força dos principios, ungidos de fé, nós republicanos, caminhamos sempre, avançamos através de todos os obices que nos oppõe a má vontade de uns e a indifferença de outros, impellidos por essa estrella luminosa — a esperança, que semelhante á flamma que no deserto guiava a caravana israelita á terra promettida, tambem, a nós, guia-nos para a terra da promissão, que avistamos no horizonte do futuro, porque com intenso patriotismo queremos a redempção da patria, pela victoria da democracia, que só póde existir pelo triumpho da Republica, cuja bandeira de guerra symboliza a encarnação do mais sagrado de todos os dogmas politicos — o dogma da liberdade nacional.

Foi em defesa desse principio, que o povo rio-grandense levantára até a altura de um dogma, que teve lugar o grandioso acontecimento, cuja data de 20 de Setembro, o estylete

das epopeias rememora com honra e brilhantismo, nos factos de nossa historia politica.

Ha 51 annos, que o brado de revolução levantado nesta capital, transpondo a torrente caudalosa dos rios, subindo as encostas ingremes das montanhas, repercutindo pelas quebradas das serranias, reboando pelas savanas natalicias, echoou fortemente no coração rio-grandense, ferindo a fibra de seu vigor invencivel, vibrando com fogosa intensidade a corda sonora de seu fecundo patriotismo.

Embora haja na maioria dos espiritos, uma prevenção constante contra esta especie de commoções sociaes, condemnando em absoluto essas grandes explosões populares que se chamam revoluções; este sentimento hostile, senhores, não baseia a odiosidade de seus conceitos, não fundamenta a justiça de suas accusações, o resentimento de suas queixas, na legitimidade de um direito, na verdade dos factos, quer fale em nome da ordem social, quer reclame em nome do progresso e civilização humana.

Se fosse acceita esta theoria, se as revoluções fossem em absoluto um mal e não um bem de grande alcance social, moral e politico, semelhante doutrina seria a negação da verdade historica que affirma que os grandes triumphos da civilização de todos os tempos são filhos do progresso, dessa lei historica, que teve por berço no vasto scenario de todas as nações o sólo vulcanico de todas as grandes revoluções.

E' isto uma verdade incontestavel! A philosophia da historia affirma que não ha uma só revolução que seja o esforço isolado de uma só individualidade, estes acontecimentos são concepções de uma época, chrysalida desenvolvida pelo tempo, transformada em idéa pelas exigencias do direito, sustentada pelas inspirações do patriotismo, mas convertida em facto pelo progresso, que é a lei soberana que rege os destinos da humanidade.

Investigae o passado, consultae o presente e, quer nos monumentos das gerações extinctas, quer nas instituições das gerações coevas, encontrareis o predominio dessa lei, dirigindo os individuos e os povos através dos tempos, com um

laço de afinidade que liga o passado ao presente e ha de ligar o presente ao futuro.

Estudae as mais remotas éras do mundo, penetrae no sanctuario da civilização oriental e, ahi mesmo, na muda contemplação das ruinas, em frente de todos os prejuisos desses povos, vereis, com pasmo, burilada em cada conquista da intelligencia humana, essa lei historica, como uma divisa de guerra dos seculos, como uma legenda prophetica que a providencia traçou no espaço e no tempo, gravou nos milhões de mundos que rolam no infinito, assim como gravou nos milhões de bandeiras que têm se desfraldado no topo das barricadas, ao rijo sopro das revoluções populares.

A insurreição, senhores, pela revolta armada é um direito legitimo dos povos opprimidos contra a prepotencia dos governos oppressores.

Haja vista a historia de todos os povos.

Quebrae a lousa funeraria do vasto sepulchro da Grecia antiga, batei ás portas da gloriosa Athenas, acordae de seu somno secular as gerações cahidas no vasto tablado de sua grandesa passada e perguntae-lhes em nome da historia quem foi mais nobre pelas virtudes de seu patriotismo, mais sincero pelo engrandecimento da patria, se foi Trasibulo substituindo a democracia ao governo da tyrannia, ou o governo dos 30 tyrannos substituindo o regimen da liberdade pelo regimen do despotismo?

Ide ao scenario mudo e deserto da Roma pagã, consultae os seus livros sybillinos, invocae os seus deuses penates, interrogae a aguia capitolina, essa orgulhosa testemunha de um passado de tantos triumphos, perguntae á patria dos Fabios e Scipiões, a essa guerreira illustre, ornamentada dos trophéos de Leucopétrá e Zama, quem a entregou vencida e humilhada aos pés dos barbaros, quem a escravizou aos vencedores do Norte, se foi a democracia revolucionaria dos Gracchos ou a paz de ferro da tyrannia dos Cesares.

Se passarmos, senhores, dos tempos antigos á idade moderna, reconheceremos que a verdade dessa lei historica foi tão providencial nos dominios do mundo antigo, como tem

sabido sel-o nos grandiosos commettimentos do mundo moderno.

Se estudardes as fecundas conquistas da Inglaterra e da França, que são as duas nações que nestes tempos mais se têm assignalado pelos seus estremados esforços em pról do progresso, marchando na vanguarda dos povos, vereis que a origem de sua grandeza actual, a base de sua espantosa prosperidade tem raizes profundas nos campos de batalha de suas estrondosas revoluções. O povo inglez distinguio-se em todos os tempos pelo seu ardente zelo por suas liberdades nacionaes. Enthusiasta apaixonado do systema constitucio-nal, estabeleceu-o, extorquindo pela força a João sem Terra essa Magna Carta, pacto fundamental das liberdades inglezas, iniciando essa lucta titanica, secular entre a nação convicta de seus direitos e a realeza apegada a seus privilegios. Resistindo a todos os ataques, combatendo a todas as usurpações, bate-se com inexcedivel denodo contra o absolutismo dos Stuarts até fazer rolar a cabeça de Carlos I no estrado de um cadafalso.

Pertinaz em sua resistencia ás tentativas invasoras do poder real, sobre esta mesma dymnastia restaurada immortaliza-se promulgando a lei de habeas-corpus, que é considerada por esse povo como o palladium de sua liberdade pessoal; e quando, mais tarde Jayme II, concretizando em si todos os defeitos de sua raça e esquecido das desgraças passadas tenta destruir todas estas conquistas democraticas, a nação reagindo com a sua energia habitual, arranca-lhe da frente a corôa e realiza a **gloriosa revolução** que, na phrase de um escriptor, foi fecunda em consequencias praticas, tendo em si o cunho do genio e do character do povo inglez.

Passae á França e vereis que o maior acontecimento historico da idade moderna, foi sem duvida alguma essa revolução de 89, synthese extraordinaria do que ha de mais cruel e de mais justo, do que ha de mais horriovel e de mais bello, painel de cores sombrias e pavorosas, e de traços brilhantes e torrentes de luz, fonte de crimes espantosos e de virtudes heroicas, liça de dores infinitas e de alegrias indefiniveis, de dramas sangrentos e de grandiosas epopeias.

Quem a fez? Quem provocou essa lucta gigantesca que illuminou com os clarões de seus vastos incendios os ultimos annos do seculo XVIII? Foi porventura o povo até então preso e atado ás rodas do carro despotico da realza absoluta dos Bourbons ou foi a propria realza que a provocou com a série de seus desvarios, com os excessos de sua tyrannia sem limites?

Não ha uma só opinião contraria a essa verdade historica. As ambições de Luis XIV, querendo realizar o sonho dourado dos despotas, que é o da monarchia universal, quebrantaram as forças da nação franceza, a sua intolerancia religiosa, revogando o Edicto de Nantes e apontando e ferindo a consciencia popular, anniquilou a industria, que é uma das fontes da riqueza publica, e esse soberano que teve durante sua vida, em torno de seu throno, uma constellação de talentos de primeira ordem, de genios notaveis, inutilisou por seu despotismo todos estes elementos de prosperidade, de grandeza nacional, deixando após seu reinado os germens desse grande acontecimento politico, espalhados sobre o sólo de sua inditosa patria. Acompanhou-o em sua conducta, Luis XV, o homem menos capaz de produzir qualquer cousa de util e de grande, unicamente entregue aos prazeres, escravo de suas paixões dissolutas, foi instrumento docil nas mãos das Pompadour e Dubarry, indifferente ás desgraças publicas, cruel para com as miserias do povo, faminto de pão e sequioso de justiça, sem piedade para com a nação arruinada, elle julgou por si mesmo o seu reinado fatal, definindo-o com sua phrase favorita — **Depois de nós — o diluvio.**

A herança transmittida a Luis XVI foi mais um monte de elementos destruidores, de materias combustiveis, do que um throno firmado no coração do povo; além disso, o soberano não estava na altura da posição difficil creada pelo absolutismo da propria realza, fatalmente tinha de ser victima de seus proprios erros e principios, e assim aconteceu; quando o terrivel tufão de 89 desencadeou-se por toda a França, quando o pavoroso vendaval manifestou as explosões de sua colera, Luis XVI inconscientemente desapareceu arrebatado na voragem dessa tremenda tempestade.

A historia não julga encontrar neste acontecimento uma desastrosa catastrophe, ao contrario, analysando facto por facto, apreciando o conjuncto de sacrificios, pesando a somma de beneficios colhidos, vê nesse grande commettimento social e politico, uma nova éra de engrandecimento aberto á actividade humana, e aos batalhadores dessa nobre cruzada só concede os louvores que dispensa á virtude, as corôas immortaes que ennobrecem o patriotismo glorificado pelo dever.

Assim tambem, senhores, em relação á historia patria, de accordo com a civilização moderna, de harmonia com os principios que luctam pelos grandes destinos da humanidade, acha-se a patriótica revolução rio-grandense de 1835.

Tenho o dever de demonstrar a verdade de minha proposição, defendendo o evento politico de 35, das desleaes accusações que lhe são feitas, por aquelles que sem estudo prévio e meditação necessaria, superficialmente julgam os successos e os homens, mais debaixo da impressão das suas paixões e preconceitos, do que sob o ponto de vista dos factos, das causas.

Senhores, o ideal politico do seculo XIX não é por certo aquelle que tem por base a fórmula de governo monarchico, filho do privilegio do nascimento e, por consequencia, negativo do merecimento acceito e provado, filho do monopolio hereditario de uma familia e, por conseguinte, negativo do direito de igualdade e da liberdade de escolha.

A fórmula de governo republicano não só está de harmonia com os mais respeitaveis e sagrados principios do direito, como tambem é aquella que mais se conforma com a dignidade humana e com as legitimas aspirações da honra popular nos grandiosos prospectos da civilização moderna.

Se isto, senhores, é um axioma social e politico para o mundo civilizado, nos tempos de hoje, se isto é uma ambição nacional no coração de todos os povos ciosos de sua liberdade e grandeza publicas, elle é sobretudo inseparavel da America, tão notavelmente entusiasta e apaixonada por suas instituições democraticas.

No meio desse concerto universal de hymnos que o continente americano levanta diariamente aos beneficos e fecundos triumphos da democracia, só uma nação destôa no seio dessa harmonia de principios e quebra a solidariedade de instituições no vasto proscenio da civilização americana.

A voz que destôa no seio deste immenso continente, que o genio de Colombo entrevia radiante de luz nos vastos dominios de sua phantasia de marinheiro, é a de nossa patria, sacrificada aos interesses de uma familia dymnastica, com manifesto prejuizo das mais nobres e legitimas ambições da familia commum, com manifesta quebra do decôro e dignidade da familia nacional.

Planta exotica transplantada da velha Europa para o Novo Mundo, devia trazer comsigo os vicios inseparaveis de seu organismo e os males naturaes, oriundos da falsidade do principio em que se sustenta, tão contrario e negativo das leis da razão e do consenso humano.

Affrontando a colera do primeiro cabo de guerra do seculo XIX, mas sem coragem para acceitar as consequencias de seu procedimento, a familia de Bragança, fugindo desairosamente de Portugal, veiu asylar-se nesse Brasil colonial, já ensopado de sangue de um nobre martyr que tinha batalhado, no sentido democratico, pela causa da emancipação politica de sua patria.

Facto excepcional e bastante significativo apresenta-se ao olhar investigador do espirito desprevinido que estuda com a devida calma e imparcialidade a historia politica de nossos partidos! Aquelles que hoje exgotam suas forças e a maior somma de seu talento e patriotismo em favor da causa monarchica, aquelles que a nós republicanos procuram negar-nos até o direito de existencia politica, aquelles que do alto de seu despeito e paixão partidaria nos chamam de — anarchistas, ainda não tinham aparecido neste paiz, e nós os republicanos já tinhamos tradições brilhantes, eramos uma opinião politica á sombra do ferrenho jugo do Brasil colonial, eramos uma opinião profundamente accentuada, vencida, é verdade, pelo despotismo da metropole, mas glorificada pelo martyrio e sagrada pelo patriotismo.

Nessa grande hecatombe da Inconfidencia Mineira, onde, em proporções gigantescas, se destaca o vulto colossal de Tiradentes, o verdadeiro e unico patriarcha da liberdade brasileira, nesse tremendo holocausto, onde a tyrannia monarchica flagellou a parte mais nobre da nossa mocidade e cruelmente sepultou em vida o genio nacional, representado nos mais notaveis talentos de nossos homens de letras, nessa temerosa catastrophe só coube aos republicanos brasileiros o quinhão doloroso dos sacrificios e a pesada gloria do martyrio.

Assim, pois, quando a familia real portuguesa, entregando Portugal aos azares da sorte, fugia aos exercitos victoriosos de Bonaparte e aportava ao Brasil, já encontrava no cerebro da nação brasileira os germens generosos de sua autonomia politica, na aspiração ardente de quebrar o jugo estranho, aguardando sómente a questão da oportunidade.

D. João VI, apesar de sua intelligencia acanhada, não desconhecia o estado do espirito publico e, quando, mais tarde, forçado pelas circumstancias, teve de regressar ao reino portuguez, antes de partir, preveniu ao filho o perigo que havia e, prevendo a separação do Brasil da metropole, recommendou-lhe que puzesse a corôa do futuro estado em sua cabeça; aconselhando ao principe a revolta á patria, a desobediencia á lei, para salvar seus interesses dymnasticos, o soberano portuguez não fez mais do que pôr em relevo esse crime commum entre os principes, crime vulgar em todas as nações monarchicas, a traição aos povos, que foi sempre uma virtude dos reis.

O evento politico de 7 de Setembro de 1822 estava previsto, a revolução das ideias estava feita nos espiritos e acceita pela opinião, nem cabe ao principe a gloria de tel-a consumado no terreno pratico dos factos, porque quizesse ou não, protegesse ou a combatesse, ella havia de sair victoriosa de todas as luctas, era fatal e inevitavel seu triumpho, havia de ser realizado pela força logica dos acontecimentos.

A independencia do paiz alcançada com o auxilio interessado do principe regente que soubera habilmente explorar a sympathia publica, foi um duplo mal para o Brasil, uma

verdadeira calamidade, quer seja encarado em relação á politica externa, quer no que diz respeito á politica nacional.

Pela instituição monarchica, collocou-nos em verdadeiro antagonismo com a unidade politica do continente, quebrando deste modo a necessaria fraternidade americana, assim como pelas qualidades pessoas do principe, educado nos principios do regimen absoluto, ficamos impossibilitados de realizar com o seu concurso o systema constitucional representativo.

Dahi a origem de todos os males que acabrunharam a nação durante o primeiro reinado e a historia completa de todas estas dolorosas revoluções, espantosas tragedias de sangue, escriptas no sólo da patria pela mão fatidica da monarchia.

Aparentando grande dedicação pelo paiz e um espirito fingido á soberania popular, convocou o principe uma Constituinte que, interpretando os sentimentos da nação, devia escolher as bases de nossa organização social e politica para melhor consolidar-se a nobre conquista de nossa emancipação.

Os mais brilhantes vultos da época pelo character, os mais eminentes pelo talento, os mais distinctos propugnadores da independencia brasileira sentavam-se nesta assembléa, a mais celebre que se reuniu em nosso paiz e a mais notavel pela respeitabilidade de seus membros.

No emtanto, senhores, como foi tratada esta assembléa que tão nobremente soube inspirar-se nos verdadeiros sentimentos do bem publico? Não querendo servir de instrumento nas mãos da politica imperial, viu por sua dedicação ao cumprimento de seus deveres, cercado o recinto de suas sessões pela força armada, ameaçada de canhões, e os representantes insultados brutalmente, foram expulsos com violencia inaudita, sendo a nação insolitamente ultrajada por D. Pedro, na pessoa sagrada e inviolavel dos delegados de sua soberania.

A dissolução da Constituinte, acompanhada da criação de uma constituição, feita pela realeza e imposta ao paiz,

demonstraram claramente que o despotismo pessoal seria a norma do governo monarchico.

Ferido em seu pundonor, o paiz levantou a reacção contra a prepotencia do poder imperial, que suppoz facil e possivel emmudecer a voz eloquente da opposição popular.

Os factos deviam provar muito tardiamente a D. Pedro I quão mal julgava o povo que queria governar com seu absolutismo, mas o paiz soffreria, por seu turno, as consequencias de uma lucta que, abatendo o orgulho imperial, exigia-lhe o holocausto de milhares de seus filhos, sacrificados nos campos de batalha das guerras civis.

O primeiro protesto popular contra a politica imperial levantou-se no Norte, appareceu na Confederação do Equador que pugnava pela separação de algumas provincias, fazendo nascer as idéas separatistas que felizmente não encontram echo sympathico no paiz, porque seu triumpho seria um desastre para a grandeza publica, para a unidade nacional.

De então em diante foram-se agglomerando os elementos antagonicos ao poder imperial e, de desgosto em desgosto, chegando a uma desillusão completa, a nação compreendeu a necessidade de definir as posições; preparando a resistencia franca, correu ao campo da revolta armada para realizar o memoravel acontecimento de 7 de Abril de 1831.

Esta revolução repercutiu estrondosamente em todo o paiz laureada pelo applauso publico, e a do Rio Grande do Sul prende-se a esta grandiosa explosão da indignação popular, por mais de um laço de affinidade.

Diversas foram as causas que concorreram e influiram no character rio-grandense para escrever essa legendaria epopeia de um decennio de continua batalha. Causas de ordem nacional e fortes motivos de origem provincial, unificando-se em intimo resentimento, concorreram simultaneamente, em nobre enlace, para a realização de tão notavel facto.

A dissolução da assembléa constituinte, considerada por todo o paiz, como uma medida, filha de uma arbitrariedade injustificavel, a creação de um partido anti-nacional francamente protegido pelo imperador, o vergonhoso e humilhante tratado de 1825 em que o Brasil, por interesse dynastico,

pagava a Portugal o reconhecimento de sua independencia, tudo isto inflammando os espiritos, ferindo a dignidade publica, tinha encaminhado os povos para uma desaffronta condigna da honra nacional.

Provincia profundamente guerreira, nobilitada por estrondosos feitos d'armas, respeitada pelo seu heroismo sem rival, tendo em alta estima a altivez de seus brios, o Rio Grande sentiu-se humilhado na guerra da Cisplatina, quando viu a inepecia e incapacidade militar de um Barbacena apagar o brilho intenso da estrella de seu valor invencivel no poente sombrio da derrota de Itusaingo.

Provincia excessivamente rica pela pureza de seu céo meridional, pelo seu clima generoso e saudavel, com immensa opulencia em todos os reinos da natureza, com um sólo de uma uberdade admiravel que se presta a todas as culturas, possuindo em abundancia a materia prima de variadas industrias, nas condições de apresentar uma grande prosperidade commercial, com os principaes elementos de uma grande riqueza publica, não obstante tudo isso o Rio Grande estava pobre, arruinado, tudo definhava em sua vasta zona territorial, commercio, agricultura e industria exauriam as forças nas pesadas contribuições dos impostos e nas absurdas medidas de uma insensata centralização do governo geral.

Provincia sinceramente democratica, tão activa de seus brios quanto ciosa de suas liberdades, forte pelo seu valor, grande pelo seu patriotismo, cheia de caloroso enthusiasmo por tudo quanto é nobre e bello, o Rio Grande, não só por seus principios como por seu character, não podia deixar de acompanhar com a mais intensa sympathia, o movimento revolucionario de 7 de Abril, nem baratear applausos estrepitosos ás reformas liberaes do acto adicional.

Alimentando grandes esperanças com a nova ordem de cousas, nascidas dos ultimos acontecimentos politicos do paiz, que pareciam annunciar uma nova phase na vida da nação, uma completa regeneração, o Rio Grande, que tinha tambem essa convicção, esperava melhorar a sua sorte, prover ás suas necessidades urgentes e realizar as generosas aspirações que

palpitavam em seu robusto peito em prol do engrandecimento desta nobre terra rio-grandense.

Contra a expectativa de todos, o governo não correspondeu á confiança nelle depositada e o povo rio-grandense vencido por immensas desillusões, descrente por numerosos factos, levantou seus protestos até a altura da mais energica revolta, confiando á sorte das armas os futuros destinos do Rio Grande do Sul.

O appello para as armas, em questão de direito, é sempre da parte do povo o recurso do desespero, assim tambem aconteceu na provincia; a opinião dividida em duas parcialidades, cada qual mais apaixonada; uma representada no partido exaltado, com adiantadas idéas liberaes e profundamente nacional pelos seus principios e seus homens eminentes, outra no partido retrogrado, em condições desfavoraveis no que diz respeito á sympathia e ao prestigio de seus chefes, sustentando e defendendo as funestas tradições da politica imperial com seus erros, defeitos e vicios; era, pois, natural que o embate de principios tão antagonicos, o choque de paixões tão ardentes exigissem á frente da administração da provincia, um homem de talento não vulgar, que fosse tambem um character sério, sinceramente conciliador para fazer face e vencer as difficuldades de tão critica situação.

Infelizmente o presidente Braga não tinha as qualidades do estadista para tão grande empreza, não estava na altura das circumstancias do momento; por seus actos irreflectidos provocou a revolução e, quando quiz combatel-a, esperando esmagal-a, a revolução victoriosa derrubou o seu poder, atirando-o vencido para longe das plagas rio-grandenses.

A revolução teria terminado com este triumpho, porque ella no seu começo não significava mais do que um protesto solemne contra as violencias do poder e do seu partido, porque as idéas liberaes de então não iam além do respeito devido ás liberdades consagradas no acto addicional; tudo teria sido pacificamente solvido, depois da retirada de Braga, se tivesse havido no governo geral mais prudencia e tino politico.

O partido exaltado considerava terminada a revolução,

e era de prever que assim succedesse, se o novo presidente Araujo Ribeiro, em vez de sua politica artificiosa, se compenetrasse melhor das condições especiaes da provincia, iniciando uma politica criteriosa pela lealdade de sua conducta e pela honestidade de seus fins.

Quando os governos, senhores, em lucta com os povos, preferem o desforço das vinganças que dividem, aos indultos que conciliam e harmonizam, morre a paz publica e perpetua-se a guerra civil no seio das nações.

Assim succedeu entre nós, quando o partido patriotico descobriu os manejos politicos de Araujo Ribeiro, quando compreendeu as intenções do governo sobre a provincia, querendo escravizal-a aos pés do imperio, como o colosso moscovita tinha acorrentado ao seu despotismo a patria de Kosciusko, a inditosa Polonia, quando viu que queriam substituir a letra da lei pela espada do cossaco, quando reconheceu que tinha de escolher entre o ergastulo de Spartaco e o Tumulo de Catão, preferindo a morte pela liberdade, á vida pela escravidão, ergueu-se em toda a altura de sua não desmentida altivez, levantou-se com todo o vigor de sua bravura tradicional e, trocando os trajes do trabalhador pacifico, pelas vestes do gaúcho guerreiro, desembainhou a espada e pressuroso correu aos campos de batalha.

O que foi esse decenio de luctas senão uma série não interrompida de feitos estrondosos e brilhantes façanhas?

Jamais um povo se ergueu tão alto pelo civismo de suas virtudes, pela intrepidez de sua coragem e pela energia de seu patriotismo. Na immensidade da planicie sem limites ou sobre a esmeraldina ondulação da cochilha, ou nas quebradas da selvatica serra, a espada rio-grandense quer vencida ou vencedora, irradiando scintillações aos raios esplendidos do sol da America, offuscava, no tablado sangrento das pelejas, a fama do valor espartano e a immortalidade do heroismo polaco.

Em continuo batalhar, no meio de brilhantes successos e terriveis revezes, entre os hymnos do triumpho como entre os gemidos das derrotas, o sentimento da dignidade rio-grandense só modificava a firmeza inquebrantavel de seus prin-

cípios em um sentido mais profundamente democratico. Não tendo fé na lealdade do governo, nada esperando de seu falso amor patrio, a revolução em seu começo essencialmente liberal, rompeu com todas as suas tradições monarchicas e abraçou o verdadeiro ideal da democracia no governo da republica.

Dois acontecimentos de gravidade extraordinaria concorreram para esse desenlace, um foi a restauração da cidade de Porto Alegre, facto de immenso alcance moral, e a derrota do Fanfa, onde caiu prisioneiro Bento Gonçalves, de um alcance politico e militar não menos importante.

Senhores. A provincia do Rio Grande do Sul pela **bravura e patriotismo de seus filhos** tem sido por mais de uma vez denominada a Esparta brasileira, mas se algum dia teve com fundados motivos jús a essa honrosa comparação, certamente nunca a mereceu tanto, como no dia 6 de Novembro de 1837, data memoravel em que a Republica Rio Grandense foi proclamada na villa de Piratinim. A grandeza deste commettimento não está sómente na manifestação franca do generoso principio politico que este facto representa, está mais do que isso, senhores, encarnada nas circumstancias difficeis, nas condições excepçionaes em que foi feito este ousado empreendimento.

Quando o desastre do Fanfa e a prisão do chefe do movimento revolucionario collocavam o governo em posição extremamente vantajosa, em face do partido patriotico, acabrunhado por uma série de revezes notaveis, foi quando o Rio Grande do Sul sentiu-se mais forte e, entre seus penosos desastres, levantou com mais orgulho sua altiva fronte para provar ao Brasil e ao mundo que os povos livres têm na fortaleza de sua alma o valor preciso para serem mais intrepidos e heroicos nos dias da adversidade, affrontados pelas derrotas, do que mesmo nos proprios dias festivos, laureados pela felicidade, festejados pela gloria e saudados pelos hymnos do triumpho.

Senhores. E' na escola rude da adversidade, entre as amarguras do infortunio e os soffrimentos das grandes desgraças que se pôde avaliar a nobreza de character, o vigor masculino de uma grande individualidade, quer seja simples personalidade humana ou nacional, foi nestas condições, em frente de temerosos perigos, de difficuldades sem numero, que foi estabelecida e fundada a republica rio-grandense.

A escolha do chefe para o novo estado recaiu no general Bento Gonçalves da Silva, prisioneiro então do governo brasileiro, mas que, de longe mesmo, era o homem que consubstanciava todo esse movimento social e politico, e symbolizava tudo que havia de grande, de nobre e de bello nessa época de ardente agitação, de entusiasmo delirante e de brilhantes exaltações patrióticas.

Synthese grandiosa de virtudes privadas e civicas, modelo de sentimentos elevados e cultos, sublime pela abnegação, notavel pelo talento, Bento Gonçalves da Silva, personificava no molde de sua individualidade, essa gloriosa geração de 35, tão grande pelo seu valor quão nobre pelos seus sacrificios e que amava a religião do dever com a inteireza de character dos Fabricios, quanto idolatrava a liberdade com o fanatismo dos Brutus e dos Cassios.

Soldado e politico, guerreiro e estadista, homem da paz pela intelligencia, homem da guerra pelo heroismo de sua bravura, elle engrinaldava em sua frente uma corôa entrançada dos louros que o espirito intelligente do estadista conseguia com seus conselhos, nos debates agitados da vida publica, em prol da liberdade, e os que o batalhador com a ponta da espada alcançava, com denodo, sobre a tyrannia nos campos de batalha.

Consubstanciação esplendida de um povo nobre e altivo, encarnação significativa de uma época luminosa de nossa historia, elle concretizava em seu character franco e generoso todas as grandiosas aspirações da provincia que via em seu vulto homerico, rodeado pelo prestigio de uma popularidade sem rival, não só o depositario de sua illimitada confiança, como a mais sincera e leal expressão da democracia rio-grandense pela bravura e pela virtude.

Homem de proporções elevadas pelo seu merito pessoal, soube affrontar com serenidade o difficil de tão grave situação, creada por acontecimentos imprevidos e na posição que o dever lhe apontou, desempenhou-se com galhardia dos espinhosos encargos confiados á guarda de sua intelligencia e valor.

Uma série de successos bellicos desenrolando suas scenas sangrentas no immenso estadio da provincia, assaltos temerosos, combates terriveis, a savana transformada em acampamento, a cochilha em reducto, durante mais de oito annos de incançavel batalhar, são uma prova eloquente do que valia esse notavel cabo de guerra e essa grande geração, cuja tenacidade heroica e fecundo patriotismo jamais se desmentiram, até que a estrella diamantina de seus gloriosos destinos apagasse o seu brilho intenso no sombrio e luctuoso horizonte de Ponche Verde, ultima estrophe dessa epopeia que povo algum os teve em mais bellos moldes, nem a historia do mundo os apresenta em mais nobres exemplos.

Meus senhores. Preciso terminar, porque demais tenho abusado de vossa attenção e benevola indulgencia, mas, antes de fazel-o, permitti-me ainda algumas palavras, algumas breves considerações.

Propuz-me em meu discurso combater um arraigado preconceito do espirito publico que considera as revoluções, não como uma lei providencial, mas sim como uma aberração da intelligencia humana, como uma causa destruidora da ordem e do progresso, assim como justificar e provar a legitimidade dessa revolução rio-grandense, tão mal apreciada por uns, tão injustamente condemnada por outros.

Creio ter-me desempenhado dessa tarefa, porque provei que uma lei historica demonstra efficaçmente, no vasto scenio de todas as nações, que essas grandes commoções politicas têm sido a força motora da civilização de todos os povos, custosamente conquistada pelo vigor e energia da soberania popular sobre o despotismo de violento poder autoritario, assim como a do Rio Grande do Sul symboliza um triumpho fecundo de nossa liberdade e progresso, illuminan-

do com seus esplendores as mais bellas paginas da historia de nosso berço natal.

Fecunda em seus resultados, se ella não conseguiu a realização do verdadeiro governo da democracia, deixou em seu uberrimo sólo as sementes de seus grandes principios, alcançando tambem para seus filhos essa igualdade de direitos que lhe era negada, e, com a altiva hombridade de seu character, arrancou do poder central esse respeito que devia inspirar-lhe essa bravura admiravel, essa tenacidade de sua energia indomavel, dessa vontade perseverante, firmada num decennio de espantosas façanhas.

Mais feliz do que a Polonia, se foi vencida pelo numero, se foi esmagada pela desgraça no desastre de Ponche Verde, não se rendeu humilhada, capitulou com honra e tratando de potencia a potencia, salvou os brios de seu presente luctuoso, garantindo-nos a dignidade e felicidade do futuro.

Por esse bem que lhe devemos, por essa herança preciosa que nos legou, por esse thesouro de honrosas tradições, por suas virtudes immaculadas, por suas acções heroicas, bem haja a gloriosa geração de nosso paiz, entre os hymnos triumphaes do dia de hoje, entre as ovações sinceras do memoravel 20 de Setembro.

Bello dia de Setembro, gloriosa geração de 35! A tua alvorada não surgiu, ao troar do canhão, saudada como dia de festa nacional, mas sem as pompas do poder official que procura olvidar-te na memoria do povo, tu surges radiante no horizonte da historia, entre as nevoas do passado, como o santelmo brilhando entre as brumas das tempestades, surges, sem o troar do bronze, mas radiante de luz e de verdade, relembrando ao presente as epopeias fulgentes que, no majestoso scenario do pampa, traçou pela liberdade a espada guerreira da geração de 35.

Bello dia de Setembro, gloriosa geração de 35! Bem haja a geração de nossos paes que lançou no meio desse oceano sem limites que se chama — o tempo, a data do dia de hoje, como um marco eterno da democracia, para indicar ás gerações vindouras, o ponto de partida da caravana sequiosa de direitos, fitando a terra da promissão no governo do povo

pelo povo. Salve, data memoravel, que és o symbolo dessa raça valente cujo devotamento ao justo, ao nobre e ao bello, num decennio de homericas façanhas, levantou esta terra rio-grandense á admiração do mundo, vasada nos moldes de infinita immortalidade!

Bello dia de Setembro, gloriosa geração de 35! Que importa que a realleza, acompanhada do cortejo de seus adoradores, procure occultar nos annaes da patria a grandeza de teu dia e empanar o brilho intenso dos heróes de tua geração? Não ha poder que possa apagar no céu da patria os esplendores desta memoravel data, nem força humana que consiga riscar do granito vermelho da liça a impressão profunda do valor de tuas jornadas politicas e da heroicidade de teus feitos de guerra. Synthese radiante de grande virtudes civicas, symbolo brilhante de fecundo commettimento, foste a fé ardente, a convicção energica do direito publico no tablado dessa revolução, nobilitada pela mais santa de todas as causas — a da liberdade nacional!

Bello dia de Setembro, gloriosa geração de 35! Salve! Phalange imperecivel de nobres batalhadores, que foste grande pelo valor, forte pelo civismo, que ainda és depois do perpassar de meio seculo, a crença do presente e a esperanza do futuro, que foste valentes apostolos da soberania popular nas grandes luctas pela democracia rio-grandense, que és, pelos poemas de teus martyrios, pelas legendas de teus soffrimentos, pela grandeza de teus infortunios, pela sublimidade de teus sacrificios votados nas aras da patria, és, geração de 35, eterna na memoria do povo, abençoada no coração da mocidade, porque és a inspiração da gloria, o exemplo do heroismo, o modelo da honra, e por tudo o que tu és e o que foste, serás a rediviva de todos os tempos, a posteridade de todos os seculos nos vastos tablados da liberdade e da historia da civilização e da humanidade.

Do curso de Historia Naval para a Historia do Rio Grande do Sul

(Almirante M. Pinto Bravo)

Brasil: — Guerra Civil do Rio Grande do Sul: tomada do forte do Junco e do forte do Itapoan; combate e capitulação da ilha do Fanfa; combate do Cahy; destruição dos lanchões dos rebeldes no Camaquan. A Laguna cahe no poder dos insurgentes; combate naval de Imbituba; combate naval e restauração da Laguna. Batalha do Taquary; defesa de S. José do Norte. Fim da guerra civil.

Senhores:

Emquanto os acontecimentos que na lição passada trago relatados succediam no Pará, tinha começo no Rio Grande do Sul a famosa rebelião que dilatou-se por 10 annos, e esteve a ponto de arrancar da communhão brasileira essa vasta provincia do Imperio.

No dia 20 de Setembro de 1835, o coronel Bento Gonçalves da Silva, á frente de um punhado de homens, entrou pela cidade de Porto Alegre e compelliu o delegado do Governo central a refugiar-se no Rio Grande, embarcando-se ás pressas na escuna Rio Grandense que, com outra escuna, a 19 de Outubro, se achavam nessa conjunctura fundeadas nas aguas da capital da Provincia. Em breve a revolta dominou toda a campanha, expelliu o commandante das armas,

marechal Sebastião Barreto, e o Presidente, reconhecendo ser-lhe impossivel reprimil-a, retirou-se para o Rio de Janeiro, acompanhado pelos 4 vasos de guerra que formavam toda a força da estação naval.

Sabedor o Governo geral destas occurrencias, nomeou logo um novo Presidente para o Rio Grande, o Dr. José de Araujo Ribeiro. Este magistrado embarcando-se na côrte a bordo do brigue-barca 7 de Setembro, chegou a 6 de Novembro ao Rio Grande e dirigiu-se logo a Porto Alegre onde a Assembléa provincial, convocada extraordinariamente, negou-se a dar-lhe posse do governo sem ter seguras garantias para os chefes da sedição de 20 de Setembro. Esta difficuldade parecia sanada com o decreto de amnistia concedido aos revoltosos, quando o facto de ter o Presidente tomado posse do seu cargo fora da capital forneceu á Assembléa da provincia pretexto para romper em hostilidades contra o delegado do Governo e recusar-lhe obediencia.

O exemplo da Assembléa não foi imitado em toda a provincia. As camaras municipaes de muitas cidades e villas reconheceram a autoridade do novo Presidente e o coronel Bento Manoel Ribeiro, commandante interino das armas, reunindo gente, marchou sobre Porto Alegre para ahi restabelecer o dominio legal.

A guerra estava travada. De um lado a Assembléa provincial, tendo por campeão de sua causa o coronel Bento Gonçalves da Silva; de outro a autoridade legal, representada pelo Dr. Araujo Ribeiro e apoiada por diversos chefes influentes. Mau grado os desejos de conciliação manifestados por este ultimo, tornou-se necessario appellar para a força. A persuasão era impotente perante aquelles que secretamente tinham já planos mais largos concebido.

A 24 de Fevereiro de 1836, uma primeira expedição naval constante da escuna Bella Americana, patacho Venus e lúgre Caboclo sahiu do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, enquanto outra ficava se aprestando, composta dos brigues 3 de Maio, Niger e patacho Pojuca que, conjuntamente com um transporte, largaram da Côrte a 8 de Março conduzindo

400 praças de infantaria e um parque de artilharia, sob as ordens do brigadeiro Antonio Elzeario de Miranda e Brito.

Antes, porém, da chegada destes navios ao Rio Grande, tinha o Presidente Araujo Ribeiro ordenado que fossem compradas e armadas em guerra diversas embarcações, hiates e lanchas, para fazer frente aos navios que os rebeldes tinham, por seu lado artilhado e esquipado e impedir os movimentos da tropa pelos rios S. Gonçalo e tantos outros confluentes desse immenso estuário que se chama — a lagoa dos Patos. Um destes hiates — o Oceano, travou a 2 de Março, na lagoa Mirim, com o cúter dos revoltosos — Minuano, um combate do qual resultou ser o segundo submergido, perecendo delle 18 pessoas e ficando 14 prisioneiros.

Com estas embarcações, os navios de guerra que já foram acima mencionados, e as escunas Itaparica e Jacuipe, sahidas do Rio em fins de Março, ficaram as forças navaes no Rio Grande, em principios de Abril, elevadas a 16 vasos de guerra. Para commandal-as nomeou o Governo ao capitão de mar e guerra João Pascoe Greenfell, que deixou o Rio, no dia 5 de Junho de 1836, a bordo do brigue Leopoldina, do commando do capitão tenente G. Parker.

A guerra, porém, se estava fazendo mais por proclamações do que por feitos d'armas. O Presidente fortificou-se no Rio Grande e em S. José do Norte. Bento Gonçalves, ameaçado pela presença de Bento Manoel na campanha, augmentara os meios de resistencia na capital da provincia. Assim estavam as cousas, quando, na noute de 14 para 15 de Junho, o 8.º batalhão de caçadores, que formava nas fileiras dos revoltosos, seduzido de ante-mão por seus officiaes, insurrecciona-se e, accommettendo todos os postos dos rebeldes, toma conta da cidade de Porto Alegre para a causa da legalidade. O Presidente fez logo sair para a capital o 1.º tenente Medella, commandante do brigue-barca 7 de Setembro, com 5 vasos de guerra para apoiar o movimento reaccionario. Este official, indo desempenhar tal commissão, encontrou fortificado o passo do Itapuan, julgou arriscado transpol-o para não ficar com as suas communicações cortadas com o resto da esquadra e deu fundo áquem delle, par-

ticipando o facto para o Rio Grande. Por esse tempo, Greenfell tinha tomado conta do commando da esquadilha. Reuniu 13 canhoneiras e lanchas, nas quaes embarcou 150 soldados de caçadores, tomou a seu bordo o Presidente e no dia 1.º de Agosto rompeu com ellas por entre o fogo da artilharia de Itapuan, chegando a Porto Alegre sem que, na passagem pelos fortes, tivesse os seus navios soffrido avaria alguma. Era, contudo, de necessidade ter franca a navegação pela lagôa, destruindo o forte de Itapuan, e entre o Presidente, o coronel Bento Manoel nomeado commandante das armas, e Greenfell concertou-se o plano de ataca-lo por mar e por terra.

Ao anoitecer do dia 21 de Agosto, fundeava junto á esquadilha de observação a Itapuan, em cujo commando substituiu o capitão-tenente, G. Parker, ao 1.º tenente, Medella, a canhoneira n.º 4 e 2 hiates que conduziam o coronel Cunha e 315 praças destinadas a operarem conjunctamente com os navios contra as fortificações de Itapuan e Junco. Nessa mesma noite conferenciaram Parker e o coronel Cunha sobre os meios de effectuar um desembarque, que o mau tempo nessa occasião e os recursos defensivos do inimigo dificultavam. Com effecto, uma estacada de doze embarcações, umas ás outras amarradas por correntes de ferro, e as baterias do brigue Bento Gonçalves e patacho 20 de Setembro, uniam-se ao fogo dos dois fortes para tornarem arriscada empreza o ataque á viva força.

A 22, tentou-se o desembarque no lugar denominado — Desertas —, mas o vento e a resaca não consentiram effectual-o. Mudou-se de plano. Na madrugada de 23, enquanto as canhoneiras n.º 3 e n.º 6 entretinham Itapuan, as canhoneiras n.º 1, n.º 2, n.º 4, n.º 5 e dois hiates mercantes, abrigados pela ilha das Pombas, punham em terra a tropa de desembarque, por entre o fogo de fuzilaria que faziam os rebeldes sobre as canhoneiras e as lanchas que transportavam os soldados. Ao meio dia, completo o desembarque sem outra perda que a de um marinheiro ferido, o coronel Cunha punha-se em marcha contra o forte do Junco. As canhoneiras n.º 1 e 2 foram bater de flanco este forte e as n.º 4 e 5

destinaram-se a receber a gente em caso de revez. Eram 2 horas e 30 minutos quando os soldados legaes começaram o ataque do forte, e com tanto valor e enthusiasmo, que em menos de 15 minutos, com perda de 3 mortos e 5 feridos, eram senhores delle e de um lanchão que montava uma canonada de 12. Os rebeldes tiveram 19 mortos, inclusive o commandante do forte onde foram encontradas 4 peças de ces. 9 e 12. O máu tempo que sobreveio interrompeo as operações.

Embarcada a artilharia e demolido o forte, retiraram-se para bordo o coronel Cunha e seus soldados. Só no dia 28 foi possivel dar novo desembarque para o ataque de Itapuan. Desde a vespera, porém, os rebeldes o tinham abandonado, encravando a artilharia que o guarnecia e metendo a pique o brigue e o patacho que se abrigavam debaixo das baterias de terra.

Itapuan estava armado com 5 peças de ce 12, as quaes, depois de desmontadas e desencravadas, foram recebidas a bordo das canhoneiras. Parker, afastando as embarcações que formavam a estacada, foi com seus navios fundear pelo lado de dentro da enseada, e a 31, ficando duas canhoneiras nesse ponto, seguiu para Porto Alegre com o resto da esquadilha, levando a tropa do coronel Cunha.

Ora, quando tivera lugar a insurreição que entregou ao Presidente legal a cidade de Porto Alegre, achava-se Bento Gonçalves na campanha com a maior parte das forças rebeldes. Informado deste successo, deu-se pressa em voltar sobre seus passos e, á testa de perto de mil homens, atacou a capital. As mesmas obras defensivas, porém, que o tinham protegido contra um assalto possivel de Bento Manoel, serviram agora para o rechassar a elle. Segunda vez voltou á carga e outra vez foi repellido. Conhecendo a improficuidade de seus esforços, retirou-se para a capella do Viamão e dahi, perseguido já pelas forças de Bento Manoel, passou o Cahy, pretendendo atravessar o Guahiba e fazer junção com Crescencio que se achava acampado á margem direita do rio, no lugar denominado Xarqueada. O seu adversario não lhe deu tempo para executar este plano: embarcando nas

canhoneiras e no vapor Liberal, onde Greenfell arvorava o pavilhão, as suas tropas e artilharia, trasladou-se pelo rio acima e quando, a 29 de Setembro, Bento Gonçalves julgava achar o caminho livre, encontrou-se de repente frente a frente com as forças leaes, que lhe tinham tomado todas as saídas para a campanha e guarnecido com canhoneiras os passos por onde pretendia effectuar a travessia do rio.

Assim encurralado no fundo do rincão, chamado — do Fanfa —, o chefe rebelde projectou, não obstante, passar a ilha do mesmo nome e, á força de artilharia afastando os navios, conseguir a passagem para a margem direita do Jacuhy. Na noite de 2 de Outubro transferiu elle em uma balsa parte de sua artilharia e infantaria para a ilha, por um canal demasiadamente estreito para que lh'o podessem impedir as canhoneiras e, no dia seguinte, ás 11 horas, rompeu vivo fogo de uma bateria de tres peças de ce. 9 contra a escuna Legalidade, que se achava em frente, e a canhoneira n.º 7. O commandante da escuna foi logo ferido, mas o seu navio não cessou de responder ao fogo inimigo; durante esse tempo, Greenfell rebocava com o Liberal as canhoneiras n.º 5 e n.º 6 para a linha onde já se achava a Legalidade e a n.º 7 e, ao meio dia, o combate tomava todo calor. Sob as descargas dos navios leaes iam pouco a pouco os rebeldes retirando a sua artilharia e tomando novas posições á sombra da matta. Ao escurecer, o combate tinha cessado e o commandante da esquadilha mandou que as canhoneiras suspendessem em duas divisões e occupassem os pontos por onde era possível ao inimigo escapar-se. As nossas perdas, durante a acção, consistiram em 1 marinheiro morto no vapor Liberal, o commandante e 4 marinheiros feridos na escuna Legalidade, 2 mortos e 3 feridos na canhoneira n.º 6.

Na madrugada do dia 4, o commandante das armas assaltou a posição dos rebeldes no rincão e alcançou sobre elles um esplendido triumpho: tomou-lhes toda a artilharia e matou ou apresionou-lhes a maior parte dos soldados. Aquelles dos revoltosos que conseguiram escapar passaram

á ilha do Fanfa, onde já se achava Bento Gonçalves com 400 homens aproximadamente.

A's 9 horas da manhã, recebeu Greenfell ordem para transportar para a ilha nas canhoneiras uma divisão de infantaria e uma hora depois (tamanho fôra a presteza do embarque e desembarque), já esta divisão avançava pela costa contra o flanco da bateria inimiga, enquanto o Liberal, com o chefe, e as canhoneiras n.º 5 e n.º 6 tomavam posição em frente della. Este primeiro ataque foi mal succedido; retirando-se da margem, os insurgentes se tinham acantonado no centro da ilha donde resistiam com vantagem. Um novo assalto ia ser dado ás 3 horas, quando Bento Gonçalves, que não via esperança de salvar-se, offereceu capitular e depozeram as armas elle, seus officiaes e soldados. Com o apriisionamento de seu chefe principal, a dispersão de sua mais forte columna e a desmoralisação causada pelos ultimos reveses que soffrera, parecia que a causa da rebelião tinha expirado. Tal não aconteceu e, 8 dias depois da capitulação do Fanfa, era a 12 de Setembro, lá na extrema da provincia, no campo dos Menezes, costa do Jagoarão, era proclamada pelo coronel Antonio de Souza Netto e os officiaes de sua brigada a republica Rio-Grandense. Em torno do pavilhão do novo Estado marcharam a reunir-se os diversos chefes rebeldes que vagavam pela campanha e as fileiras dos insurgentes, protegidos pelas autoridades orientaes, engrossaram rapidamente.

Entretanto a causa da legalidade poderia ainda obter facil e prompta victoria, sem a defeccão do commandante das armas, o general Bento Manoel, que esquecido de seu dever e de sua gloria, prende, em 23 de Março, o novo Presidente da provincia, brigadeiro Antero Ferreira de Brito, e, para fugir ás consequencias deste seu acto, bandeia-se para os inimigos do Imperio. Desde esse momento a legalidade, que parecia prestes a vencer, perde todas as vantagens que, com tanto custo, alcançara. O coronel Silva Tavares é batido e feito prisioneiro. Antonio Netto vem de Jagoarão com 600 homens e põe cerco a Porto-Alegre. O coronel João Chrisostomo capitula em Caçapava perante as forças de Cres-

cencio que, logo após, entra e se apodera de Pelotas. Em fins do anno de 1837, as armas legaes só dominavam em Porto-Alegre, São José do Norte e Rio Grande e nos rios e lagôas onde Greenfell, promovido a chefe de divisão, equilibra á testa de 21 embarcações de guerra, a fortuna dos imperiaes.

Depois da rendição de Caçapava, as canhoneiras entraram no S. Gonçalo e postaram-se nelle de maneira a impedir a passagem dos rebeldes para o lado do Rio-Grande; outras penetraram na lagôa Mirim e no rio Jagoarão para cortar os soccorros que os revoltosos podessem receber da Banda-Oriental.

Ao entrar o anno de 1838, a séde da Republica transferira-se para Piratinim e Bento Gonçalves, eleito Presidente della, tendo podido evadir-se do Forte do Mar, na Bahia, onde se achava recluso, veio tomar conta da sua magistratura e infundir dobrado ardor á rebelião.

Nos primeiros mezes do anno foram empregados pelo recém nomeado Presidente da provincia e commandante das armas, marechal Elzeario, em reunir na capital e na cidade do Rio-Grande a tropa necessaria para tomar a offensiva. Antes, porém, que esta começasse, tentaram os rebeldes em 24 de Fevereiro, atacar o Rio Grande, passando o S. Gonçalo no passo do Béca, e construíram para tal fim uma bateria onde collocaram 6 peças e um obus. Ahi, porém, se achavam as canhoneiras n.º 1 e 6, commandadas pelos 1.ºs tenentes Paixão e Bulhões Ribeiro, as quaes engajaram com o inimigo um tão bem sustentado fogo a tiro de metralha, que o fizeram desistir de seu projecto e retirar para seus arraiaes. Em meados de Abril começaram os primeiros movimentos de offensiva dos legalistas, sahindo de Porto-Alegre uma columna, ao mando do marechal Sebastião Barreto, e passando o S. Gonçalo outra, capitaneada pelo coronel Cabral. A primeira columna, a da direita, avançou pela campanha, repellido os rebeldes diante de si, e nestas primeiras vantagens se fundavam as mais lisongeiras esperanças. Mas o inimigo, cedendo terreno e recuando, seguia um plano cujo fim era reunir todas as suas forças; effectuada a junção dos dife-

rentes chefes, os rebeldes, commandados por Bento Manoel, sorprendem no Rio Pardo, a 30 de Abril, as tropas imperiaes e inflingem-lhes a mais completa derrota como nunca até alli tinham experimentado. Os restos da divisão destróçada recolheram-se a Porto Alegre e o coronel Cabral foi compellido a repassar o S. Gonçalo para detraz das trincheiras do Rio Grande.

Em tal conjunctura, repousava sobre a divisão naval a salvação da causa da integridade do Imperio. Greenfell o comprehendeu e com maior força e vigilancia mandou guardar os passos do rio S. Gonçalo. Em 22 de Junho vemol-o com 13 canhoneiras e o vapor Liberal rondando sem cessar o rio diante das forças insurgentes, acampadas em Piratinim e Pelotas.

Foi por esse tempo que a pseudo-republica Rio-Grandense chamou a seu serviço o imigrado italiano José Garibaldi, para commandar, com o posto de capitão-tenente, a sua esquadilha de 4 lanchões tripulados por officiaes e marinheiros, oriundos, em grande parte, da mesma nacionalidade de seu chefe. Illudindo a attenção das nossas forças navaes, a qual estava então toda concentrada na linha de defesa do S. Gonçalo, estes lanchões poderam estabelecer-se dentro da barra do Camaquan, que foi fortificada, e fazer impunemente algumas excursões pela lagôa dos Patos. Em 4 de Setembro de 1838, desciam a sumaca "Mineira" e o patacho "Novo Accordo" de Porto Alegre para o Rio Grande, quando viram-se de improviso atacados por dois lanchões que lhes intimaram para dar fundo.

O patacho, tendo refrescado o vento, fez força de vela e escapou-se, mas a "Minerva", abordada e apresada pelos rebeldes, foi conduzida a logar seguro e descarregada. Não contentes com o começarem a formação de uma marinha de guerra, os insurgentes julgaram-se ainda com o direito de expedir carta de corso contra o commercio e os navios mercantes do Imperio. A 1.º de Setembro foi promulgado em Piratinim esse celebre decreto em que se convidava nacionaes e estrangeiros a dar caça aos navios brasileiros, decreto que

naturalmente pouco effeito produziu, mas não deixou de comover fortemente a navegação costeira do Brasil.

O chefe Greenfell, entretanto, instava por um successor. Accedendo os seus reiterados pedidos, o Governo imperial nomeou para substituil-o o capitão de mar e guerra, Frederico Mariath, que a 25 de Outubro tomou conta do commando da esquadilha. Não foi tão feliz como o seu antecessor o novo chefe das forças navaes e, tres mezes apenas eram decorridos, soffreram estas o primeiro grave revez desde que rebentara a rebelião.

O Presidente e commandante das armas fizera uma sortida em força de Porto Alegre para não só prover-se de viveres, como reunir algumas partidas legalistas esparsas pela campanha. O general David Canabarro retirou-se diante delle, mas mandou incontinentemente aviso deste movimento a Bento Manoel, que dias antes se tinha ausentado para o territorio das Missões. Este retrocedeu logo com extraordinaria celeridade; fazendo marchas de 9 e 10 leguas por dia, chegou no dia 31 de Janeiro de 1839 á margem direita do Cahy, no passo do Contracto onde pretendia vadeal-o, encontrou postadas, a guardal-o, duas canhoneiras, as n.º 7 e n.º 9 e o lanchão n.º 2. Durante a noite de 31 de Janeiro a 1.º de Fevereiro, o general rebelde collocou sobre a barranca duas peças de artilharia e um corpo de atiradores de 600 homens, emboscados para coadjuvarem o fogo dos canhões. A marcha dos rebeldes fôra tão rapida e as suas disposições á margem do rio tão silentamente feita, que as canhoneiras só deram fé da presença do inimigo quando, na madrugada de 1.º de Fevereiro, rompeu da barranca o fogo contra ellas.

O lanchão apenas descarregou a artilharia, a sua guarnição, aterrada, saltou nagua e refugiou-se na margem fronteira. A canhoneira, n.º 9, commandada pelo 1.º tenente Pereira da Cunha, tomou tal posição com espias que só alguns tiros pode fazer contra o inimigo; tripulada quasi exclusivamente por marinheiros inglezes, vendo estes cahir morto o mestre ao principar o combate, desanimaram de todo; debalde o commandante lhes fallava, os encorajava e lhes en-

tregava com a propria mão as munições, não conseguia dissipar-lhes o desalento. Para cumulo d'infelicidades, uma das espias arrebrandando, o navio foi encalhar do lado onde estava o inimigo e a maior parte do tempo se consumiu em desen-calhal-o e pol-o outra vez em vantajosa posição.

Sobre a canhoneira, n.º 7, recahiu todo o peso e toda a gloria da acção. O 1.º tenente Santos Bellico, que a com-mandava, apesar de já por duas vezes ferido, não abando-nou a tolda, incitando a sua guarnição e a outra canhoneira a responder o fogo do inimigo, até que uma bala, atraves-sando-lhe a cabeça, findou-lhe os dias. Quasi toda a sua tripulação pereceu; os poucos della ainda vivos, sentindo-se incapazes de continuar o combate e vendo a canhoneira a fazer agua por todos os lados, atiraram-se ao rio para sal-varem-se a nado. A guarnição da n.º 9 não esperara este exemplo e quasi toda ella tinha já abandonado o seu com-mandante: este mesmo vendo-se isolado, foi obrigado a en-tregar o navio e ficou prisioneiro dos rebeldes.

Bento Manoel confessa em sua parte a perda de 4 mortos e 8 feridos neste combate, mas presume-se que tal algarismo é inferior á realidade. A canhoneira n.º 7 apenas deu tem-po de retirar della as munições e alli mesmo submergiu-se. A n.º 9 e o lanchão foram conduzidos pelos insurgentes rio acima, a 10 leguas do passo do Contracto. Alguns dias de- pois deste combate, em uma nova sortida dos sitiados, Ma-riath entrou no Cahy com alguns lanchões e poudes suspen-der e pôr a nado a canhoneira n.º 7; a n.º 9 foi represada sobre o inimigo em fins de Abril, e o lanchão n.º 2 cahiu outra vez em poder dos legalistas durante a expedição do Camaquan.

Em 23 de Maio seguinte, Greenfell foi de novo nomeado para commandar as forças navaes do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo que o Dr. Saturnino de Souza Oliveira vinha presidir a provincia.

A esquadilha já nesse tempo elevava-se a 30 embar-cações, com 90 boccas de fogo e tripulada por 950 praças, e não conseguira ainda destruir os lanchões dos rebeldes, re-

fugiados em Camaquan, que traziam a navegação na lagôa em constante alarma.

Depois do abandono da posição de Itapuan, que os insurgentes tinham outra vez fortificado, Greenfell concebeu o plano de apresar as embarcações a que Garibaldi e seus homens emphaticamente chamavam: — a esquadra da Republica. Mas, conhecendo que o não podia effectuar sem auxilio de tropa, procurou obtel-a do Presidente da Provincia. Nesse meio tempo, Garibaldi sahira com 2 lanchões para a expedição de Santa-Catharina, deixando o resto de suas embarcações desarvoradas, posto em terra o apparelho dellas e tudo entregue á guarda descuidada das tripulações respectivas.

Havendo recebido, a 4 de Agosto, a tropa que esperava e lhe fora promettida, Greenfell, que transferira para o vapor Aguia o pavilhão, suspendeo de S. José do Norte a 5 com 3 canhoneiras e 4 lanchões e na noite de 21 entrou no Camaquan. A correnteza das aguas era de tal modo violenta que, não podendo vencel-a as canhoneiras, foi preciso deixal-as fundeadas na foz do rio. O chefe embarcou nos lanchões e escaleres os marinheiros mais robustos com 50 caçadores e, fazendo-se acompanhar pelos officiaes mais de sua confiança e o commandante da tropa, seguiu em busca do inimigo. Dois dias e meio trabalharam alternadamente a remo e a espia para superar uma corrente de voltas varias.

Ao cabo desse tempo, a 23, chegaram finalmente ao lugar onde os rebeldes tinham occultado as suas embarcações, 8 leguas distante da barra. As guarnições dellas, sorprendidas com a inesperada aparição dos escaleres e lanchões dos legalistas, descarregaram apenas as armas sobre elles e internaram-se nas mattas, apenas viram saltar os caçadores. Appareceram depois algumas partidas de cavallaria que nada fizeram e se contentaram de observar, emquanto Greenfell, com seus officiaes e marinheiros, retiravam do seu esconderijo os lanchões Rio-Pardo, Independencia e Septembrina (anteriormente n.º 2) com 2 lanchas e, de um visinho capão, os mastros e apparelhos delles. Nesse mesmo dia desceu a expedição, sem ser molestada, para junto das canhoneiras

deixadas na barra do Camaquan, e no dia 24 a tropa auxiliar embarcava para Porto Alegre.

Assim acabou a famosa esquadra da Republica na lagôa dos Patos, deixando, não obstante, de si recordação dos terrores que causara aos navios mercantes. Transplantada, porém, na Laguna e Santa-Catharina por seu intrepido chefe, deverá ter, posto que em vida mais breve, destinos mais brilhantes.

Deixei dito que, antes da expedição ao Camaquan, Garibaldi sahira com 2 lanchões para Santa-Catharina. Os rebeldes, senhores da campanha e contando nessa Provincia com alguns partidarios de suas ideias de separação e republica, tinham-n'a invadido, occupando a villa de Lages e ameaçando a Laguna. A posse desta ultima localidade era-lhes summamente vantajosa, porque lhes fornecia um porto de mar donde podiam lançar os seus corsarios contra o commercio brasileiro. Resolveram, portanto, ataca-la e concertaram, para melhor fazel-o, uma operação combinada de forças de mar e terra. Garibaldi devia apresentar-se á barra da Laguna com 2 lanchões ao tempo em que David Canabarro, descendo da serra com suas tropas, atacasse a villa por terra.

Não podendo sahir da lagôa pela barra do Rio Grande, o commandante da esquadilha insurgente fez transportar por terra, quaes outras galeras de Mahomet, os seus lanchões e, lançando-os na barra do Tramandahy, sahiu com elles ao oceano. Logo no dia seguinte, apanhados por um temporal violento na altura da barra de Araringuá, o lanchão Farroupilha encalhou e perdeu-se, morrendo 16 homens da sua guarnição de 30. Um só, o Seival, poudo entrar na Laguna, quando a vanguarda dos revoltosos, descendo da serra, atacaram.

Achavam-se no porto da Laguna a escuna Itaparica, o brigue-escuna Cometa, duas canhoneiras e dois lanchões, armados precipitadamente para acudir a defesa da villa; um corpo de 600 homens, commandados pelo tenente coronel Villas Boas, a guarnecia, e a todo o momento eram esperados reforços, quando a 21 de Junho de 1839, appareceram,

do lado Sul da barra, as forças rebeldes, que entraram em tiroteio com o lanchão Lagunense, mas retiraram-se ao verem mover-se em soccorro delle a escuna Itaparica.

No dia immediato, a uma legua da villa, no passo denominado — Carniça, a guarnição defendeu-se valorosamente, animada pelo exemplo e pelas exhortações do seu commandante, o piloto José de Jesus, e fez signal pedindo auxilio. Depois de algumas exitações, foi-lhe mandado o lanchão Lagunense, mas este mal dirigido, encalhou e, combatido pelo inimigo, foi logo apresado. Depois da mais intrepida resistencia contra forças muito superiores, tendo gasto até o ultimo cartucho, José de Jesus pegou fogo á canhoneira e, lançando-se ao rio com aquelles de sua guarnição, pôde alcançar a margem fronteira.

Restavam, porém, a Itaparica, o Cometa e uma canhoneira para impedir a passagem dos insurgentes e o corpo intacto da tropa para defender a villa, mas o coronel commandante, acobardando-se e sem mesmo tomar medida alguma de proteção para os habitantes, retirou-se para o morro dos Cavallos, entregando á sua sorte as forças de mar. O brigue-escuna Cometa pôde fazer-se de vela e sahir a barra, a Itaparica quiz imital-o, mas encalhou e cahiu nas mãos do inimigo. Os rebeldes entram a 23 na Laguna, assenhorearam-se da outra canhoneira e do lanchão, juntamente com 14 embarcações mercantes que estavam fundeadas no porto. A perda da Laguna excitou grande alvoroço no Rio de Janeiro. Os rebeldes eram senhores de um porto de mar e de varias embarcações que podiam e deviam lançar ao corso. O commercio, sobretudo, assustou-se e reclamou providencias e o Governo geral, desgostoso com o Presidente da provincia, demittio-o e substituiu-o o marechal Andréa tratando ao mesmo tempo de augmentar logo a esquadilha existente nas aguas da cidade do Desterro. No mesmo dia em que sahiu da Côrte o novo Presidente de Santa-Catharina, seguiu com elle o capitão de mar e guerra, Frederico Mariath, nomeado commandante das forças de mar. Em principios de Outubro, já estas contavam 1 corveta, 10 na-

vios menores, 1 canhoneira e 4 lanchões armados, montando todas 78 bocas de fogo.

Senhores da Laguna, os insurgentes se não descuidaram com effeito, de armar immediatamente alguns navios para sahirem ao mar contra o commercio do Imperio. Uma esquadrilha composta de duas escunas, a Libertadora e a Caçapava e do palhabote Seival, e commandada por José Garibaldi, frustrou a vigilancia do cruzeiro dos navios imperiaes e, na noite de 20 de Outubro, fez-se ao mar. Apenas no oceano, os corsarios puzeram prôa ao Norte; chegados á altura de Santos, a corveta Regeneração deu-lhes inutilmente caça durante 2 dias; approximando-se em seguida á terra, fizeram algumas presas e, 8 dias depois, aproavam á barra da Laguna, quando, no dia 2 de Novembro, na altura de Santa-Catharina, foram encontrados pelo brigue-escuna Andorinha. Havia alguns dias já que a Caçapava, durante uma noite escura, se tinha separado da esquadrilha, que estava reduzida á Libertadora e ao Seival, comboiando 3 presas.

A Andorinha deu logo caça aos navios rebeldes e travou-se entre elles o combate. O mar grosso e agitado não permittia firmeza de pontarias, mas Garibaldi arribava gradualmente. Conheceu então o commandante da Andorinha que o inimigo queria entretel-o para dar tempo ás presas de porrem-se a salvo, e, por isso, virando de bordo, veio em seguimento dellas; alcançou apoderar-se de 2 mas a outra conseguiu escapar-se e, mediando a noite, vieram os rebeldes com ella dar fundo no porto de Imbituba.

No dia seguinte, reuniu-se á Andorinha o patacho Patagonia e o brigue-escuna Bella-Americana e os 3 se dirigiram para a entrada do porto onde se achava Garibaldi com seus 2 navios. Mas já este tinha tomado suas precauções: a peça do Seival foi transportada e assestada nas alturas que dominam a barra e em torno della construido um parapeito; a Libertadora, abossada no fundo da enseada, estava guarne-cida e prompta para o combate.

Não podendo, por seu calado, approximar-se até ás embarcações rebeldes, os navios imperiaes canhonearam-nas de longe, conservando-se á vela e successivamente passando e

repassando diante dellas. A Libertadora e a peça da montanha respondiam-lhes resolutamente, fazendo fogo vivissimo. Por fim, avisinhandose a noite, a Bella-Americana foi despachada para pedir reforço e os outros navios afastaram-se, mantendo, porém, em bloqueio os insurgentes.

Emquanto não chegava o reforço pedido, procurava Garibaldi pôr-se a salvo. Na noite de 5, lançou fogo á presa e, valendo-se de que os navios imperiaes, batidos pelo vento que soprava rijo do NE, se conservavam afastados da costa, fez-se de vela cozendo-se com a terra e alcançou a barra da Laguna.

Quando, no dia seguinte, a Andorinha e o Patagonia foram atraz delles, era já muito tarde: os rebeldes estavam em segurança dentro do seo porto. Mariath, apenas recebeu aviso pela Bella-Americana da posição do inimigo, suspendeu de Santa-Catharina com grande parte de seus navios e veio fundear em Imbituba, que encontrou já livre da presença dos vasos republicanos. Ahi, um temporal do NNE, no dia 12, ia dando cabo da esquadilha, se promptas e salutaes medidas não fossem com felicidade empregadas, mas ainda assim, a canhoneira n.º 16 teve de cortar os mastros e lançar a artilharia ao mar para poder salvar-se. Era preciso sair quanto antes desta costa desabrigada e, como as forças do exercito estivessem já promptas a marchar, foi resolvido o ataque da Laguna para o dia 15 de Novembro.

Circulavam as mais assustadoras noticias sobre os preparativos de defesa dos insurgentes. Dizia-se atravessado de margem a margem, na barra, uma cadêa de embarcações fundeadas impedindo o accesso ao porto.

Mariath dividio, em consequencia, a sua esquadilha em duas divisões: a primeira, composta da canhoneira n.º 14, lanchões n.º 1, n.º 2, n.º 3 e n.º 4, e commandada pelo 2.º tenente Manoel Moreira da Silva, era seguida logo atraz pelas canhoneiras n.º 6 e n.º 13; a esta divisão incumbia acommetter as embarcações que impediam a barra, cortar as correntes, se as houvesse, e abrir espaço para a entrada da segunda divisão; as canhoneiras n.º 6 e 13 deviam protegê-la e distrahir o fogo do inimigo.

A segunda divisão, constante do patacho S. José, brigues-escunas Eolo e Cometa, escuna Bella-Americana, patacho Desterro e canhoneira Bellico, formadas em linha de frente com meia amarra de distancia entre cada navio, era commandada por Mariath em pessoa a bordo do Eolo, e competia-lhe entrar no porto, combater os navios de guerra inimigos e apoderar-se da fortaleza.

Tendo assim disposto dos seus navios, no dia 15 de Novembro, pela volta do meio dia, Mariath deu com vento de feição na barra da Laguna. Os rebeldes haviam, com effeito, tomado algumas medidas defensivas, fundeando convenientemente suas cinco embarcações de guerra e guarnecido a fortaleza do Sul por 9 peças e numerosa infantaria; correntes não as tinham, talvez porque não presumissem tão proximo o ataque.

A primeira divisão avançou rapida e resoluta, canhoneando vivamente as embarcações inimigas, e, recebida por uma chuva de balas de fuzilaria e fogo do forte, entrou logo no porto e começou o combate contra as canhoneiras insurgentes. A segunda divisão não tardou em seo seguimento. A acção tornou-se das mais terriveis e mortiferas. Desde que os navios imperiaes iam entrando a barra formavam-se em semi-circulo dentro do porto e concentravam o fogo contra os navios inimigos, a fortaleza e os infantes que a guarneciam.

Contra tantos contrarios as embarcações de Garibaldi resistiram valorosamente, secundadas pela artilharia e a fuzilaria de terra. Quasi todos seus commandantes foram mortos: Griggs, que commandava a Caçapava, foi partido em dois por uma metralha quasi á queima-roupa; o commandante da Itaparica, Raguna, teve o peito varado por uma bala de canhão. Emfim, dos 6 officiaes rebeldes que se achavam a bordo dos navios, unico, o chefe José Garibaldi poudo escapar são e salvo, depois de lançar, com suas proprias mãos, fogo á Libertadora que commandava e á Itaparica.

A esquadilha de Mariath ficou senhora do porto e dos navios rebeldes, á excepção dos que crepitavam inflammados; mas a Caçapava, crivada de balas, não poudo susten-

tar-se em cima da agua e horas depois submergio-se. A fortaleza, porém, continuou a resistir e só cahiu em poder dos Imperiaes depois do sol posto, abandonada pelos soldados que a guarneciam, quando as tropas legaes, que tinham entrado na Laguna, se preparavam para ir assaltal-a. Este bello feito d'armas custou á esquadilha a perda de 17 mortos e 30 feridos, inclusive o guarda marinha Pereira Leal, que commandava o lanchão n.º 1. Todo o apparelho dos navios ficou cortado, posto que nos cascos fossem insignificantes as avarias.

Pouco tempo depois, Mariath, chamado á Côrte, era promovido a chefe de divisão.

Volvamos agora os olhos para o Rio Grande do Sul.

A cidade de Porto-Alegre continuava em sitio apertado pelos rebeldes, a cuja testa se achava Bento Gonçalves. O exercito imperial, agora commandado pelo marechal Jorge Rodrigues, preparou-se para tomar pela segunda vez a offensiva. Um plano, concertado entre os chefes de mar e terra, tinha por fim fazer dos sitiantes sitiados elles mesmos e, obrigando-os a uma batalha decisiva, terminar emfim a já tão duradoura luta civil.

Abriu-se o anno de 1840, o sexto da guerra. Em 1.º de Março sahiu de Porto-Alegre, á frente de 2000 homens, o marechal commandante das armas e foi postar-se á margem direita do Cahy, cujos passos todos guarneceu de tropa. Ao mesmo tempo Greenfell estendia por todo o curso do Jacuhy e Cahy as suas canhoneiras, e o coronel Calderon deixava o Rio Grande, atravessando o S. Gonçalo com 1200 cavalleiros, entrava em Caçapava e vinha, após 15 dias de marcha, reunir-se ás forças de Jorge Rodrigues. Assim reforçado, restava ao marechal, deixando guarnecidos pelas canhoneiras e alguma tropa os passos do Cahy, atravessar este rio, ir ao encontro de Bento Gonçalves na Capella do Viamão, onde se achava o chefe insurgente com só 2000 homens, e batel-o com suas forças superiores. Exigia, porém, este plano a maior celeridade e, no momento de executal-o, faltou a confiança ao commandante das forças imperiaes. O chefe rebelde previnio-o, passou, sem ser estorvado, o rio Cahy e

dispunha-se a atravessar o Taquary para a campanha quando Jorge Rodrigues, retrocedendo a tempo, logrou impedir-lh'o na indecisa batalha travada á margem esquerda daquelle rio.

Na realisação de todo este plano, coube á marinha um papel puramente passivo, ainda que de bastante importancia. Foi ella que, por duas vezes, passou e repassou as tropas legaes no Cahy, tomou-as no Taquary e, trazendo ao campo de batalha successivos reforços da margem direita deste ultimo rio, contribuiu para o triumpho dos imperiaes. Também e mais activamente, no ataque de S. José do Norte, concorreu ella poderosamente para a repulsa do inimigo.

Bento Gonçalves, vencido em Taquary, concebeu uma arrojada ideia que podia mudar a face de seus negocios e, fingindo mais apertar o cerco de Porto-Alegre, cahiu de improviso, na noite de 16 de Julho, sobre a villa de S. José do Norte, de que chegou a estar, por instantes, de posse. Um punhado de tropa legal e, sobretudo, o bem dirigido fogo de um lanchão e do brigue-escuna Andorinha o obrigaram a deter-se e, por fim, a evacuar a praça.

Logo que no Rio Grande foi ouvido o vivo tiroteio que revelava o assalto de S. José do Norte, expediu-se dalli, sem tardança, todos os reforços possiveis de tropa e dois lanchões armados. Esta tropa e lanchões chegaram ao clarear do dia quando os rebeldes, já senhores da segunda trincheira, iam penetrar na villa. O desembarque da força de terra e o fogo combinado dos lanchões, sob o commando dos tenentes Pedro Garcia e Rosa, que, seguindo os rebeldes, batiam-nos em todas as posições que tomavam, compeliram estes, finalmente, a desistir da empreza. O commandante da Andorinha, capitão-tenente Romano da Silva, não podendo mover-se com o seu navio com a mesma facilidade dos lanchões e levado pelo ardor de combater, lançou-se num bote para terra com só 2 homens: não quiz, porém, a fortuna que tanto arrojo fosse bem succedido, pois que, virando-se o bote, pereceu nas ondas o valoroso official e os homens que com elle estavam. Porfim, batidos e postos em fuga, os rebeldes tiveram que evacuar a villa, que por momentos tinham considerado sua.

A defesa de S. José do Norte é o ultimo feito em que,

nesta revolução do Rio Grande do Sul, tomaram parte activa as forças navaes do Imperio.

A guerra civil durou mais 4 annos, até 28 de Fevereiro de 1845. Mas, em todos os acontecimentos que se seguiram nesta diurna luta, coube ao exercito a parte principal e á marinha de guerra apenas acompanhá-lo com aquella solidude e vigilancia que nunca se desmentiram e com seus votos pelo prompto e completo exito dos trabalhos de seus irmãos de terra.

Sapucaya, 3 de Março de 1931.

Copiada e conferida pelo Coronel reformado
da Brigada Militar, Augusto Januario Corrêa.

Datas das batalhas e combates durante a guerra civil

- 23 de Agosto de 1836. ASSALTO E TOMADA DO FORTE DO JUNCO;
- 28 de Agosto de 1836. TOMADA DO FORTE DO ITAPUAN;
- 3 e 4 de Outubro de 1836. COMBATE E CAPITULAÇÃO DA ILHA DO FANFA;
- 1.º de Fevereiro de 1838. COMBATE DO CAHY;
- 23 de Agosto de 1838. DESTRUIÇÃO DOS LANCHÕES DOS REBELDES NO CAMAQUAN;
- 23 de Julho de 1839. A LAGUNA CAE EM PODER DOS REBELDES;
- 3 de Novembro de 1839. COMBATE NAVAL DO IMBITUBA;
- 15 de Novembro de 1839. COMBATE NAVAL E RESTAURAÇÃO DA LAGUNA;
- 3 de maio de 1840. BATALHA DE TAQUARY;
- 16 de Julho de 1840. DEFESA DE S. JOSE' DO NORTE.

Alem das partes officiaes, dirigidas ao governo do Rio de Janeiro, e informações particulares, foram ao demais compulsados pelo autor os boletins dos rebeldes, publicados no periodico "O Povo", e as memorias de Garibaldi.

Confere.

A. J. Corrêa.

DR. BORGES FORTES

O Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul com o fim de reunir elementos para o estudo de nosso passado tem ultimamente divulgado diversos trabalhos inéditos sobre o decenio farroupilha.

Nessas publicações nenhuma supressão, nenhum reparo fazemos aos conceitos ou pontos de vista dos autores respectivos, não importando isso, entretanto, em solidariedade com os mesmos, visto que nosso objetivo publicando esses subsidios não é fazer história e sim contribuir para esta, levando elementos para isso ao gabinete dos estudiosos.

Entre as memorias acima referidas figuram os APONTAMENTOS do major João Baptista Rodrigues Pereira, que mereceram, retificação, em parte, do dr. Jacintho Luiz Gomes (ano IX, pag. 337 e s.s.).

Sobre os mesmos **Apontamentos**, na parte referente ao dr. Borges Fortes, recebemos de seu neto, o general Jonathas Borges Fortes, a carta que em seguida publicamos.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar o que deixamos dito por ocasião de inserir em nossas paginas a retificação do dr. Jacintho Gomes:

E' com prazer que receberemos, em todos os casos contraviosos, as contraditas justas que forem opostas ás notas que publicarmos, porque, só assim, ir-se-á fazendo a necessaria luz sobre assuntos mal ventilados e fatos desfigurados pelas paixões de momento.

Porto Alegre, 2 de Janeiro de 1932.

Illm.º Snr.

Dr. Presidente do Instituto Historico
e Geografico do Rio Grande do Sul.

Nesta Capital.

Venho tomar o seu precioso tempo para solicitar a publicação na Revista do Instituto das linhas presentes, como uma retificação a uma nota inserta no numero correspondente aos 1.º e 2.º trimestres de 1928, pag. 86.

Trata-se no assunto de meu avô paterno, Dr. João Pereira da Silva Borges Fortes, então deputado da Assembléa Provincial na legislatura do ano de 1856, como representante do partido conservador. Publicou a Revista naquele numero uns apontamentos do Major João Baptista Rodrigues Pereira, datado de 1898 e relativos a homens e fatos da república dos farrapos.

Referindo-se aos homens do Rio Pardo, cidade onde tantos fatos occorreram na época da epopéa farroupilha e em que muitos de seus filhos tiveram papel saliente, apparecem os nomes dos irmãos Amaral Sarmento Menna e entre estes, Frederico, que em 1856, ano de seu falecimento, era tambem deputado provincial.

Entre este deputado e meu avô, Dr. Borges Fortes, houve como resam as cronicas, uma discussão, talvez acalorada, por motivos de haver o deputado Sarmento apresentado um projéto de lei mandando que a população de São Gabriel fosse obrigada a indenizar as despesas a se efetuarem com

a reabertura da estrada que passava pelo passo de Santa Vitória, no rio Ibicuí, então fechada ao transito público. Meu avô era morador nas proximidades desse passo, como proprietario da fazenda de São Rafael, situada á margem direita e como achasse que o projéto fosse demasiado intolerante, sinão impertinente, ponderou com energia a sua sem razão, expondo os motivos que existiam para o fechamento do referido passo e julgando da impropriedade de ser a população de São Gabriel obrigada a uma indenização, fóra inteiramente de sua responsabilidade.

Como sóe acontecer em discussões das Assembléas, mormente politicas, houve calor bastante.

O deputado Sarmento Amaral, ao levantar-se para justificar o repto acima citado, o fez já visivelmente molestado e em sua terceira investida para falar, caíu fulminado por uma apoplexia que lhe deu morte immediata.

O dr. Borges Fortes, medico, vendo seu coléga caír, procurou ainda com sua ciencia salva-lo e, tomando de um bisturi, procurou fazer-lhe uma sangria no braço; mas já era tarde, Amaral Sarmento já era cadaver.

Eis aí o fáto como se passou e que é corroborado pela áta da sessão de 30 de Dezembro de 1856, e pelas notas de Coruja Filho em suas efemérides publicadas no "Correio do Povo".

A nota que deu lugar ás linhas acima está assim redigida:

"Frederico do Amaral Sarmento Menna, engenheiro, foi morto em Porto Alegre na Assembléa Provincial pelo Dr. Borges Fortes, que lhe dirigiu no proprio recinto as maiores injurias e invectivas que apenas poudé dizer: Snr. Presidente peço a palavra e caíu fulminado, como um raio e o mesmo Borges Fortes, foi-lhe ao braço com a lanceta, já o sangue estava coagulado."

Como V. S. vê, Sr. Dr. Presidente, a nota é redigida com grande maldade ou perfídia, pois supõe o meu avô capaz de um assassinato em plena reunião da Assembléa, com perversão de sentidos, quando ainda ia prestar um socorro medico ao seu coléga de representação.

Muitas narrações ouvi de meu avô sobre assuntos de sua vida publica, assim como de meus tios e minha sempre lembrada e estremecida Mãe, e sobre este assunto jamais seus lábios proferiram uma alusão siquer, como por eles me foi dito.

Para que não subsista a minima dúvida no espirito de quem ler aquella nota e desconhecer a nobreza de sentimentos e a envergadura de um perfeito "gentleman" que foi o Dr. Borges Fortes, eu lhe peço a publicação destas despreziosas linhas, como um preito que devo á memoria daquele velho que sómente exemplos de nobreza e dignidade legou aos seus descendentes.

Agradecendo antecipadamente, tenho a satisfação de assinar-me, com elevada estima e profunda admiração

De V. Excia.
Atento Venerador
Jonathas Borges Fortes.

Rua Porvir, 425.

INDICE

Troncos Seculares, pelo general João Borges Fortes.....	3
Comentarios, pelo coronel Alvaro de Alencastre.....	15
O Municipio de São Jeronymo, pelo dr. A. D. Pinto.....	43
O 20 de setembro, por Aurelio Porto.....	51
José de Araujo Ribeiro, por João Pinto da Silva.....	59
Os Primordios da Grande Revolução, pelo dr. Eduardo Duarte.....	69
Verdade Historica, pelo tenente-coronel Emilio Fernandes de Souza	
Docca	81
Um discurso de Appelles Porto Alegre.....	113
Do Curso de Historia Naval para a Historia do Rio Grande do Sul,	
pelo almirante M. Pinto Bravo.....	133
Dr. Borges Fortes	153